



Universidade Federal do Pará

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

**Em busca das “Patacas”: Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém,  
1840-1930)**

**Anndrea Caroliny da Costa Tavares**

Belém  
2016

Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

**Em busca das “Patacas”: Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém,  
1840-1930)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Donza Cancela.

Belém  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

---

Tavares, Anndrea Caroliny da Costa

Em busca das “Patacas”: patrimônio de portugueses na economia da  
borracha (Belém, 1840-1930) / Anndrea Caroliny da Costa Tavares. -  
2016.

Orientadora: Cristina Donza Cancela

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Amazônia, Belém, 2017.

1. Portugueses – Belém (PA) – História. 2. Portugueses – Belém (PA)  
– 1840-1930. 3. Borracha – Belém (PA) – Aspectos econômicos. 4.  
Imigrantes – Belém (PA). 5. Riqueza. I. Título.

CDD 22. ed. 980.03

---

Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

**Em busca das “Patacas”: Patrimônio de Portugueses na Economia da Borracha (Belém,  
1840-1930)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Donza Cancela.

**Data de Aprovação:** 26 de fevereiro de 2016

**Banca Examinadora:**

---

Professora Doutora Cristina Donza Cancela (Orientadora – UFPA)

---

Professora Doutora Edilza Joana de Oliveira Fontes (Examinador Interno- UFPA)

---

Professora Doutora Antonia da Silva Mota (Examinadora Externa- UFMA)

Belém  
2016

*“Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!*

*[...]Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.”*

Fernando Pessoa, 1934.

Dedico este trabalho a meus pais, Jovino Júnior e Sandra, e a meu irmão Felipe, que o fizeram junto comigo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, detentor de toda vida e sabedoria, autor de minha vida e que durante meus anos de existência, especialmente estes dois últimos de mestrado, regou minha vida de amor e confiança. Te agradeço, meu Deus, porque sem Ti nada do que faço tem valor. Um Deus cheio de amor não poderia me deixar desamparada...Minha família, meu maior presente, o maior tesouro que poderia acumular na vida.

Agradeço a CAPES que financiou meus dois anos de pesquisa.

Meu pai Jovino Júnior, que sempre dividiu seu tempo entre o comércio e a família, não houve um dia durante minha formação básica que não tenha me conduzido ao colégio. Quantas vezes me levou, depois do almoço, na bicicleta cargueira que ele usava no comércio, pra escola, e quantas vezes disputei lugar com meu irmão pra sentar na frente, pegando o vento no rosto... Em todas as minhas vindas para Belém, meu pai permaneceu no portão de embarque do terminal esperando meu ônibus sair, e da janela, sempre, consegui ver os movimentos dos seus lábios, a oração pra que eu viajasse em paz, e quantas vezes isso tudo me tirou lágrimas...Meu pai, queria ser ao menos 1% do que o senhor é, ser tão disponível, servindo sem esperar o retorno, tendo um coração tão bom, que conquista a todos.

Minha mãe Sandra, professora desde que me entendo por gente, sempre me incentivou a por os estudos em primeiro lugar e como papai, nunca mediu esforços para que eu me pudesse manter nos estudos. Minha mãe sempre foi sinônimo de força, teimosia e persistência. Quando sai de casa pra fazer a graduação e o mestrado em Belém, não houve um dia que ela não ligasse, quando as coisas apertavam aqui suas ligações eram meu conforto, não sei quantas vezes engoli o choro ao telefone quando a ouvia dizer que era pra eu aguentar, que ia dar tudo certo, e que tudo o que eu passava era necessário... hoje vejo o reflexo de tudo que passamos, mãe! Um reflexo de felicidade!

Meu irmão, que sempre aturou meus estresses, minhas ignorâncias, minha impaciência... Sempre tínhamos (e temos) motivos pra brigar...Mas hoje, morando juntos, temos a certeza de termos um ao outro, nos suportando mutuamente. Todas as vezes que derramei lágrimas de preocupação, sempre demonstraste teu apoio, mesmo que sem jeito.... Quando do resultado errado do vestibular, choraste junto comigo, como uma criança, vi o

sofrimento que eu sentia de não ter passado em teus olhos, e ali, mais do que nunca, tive a certeza do amor que nos une. Obrigada por me amar e me aceitar do jeito que sou!

Vocês são meus mestres! A vitória é nossa! Amo vocês!

Agradeço também às minhas avós Elcy e “Zita”. Vó Elcy que, na graduação e em parte do mestrado, me hospedou em sua casa e cumpriu um papel duplo, de avó e mãe. À vó Zita, que sempre me recebe, em Abaeté, com abraços, e me despede com suas bênçãos. Agradeço a todos os meus tios (que não são poucos), primos (que também não são poucos), todos que direta e indiretamente estiveram me acompanhando nestes anos de trabalho. De modo especial, quero trazer aqui minha prima Tayanne que me deu abrigo em sua casa durante parte do ano de 2015, dividindo além dos laços familiares, a “parceiragem”. Obrigada a todos vocês!

À Andrés Felipe González, a melhor surpresa, o melhor presente que o mestrado me proporcionou. Antes de ser meu namorado, Andrés é meu amigo, companheiro, suporte...Quantas vezes chorei no teu colo quando vinham as dores da saudade de casa, dos amigos...Quantas vezes ouvi (naquele portunhol que só nós sabemos que ele tem) que “‘todo’ vai a dar certo”, “pensamento positivo”, “se não der desse jeito, vamos de outro”, paciência”, “calma”...Meu amor, obrigada por ser tudo que és, por ter sofrido comigo, por ter madrugado, por ter me segurado, e por confiar em mim.

Aos meus amigos... Os de Abaetetuba e os de Belém, sempre e pra sempre vocês terão meus agradecimentos.

Agradeço aos meus irmãos do Grupo de Oração “Fonte de Luz” da RCC Abaetetuba que sempre me acolheram com abraços cheios de carinho e conforto. Tantas vezes dividi com vocês minhas angústias, a tristeza de estar longe, a saudade do serviço, e em troca recebi tantas demonstrações de amor e companheirismo! Sempre digo que aquilo que nasce diante do altar de Deus, permanece para sempre... Assim, agradeço a amizade das minhas “patys” lindas Maylem e Marcelle, juntas dividimos nossos sonhos, frustrações, perdas, choramos juntas, nossa amizade foi provada no fogo, para que hoje pudéssemos estar novamente juntas, amo vocês! Obrigada pelas conversas que me trazem sobriedade e alegria, e por me acompanharem dia a dia pelo “zap”! A meus irmãos do Ministério de Música e Artes, obrigada por sempre aceitarem meus retornos e por me darem forças para continuar.



Em Belém ganhei outros grandes amigos...Agradeço a meus amigos da graduação que estão ao meu lado até hoje: Ana Terra, João Lima, Adnê Jeferson, Patrícia Santana, Felipe Mercês, Luciana Baksman e Erita Silva, no nosso “Histamigos” tenho a certeza que nossa parceria deu certo. Obrigada pelas conversas besteiro, discussões políticas, pelas madrugadas de Master Chef, The Voice, pelas pizzas, churrascos e afins... Por serem garantia de risadas verdadeiras e escandalosas. De modo especial agradeço a parceria do João, meu amigo, meu irmão. Começamos a batalha em 2009, fomos colegas na graduação, no mestrado e seremos no doutorado. Obrigada por tudo que já vivemos e por todas as outras coisas que iremos compartilhar.

À família Imbiriba, um dos mais lindos presentes que ganhei nestes anos de história. Marília, minha amiga, por vezes mãezona e irmã, obrigada por tua amizade e companheirismo, obrigada por teres me “perturbado” para fazer o mestrado (olha no que deu), obrigada por me presentear com tua família, teus filhos (que não me chamam mais de tia, graças a Deus, porque estão enormes e eu iria parecer velinha), com teu amor, tua casa, por tudo. Tio Neto, que desde a graduação vem me ajudando nas bases de dados... Foste o responsável pela criação da base utilizada neste trabalho, com maestria e eficiência, obrigada por tudo. Vocês fazem muita, os amo!

Agradeço a todos os bolsistas do Centro de Memória da Amazônia, por toda paciência, competência e disponibilidade. Sempre me acolheram com carinho, ajudando diante das limitações e foram incansáveis carregando as dezenas de caixas do arquivo para que eu pudesse realizar minha pesquisa. Obrigada!

Aos colegas do Grupo de Pesquisa População, Família e Migração na Amazônia/RUMA, com quem tive e tenho o grande prazer de empreender as mais competentes discussões historiográficas e dividir os causos da vida. Ao querido Luiz Valente, sempre solícito às indicações de leituras e de novas interpretações sobre “nossos portugueses”. Ao Daniel Barroso, incansável amigo, que nunca me negou ajuda nos momentos de aperreio durante a pesquisa, pelas dicas de leitura, pelas conversões monetárias e pelos eventos. Obrigada pelo companheirismo.

Aos professores do mestrado: Pere Petit, Edilza Fontes, José Alves e Francivaldo Nunes, por todos os ensinamentos. Aos colegas de turma: Roberta Sauaia com quem já dividi o trabalho no CMA, Aline Bragança, Fabrício Ribeiro, José Maria Junior, Elis Vieira, por todas as risadas e troca de conhecimento. Aline Bragança, eterna “purfa” e “matadora de

passarinho”, obrigada por tudo quanto já compartilhamos nessa vida, sei que sempre posso contar com tua amizade.

Às meninas, Lílian e Cintia, sempre solícitas, dispostas a ajudar em todas as situações, sejam nos trâmites da secretaria ou na guarda da chave do Ruma. Obrigada por tudo.

Ao professor Otaviano Vieira, pela oportunidade em trabalhar no CMA, no ano de 2009, de onde surgiu todo este trabalho, por ter confiado em mim, por sempre se mostrar preocupado e disposto em nos ajudar nas pesquisas e na vida, obrigada professor! À minha orientadora Cristina Cancela, exatamente por TUDO. Por ter me ensinado a estudar melhor os inventários, por ter me incentivado á buscar sempre mais conhecimento, por me fazer gostar dos portugueses, por ser um exemplo de ser humano e profissional. Por ter corrigido meus erros, minhas ignorâncias, meus deslizes....Obrigada pelo carinho e, muitas vezes, toques de maternidade com que me tratou. Se cheguei até aqui foi porque, primeiro, vocês acreditaram em mim e seguraram minha mão. Obrigada, sempre!

Por fim, agradeço ao meu “filho” Athos...sim, agradeço ao meu cachorro...por ter sido o único ser vivo a me acompanhar em casa nos dias de carnaval, em que fiquei finalizando a dissertação. Por me trazer alegria, companheirismo, por me “escutar” e me causar sanidade nas madrugadas de estudo.

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS E IMAGENS

### LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

### RESUMO E ABSTRACT

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I: O que se escreve e sobre quem se escreve: Historiografia e Perfil da Imigração.....</b>	<b>48</b>
<b>1.1 Daquilo que se escreve: A historiografia da (E) Imigração Portuguesa.....</b>	<b>49</b>
<b>1.2 O perfil dos imigrantes em Belém.....</b>	<b>55</b>
1.2.1 A origem do imigrante.....	56
1.2.2 Distribuição dos portugueses por sexo.....	62
1.2.3 Estado Civil dos Imigrantes.....	65
1.2.4 Ocupação Profissional dos Emigrados.....	73
1.2.5 Nomeação de Herdeiros e Estratégias de Herança.....	88
<b>1.3 Considerações quase que finais.....</b>	<b>101</b>
<b>CAPÍTULO II: Por entre a cidade, o interior e além mar: a arte de acumulação portuguesa.....</b>	<b>102</b>
<b>2.1 Alocações da riqueza no período de surgimento e difusão da borracha nas pautas de exportação, 1840-1869.....</b>	<b>104</b>
<b>2.2 Patrimônios durante a consolidação e expansão da borracha, 1870 – 1909.....</b>	<b>119</b>
<b>2.3 Alocações do patrimônio durante a decadência e pós-decadência da borracha, 1910 – 1930.....</b>	<b>141</b>
<b>2.4 Apontamentos não finais.....</b>	<b>154</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>157</b>

**FONTES.....162**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 166**

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1.1:</b> Procedência Geográfica dos Imigrantes Portugueses em Belém, 1840-1930..	<b>59</b>
<b>TABELA 1.2:</b> Nacionalidade dos Cônjuges do Sexo Feminino.....	<b>67</b>
<b>TABELA 1.3:</b> Naturalidade dos Cônjuges do Sexo Feminino.....	<b>67</b>
<b>TABELA 1.4:</b> Ocupação Profissional dos Imigrantes Portugueses em Belém, no setor primário, 1840-1930 (Sexo Masculino).....	<b>78</b>
<b>TABELA 1.5:</b> Ocupação Profissional dos Imigrantes Portugueses em Belém, no setor secundário, 1840-1930 (Sexo Masculino).....	<b>84</b>
<b>TABELA 1.6:</b> Ocupação Profissional dos Imigrantes Portugueses em Belém, no setor terciário, 1840-1930 (Sexo Masculino).....	<b>85</b>
<b>TABELA 1.7:</b> Perfil dos Herdeiros do sexo Masculino em Belém, 1840-1930.....	<b>91</b>
<b>TABELA 1.8:</b> Perfil dos Herdeiros do sexo Feminino em Belém, 1840-1930.....	<b>91</b>
<b>TABELA 2.1:</b> Valores das Fortunas nos anos de 1840 a 1869 (Réis).....	<b>106</b>
<b>TABELA 2.2:</b> Valores das Fortunas nos anos de 1870 a 1909 (Réis).....	<b>120</b>
<b>TABELA 2.3:</b> Valores das Fortunas nos anos de 1910 a 1930 (Réis).....	<b>144</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1:</b> Hospedaria dos Imigrantes em Outeiro.....	<b>30</b>
<b>IMAGEM 1.1:</b> Propaganda da Darlindo Rocha & Companhia.....	<b>81</b>
<b>IMAGEM 2.1:</b> Interior da Casa Comercial “Pekin” .....	<b>135</b>

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

<b>FIGURA 1:</b> Planta da Cidade de Belém, 1905.....	<b>36</b>
<b>FIGURA 1.1 :</b> Mapa Distrital de Portugal e Ilhas.....	<b>57</b>
<b>FIGURA 2.1:</b> Ilha de Marajó e Municípios.....	<b>129</b>
<b>GRÁFICO 1.1:</b> Distribuição dos Portugueses por Sexo, Belém (1840-1930).....	<b>63</b>
<b>GRÁFICO 1.2:</b> Condição Civil dos Imigrantes, Belém (1840-1930).....	<b>66</b>
<b>GRÁFICO 2.1:</b> Bens Móveis (Belém, 1840-1869).....	<b>109</b>
<b>GRÁFICO 2.2:</b> Bens Imóveis (Belém, 1840-1869).....	<b>111</b>
<b>GRÁFICO 2.3:</b> Bens Imóveis (Belém, 1870-1909).....	<b>122</b>
<b>GRÁFICO 2.4:</b> Bens Móveis – Investimentos Financeiros (Belém, 1870-1909).....	<b>130</b>
<b>GRÁFICO 2.5:</b> Bens Móveis – Materiais (Belém, 1870-1909).....	<b>137</b>
<b>GRÁFICO 2.6:</b> Bens Imóveis (Belém, 1910-1930).....	<b>146</b>
<b>GRÁFICO 2.7:</b> Bens Móveis – Investimentos Financeiros (Belém, 1910-1930).....	<b>149</b>
<b>GRÁFICO 2.8:</b> Bens Móveis – Materiais (Belém, 1910-1930).....	<b>152</b>

## RESUMO

Este trabalho discute a composição das fortunas dos imigrantes portugueses na cidade de Belém, entre os anos de 1840 a 1930. Através do uso serial de inventários *post mortem* e de outras fontes, pôde-se analisar quais as principais formas de investimento dos portugueses na cidade, entre os períodos de surgimento, consolidação e declínio da economia extrativa da borracha. Buscando não somente investigar a composição em si das fortunas, mas também as mudanças, ou não, no padrão de acumulação, demonstrando a participação ativa destes sujeitos na dinâmica da cidade.

**Palavras Chave:** Belém; Séculos XIX e XX; Portugueses; Inventários; Fortunas.

## ABSTRACT

This essay discusses the composition of the Portuguese immigrants' fortunes, in the city of Belém, between the years of 1840 to 1930. By the *post mortem* inventories serial study and other sources, it was possible to analyze what were the main forms of investments most common among the portuguese in the city, between the periods of arise, peak and decline of the rubber extractive economy. Seeking not only to investigate the composition of wealth itself, but also the possible changes, or the lack of it, on the fortunes accumulation patterns, demonstrating these individual's active participation in the city's dynamics.

**Keywords:** Belém; 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries; Portugueses; Inventories; Fortunes

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto dos desdobramentos da pesquisa que iniciei ainda como bolsista de Iniciação Científica na graduação, durante os anos de 2011 a 2013, sob responsabilidade de minha atual orientadora Prof<sup>a</sup> Cristina Donza Cancela. Durante a graduação realizamos o levantamento de inventários *post mortem* e testamentos<sup>1</sup> para o estudo da imigração portuguesa entre os anos de 1850 a 1920, com enfoque para os arranjos familiares e comerciais estabelecidos. Ao final do levantamento contamos com pouco mais de 400 indivíduos, cujas informações foram inseridas em base de dados e compiladas para a escrita da monografia, defendida em 2013. Durante a investigação dos inventários chamava-nos atenção os bens descritos pelos portugueses e como as descrições foram mudando seu perfil do decorrer dos anos. Escravos, joias, roupas, baús, e mais uma variedade de bens foram sendo substituídos por casas, quartos de casas, grandes sobrados, sorte de terras e outra variedade de investimentos financeiros, demonstrando uma sólida inserção dentro da economia da cidade, estando em igualdade de acesso aos rendimentos econômicos, com relação aos nacionais.

De modo que, na habilitação ao mestrado, no PPHIST/UFPA, propomos investigar a composição das fortunas dos imigrantes portugueses entre os anos de 1850 a 1920, considerando sua atuação frequente na sociedade da época, sobretudo quando da consolidação da economia extrativa do látex. Buscando não somente investigar a composição das fortunas, mas também as mudanças sofridas nos padrões de acumulação durante o recorte temporal proposto. Em virtude de limitações com as fontes, sobretudo seu estado de conservação, optamos pela ampliação da temporalidade, agregando mais 20 anos de estudo, o que nos possibilitou chegar a 561 registros de inventários entre os anos de 1840 a 1930.

Diversos são os trabalhos que tem se voltado ao uso dos inventários *post mortem* para o estudo das sociedades e dos indivíduos em diversas temporalidades<sup>2</sup>. As informações que

---

<sup>1</sup> Para esta pesquisa foram consultados os seguintes fundos no Arquivo do Centro de Memória da Amazônia: 1ª Vara Cível – Cartório Santiago, 1889-1930; 2ª Vara Cível – Cartório Odhon Rossard, 1866-1927; 4ª Vara Cível – Cartório Leão, 1862-1927; 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato, 1857-1930; 14ª Vara Cível – Cartório Sarmiento, 1840-1923.

<sup>2</sup> Cf. FURTADO, Júnia Ferreira. “Testamento e inventários: A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi & De Luca, Tânia Regina. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009;



estas fontes trazem dão suporte para os estudos na Demografia, Economia, Sociologia e História e como proposto neste trabalho, ao estudo dos imigrantes portugueses, quanto a composição e alocação de suas fortunas em um cenário diverso e movimentado na Belém em meados do século XIX e início do XX.

Provenientes de distintas localidades do território português, o que por si já confere pluralidade aos sujeitos, estes imigrantes viam no Brasil, e na cidade de Belém, uma nova possibilidade de estabelecimento, cujas ações, em sua maioria, foram norteadas pela perspectiva de realizar sonhos, criar fortuna ou, como ocorreu com uma parcela considerável, apenas sobreviver e esperar por uma oportunidade de retorno ao seu país. Neste cenário os moldes e costumes múltiplos interagiram no cotidiano, forjando a dinâmica e a diversidade da sociedade de Belém no passar dos anos.

Marcado pelo intenso e sempre contínuo fluxo de portugueses, o final do século XIX e início do XX, também foi caracterizado pela consolidação, expansão e decadência da economia extrativa do látex, a borracha, considerada uma das, se não a principal, força motriz para a vinda dos portugueses, que além de manterem ligações diretas com a antiga colônia viam no trabalho com a borracha, ou com as atividades impulsionadas indiretamente por ela, a possibilidade de alcançarem a sonhada fortuna.

Entre idas e vindas da capital para os municípios do interior e demais estados da região, um grande número de migrantes permanecia em Belém, expressivo centro urbano à época. O português, seguido do espanhol, formaram os grupos étnicos mais presentes no cenário da capital<sup>3</sup>. Juntamente com diversos outros grupos, os portugueses experimentaram na cidade a modernização da fase final do século XIX e início do XX, que fez com que a capital ficasse conhecida como uma das *ciudades-boom* brasileiras<sup>4</sup>.

Envolvidos nessa trama, os lusitanos desempenharam diversos papéis na cotidianidade da urbe, mesmo quando o contexto no qual agiam no Pará fosse demasiado diferente daquele vivido na terra natal. Destacam-se, especialmente, os ligados ao comércio de gêneros diversos inclusive dos provenientes da exploração da borracha. Por assim estarem inseridos, e por

---

SAMARA, Eni de Mesquita. (org.). **Testamentos e Inventários: Fontes Documentais para a História Social e Econômica de São Paulo séculos XVIII-XIX**. São Paulo: CEDHAL, 2000; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; LOPES, Luciana Suaréz. **Sob os olhos de São Sebastião – A cafeicultura e as mutações na riqueza em Ribeirão Preto, 1849 – 1900**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>3</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)**. Belém: Ed. Açaf, 2011, p. 99.

<sup>4</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle Époque**. Belém: PakaTatu, 2010, p. 28.

conviverem com o dinâmico processo de crescimento econômico da região amazônica, os portugueses, gradativamente, foram investindo nas formas mais diversas de lucro, como a aquisição de vários imóveis voltados para o aluguel, arrendamentos de terrenos, além do investimento em ações e apólices, sobretudo pela emergência das grandes casas bancárias da província.

A expansão das atividades comerciais, durante os anos de maior amadurecimento do negócio da borracha, fomentou a demanda por novas formas de crédito e de seguro. Com o advento dessa fase as firmas mais importantes começaram a negociar com milhares de contos, já não podendo contar apenas com a boa vontade das casas importadoras para dar apoio as suas necessidades de crédito, além disso, havia a preocupação das casas aviadoras em adquirir créditos em curto prazo que cobrissem os pagamentos anuais das mercadorias aviadas para os seringueiros no interior, que ora sem crédito para adquirir mercadorias, suspenderiam suas atividades de imediato. As instituições bancárias estariam servindo de suporte para as atividades em curso, estabelecendo linhas de crédito com as firmas, que depositando suas notas promissórias sob o controle dos bancos, constituíam uma freguesia fiel e endividada das nascentes instituições<sup>5</sup>.

Com o intuito de dar visibilidade a esses agentes, além de estudar suas fortunas como uma forma de inserção e participação na dinâmica econômica e social de Belém, optamos pelos inventários *post-mortem*, analisados neste trabalho do ponto de vista quantitativo e qualitativo. É importante destacar que esta fonte ajudou no estabelecimento da visibilidade dos sujeitos de diversas condições sociais, haja vista que tanto eram inventariados grandes nomes da elite como sujeitos das camadas populares, que vivenciavam de forma diferente aquilo que a cidade e seus lucros poderiam lhes oferecer. Atentamos para a caracterização dessa elite, cujo termo não apresenta um consenso entre os estudiosos, mesmo sobre quem são e quais suas características. Empregado de forma ampla e descritiva, o termo refere-se a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou distribuição de recursos”, onde podemos enquadrar os dirigentes, pessoas influentes, os abastados ou privilegiados<sup>6</sup>.

Mediante o uso da história quantitativa junto ao objetivo de se estudar a composição e o movimento das fortunas, fez-se necessário buscar medidas temporais mais amplas, ir além

---

<sup>5</sup>WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 95-97.

<sup>6</sup>HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7.

dos grandes dias da história tradicional, ou dos anos mais emblemáticos, recorrendo então ao movimento de décadas, neste caso nove décadas, fazendo da longa duração um instrumento eficaz na percepção das mudanças ou permanências dentro do corpo social que influenciaram, ou não, na composição dos patrimônios pessoais.

Dentro do campo econômico, destaca Braudel, a longa duração vem descortinando os acontecimentos e obtendo êxitos inegáveis, de maneira que regularidades ou permanências de sistemas têm sido esclarecidas por estudos que envolvem os ciclos e interciclos, sendo responsável por apresentar uma série de traços comuns imutáveis e outros responsáveis pelas rupturas que renovam a face das sociedades<sup>7</sup>, em Belém, por exemplo, a borracha não significou uma total ruptura com o sistema agrícola, mas foi responsável por inaugurar e consolidar novas formas de investimento na capital e interiores. Foi possível, por exemplo, observar a transição de um sistema de crédito de caráter pessoal que tinha na “palavra” a garantia da verdade, para um sistema bem mais capitalista, institucionalizado com casas de crédito, negociantes de ações e apólices, fluxo intenso de notas promissórias, mudanças estruturais melhor observadas mediante a ampliação do recorte temporal e levantamento documental diversificado.

Muitos trabalhos utilizaram a longa duração para ampliar a visão sobre os movimentos econômicos e da produção, das oscilações do mercado que fomentaram novas formas de acumular bens e capitais, entre outras questões envolvendo a economia e, conseqüentemente, a formação dos patrimônios.

O pioneiro trabalho de Zélia Cardoso de Mello “Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895”, dedicado à riqueza da sociedade, tratando das fortunas familiares através de fontes cartorárias, principalmente inventários *post mortem*, é um rico exemplo de como o uso da longa duração é eficaz para a percepção sobre a cultura material e a riqueza dos indivíduos em uma São Paulo imersa na dinâmica de acumulação orientada pelo capital cafeeiro. Uma economia exportadora capitalista que promoveu os movimentos das formas de riqueza como expressão da superação do escravismo e da emergência do capitalismo. Esse movimento no perfil das riquezas permitiu à autora concluir que a mudança na forma de riqueza estava diretamente ligada ao fortalecimento de um grupo social com características específicas. Na medida em que o capital se libertou dos escravos defrontou-se com uma

---

<sup>7</sup> BRAUDEL, Fernand. **A Longa Duração**. História e Ciências Sociais. Lisboa: Editora Presença, 1990, p. 13-17.

variedade de alternativas que “produziu um capitalista” comprometido desde antes com a acumulação do capital, e que já surge como a classe que personifica interesses diversos, comerciais, financeiros e agrários. Indivíduos e famílias possuidoras de riqueza que criavam novas oportunidades de investimentos, e ainda desfrutando de uma série de outros negócios, que não diziam respeito somente aos novos modelos de investimento de capital<sup>8</sup>.

Ainda para São Paulo, a obra de Muriel Nazzari “*O desaparecimento do dote – Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*” busca investigar o desaparecimento do dote com o passar dos séculos. Iniciando as análises quando a respectiva prática ainda vigorava, a autora buscou por padrões de mudança que pudessem explicar, de maneira mais convincente, o desaparecimento da prática de dotação. Para a pesquisa dos três séculos, Nazzari também se utilizou dos inventários, incluindo ainda os testamentos, reinvidicações de credores, recibos de pagamentos, entre outras fontes de origem cartorária, úteis para a observação das mudanças sociais em virtude das poucas alterações sofridas em sua estrutura no correr dos séculos<sup>9</sup>.

Para a Amazônia o clássico trabalho de Barbara Weinstein “*A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*” constrói um fértil cenário de estudo sobre o apogeu e a decadência da expansão da borracha no vale amazônico, examinando, entre outros aspectos, as relações de produção e de troca, a participação do capital estrangeiro e a influência externa sobre a forma de companhias estrangeiras de exploração e comércio. Os setenta anos de estudo engloba o início da exploração, seu apogeu e, por fim, sua derrocada. A autora pôde constatar, entre outros aspectos, as mudanças nos investimentos dentro a cidade e dos interiores, bem como o desenvolvimento de novas estruturas; que a economia da borracha na Amazônia, embora imersa em uma rede que envolvia nacionais e estrangeiros, suprindo, sobretudo as indústrias estrangeiras, continuou sendo essencialmente pré-capitalista nas relações de produção e troca, apontando elementos explicativos sobre o porquê da expansão da borracha não ter feito surgir transformações fundamentais na sociedade amazônica<sup>10</sup>.

Outro elemento a considerar, para além da quantificação dos dados e da longa duração, é a proximidade com a cultura material. Até finais do século XX, as obras que discutiam os objetos do cotidiano, os artefatos, as fortunas e o patrimônio estavam, em geral,

---

<sup>8</sup> MELLO, Zélia Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.

<sup>9</sup> NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do Dote – Mulheres, Famílias e Mudança Social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>10</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*

associadas àquelas referentes à história da família, do espaço doméstico, da organização e do sistema de moradia<sup>11</sup>. Braudel afirma que estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o luxo, utensílios, os instrumentos monetários – em suma, tudo aquilo de que o homem se serve, é uma das formas de avaliar sua existência cotidiana<sup>12</sup>. Martinez complementa que o historiador voltado à temática da cultura material deve estudar a simbiose dos objetos junto à sociedade e cultura que os criaram, o mercado que os distribuiu e a economia que permitiu sua existência funcional<sup>13</sup>, de maneira que debruçar-se sobre o patrimônio dos portugueses em Belém é entender as estruturas materiais que foram se erguendo por de trás dos números, favorecendo a consolidação e mudanças no patrimônio.

Mesmo direcionando nosso interesse para as mudanças econômicas e sua influência sobre a formação do patrimônio dos portugueses em Belém, não podemos deixar de situar o leitor na dinâmica da cidade, o palco onde estas mudanças se orquestraram, de modo que elegeamos alguns aspectos fundamentais para referenciar a cidade, entre eles as dinâmicas econômicas, populacional, política e urbana de Belém entre os anos de 1840 a 1930.

## **A ECONOMIA DA CIDADE**

Na primeira metade do século XIX a economia de Belém era, em grande medida, movida pelos produtos provenientes do interior, quando o capital da borracha ainda não era proeminente no mercado. Os portos da cidade recebiam diariamente carregamentos da produção das vilas e pequenas cidades do interior. Em seu trabalho, Sidiana Macêdo destaca as localidades de Cameté, Marajó, Monsarás, Óbidos, Santarém, Bragança, Vigia, como aquelas de onde vinham boa parte dos produtos que abasteciam o mercado interno e também aquele destinado à exportação. De modo que, essa relação comercial tornara-se fundamental tanto para as localidades do interior como também para Belém que contava com os gêneros alimentícios, sobretudo os de primeira necessidade, como a carne verde das Ilhas do Marajó,

---

<sup>11</sup> MARTINEZ, Cláudia Eliane. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG (1840-1914)**. (Tese). Programa de Pós Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, 2006, p 32.

<sup>12</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo nos séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano**. V. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 19.

<sup>13</sup> MARTINEZ, *op. cit.*, p. 47.

Mexiana e Caviana; a farinha de Bragança, Abaeté e Moju; e o peixe seco/fresco de Vigia, Santarém e Cametá<sup>14</sup>.

Como protagonista da circulação desta produção está a figura do porto, que embora tenha seu maior reconhecimento após a segunda metade do XIX como o grande ponto de escoação da produção da borracha na Amazônia, desde antes da prominência do látex já desempenhava papel fundamental para a vida econômica da capital da província. Mália Sales ao estudar o movimento dos portos em Belém e a participação das embarcações no cenário econômico da cidade constatou que, entre os anos de 1840 e 1870, o comércio da Província do Pará era marcado pela “forte relação mercantil que seu porto estabeleceu com portos estrangeiros, caracterizando uma dependência desse comércio com os estrangeiros”<sup>15</sup>.

Sales afirma ainda que entre os anos de 1836 a 1870 a exportação respondeu por valores entre 50% a 60% da renda total arrecadada na província<sup>16</sup>. Nessa mesma linha, o economista Roberto Santos aponta que a ao findar da primeira metade do século XIX, em 1848, os principais produtos regionais de exportação eram o fumo, em primeiro lugar, seguido do cacau, couros, borracha e arroz<sup>17</sup>. No caso do cacau, Luciana Batista informa que com exceção do período de 1857 a 1862, quando teve uma ligeira queda, a produção cresceu quase que constantemente, alcançando as 1.108.117 arrobas no intervalo de 1862 a 1867, ao contrario do quinquênio de 1842 a 1852 quando seu volume foi de 131.615 arrobas<sup>18</sup>, de maneira que se manteve bem próximo aos números da borracha, considerada o principal bem de exportação provincial no limiar do século XIX. Os números do arroz com casca também reforçam seu progressivo aumento na produção, entre os anos de 1847 a 1852 a exportação foi de 18.939 arrobas, já entre 1852 a 1857 alcança o valor de 193.259 arrobas, mesmo com uma ligeira queda entre 1857 a 1862, a exportação “mais que duplicou em comparação a esse último quinquênio”, atingindo 411.852 arrobas<sup>19</sup>. Números que demonstram o não abandono da produção agrícola no Pará para o beneficiamento, quase exclusivo, da extração da borracha, ao contrário do que algumas autoridades afirmavam em seus discursos.

<sup>14</sup> MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2009, p. 30-32.

<sup>15</sup> SALES, Mália Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias: O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2012, p. 50.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>17</sup> SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980, p. 53.

<sup>18</sup> BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c. 1870**. (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 65-66.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 67.

Há época, o vice-presidente da província Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, afirmava que:

“O estado do nosso comércio continua a ser florescente [...] A lavoura porem arrasta uma existência deproravel, e se não fora a superabundância de produtos exportancos que enriquecem as margens dos nossos inúmeros rios, esta Provincia seria das mais pobres [...] e se os lavradores não forem eficazmente estimulados a melhorarem os processos de cultura e fabrico, é para receiar que os seringais absorvão os poucos braços que ainda se empregão na cultura da terra. Não quero com isto dizer que de deve hostilizar a produção da gomma elástica, se não que por meios indirectos procure-se melhorar a agricultura, para que os seus lucros correspondão aos das outras industrias [...]”<sup>20</sup>.

Com o passar dos anos o que se percebe é que do quarto lugar a borracha atinge o topo das pautas de exportação da província, chegando a 1867 com uma tendência constante de crescimento. Batista aponta que de apenas 15.979 arrobas vendidas para países estrangeiros entre 1847 e 1852, os volumes de borracha alcançam os 1.374.931 arrobas entre 1862 a 1867<sup>21</sup>.

Em um primeiro momento entre os anos de 1840 a 1870 a cotação da borracha fina em Belém se mostrou crescente, sobretudo a partir da década de 60, quando entre 1865-1866 chegou ao valor de 1\$590 mil réis/quilo, passando para 2\$574 mil réis/quilo nos anos de 1870-71<sup>22</sup>. No intervalo de 1847-1867 os números da exportação da goma indicam a tendência de crescimento constante que perduraria durante vários anos.

Os anos de 1870 a 1909 são referidos como o momento de consolidação e expansão da economia gomífera na região. Em 1882, a produção dos gomais amazônicos já influía no processo econômico do país. Ocupava o terceiro lugar no quadro de exportação do Império, apenas o café e o açúcar se lhe mantinham à frente<sup>23</sup>. Com o aumento das exportações de borracha e a alta dependência em que a economia regional mantinha com tais, às receitas públicas só lhes restavam crescer, e assim fizeram firmemente durante os anos de 1890 até 1910, quando começam a sentir, de forma intensa os sinais de crise.

Em termos de valores, em 1890 arrecadou-se no Pará, em média, 14. 035 contos de réis, evoluindo para 44.220 contos de réis, depois para 55.881 contos de réis até chegar em

<sup>20</sup> PARÁ – Relatório Apresentado ao Exº Sr. Angelo Thomaz do Amaral pelo primeiro vice – presidente da Província do Gram Pará, o Exm. Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis. Em 15 de Agosto de 1860. Pará, Typ. Commercial de Antonio Joze Rabello Guimaraes, Rua dos Mercadores, casa Nº 6 AA, 1860, p. 7.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>22</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 214.

<sup>23</sup> CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 310-311.

72.771 contos de réis, respectivamente, para os anos de 1900, 1905 e 1910<sup>24</sup>. A cotação da borracha manteve-se oscilante em praticamente todo o século XIX, alcançando o maior valor médio em 1898 quando esteve cotada em 10\$560 mil réis/quilo, em 1905 a média esteve em 6\$390 mil réis/quilo, fechando 1909 com a média de 7\$960 mil réis/quilo<sup>25</sup>.

Além da arrecadação provincial e das boas frações alcançadas com a borracha, a liquidez econômica também foi percebida na ampliação e criação de novas estruturas bancárias e de seguros, ampliação e melhoramento dos serviços públicos, resultantes do excedente de capital que a borracha gerava nos cofres públicos. Instituições que receberam constantes investimentos por parte de muitos dos portugueses encontrados em nossa pesquisa, sobretudo bancos e seguradoras.

A partir de 1910 começava-se a sentir, de maneira expressiva, os sinais da crise pela qual a praça do comércio de Belém viria a passar, ocasionada, em grande medida, pelo esgotamento das árvores nos municípios mais antigos de extração e pela queda dos preços. Junto a isso soma-se a concorrência com a produção oriental, haja vista que finalmente as plantações de hévea na Ásia tinham dado resultados, e agora produziam grandes quantidades de borracha e de melhor qualidade que a nativa amazônica<sup>26</sup>. Em 1919, enquanto o Brasil subentende-se a Amazônia, produzia 34.285 toneladas da borracha silvestre, a Ásia produziu 381.860 toneladas da borracha cultivada. Tratava-se de uma infeliz comparação entre o sistema extrativista e mercantil da atividade gomífera da Amazônia, de base empírica, com os processos científicos, a organização moderna e os estilos avançados da heveicultura asiática<sup>27</sup>. A arrecadação média anual da província despencou em menos de cinco anos, passando de 72.771 contos de réis em 1910, para somente 29.332 contos de réis no ano de 1915, em 1920 os números tornaram a cair para 19.720 contos<sup>28</sup>. O ano de 1910 registrou a maior e última alta alcançada pelos preços médios anuais da borracha em Belém, a cotação deste ano ficou em 10\$050 mil réis por quilo. Desde então a média da borracha fina em Belém não ultrapassou mais os 5\$705 mil réis por quilo, valor alcançado em 1911, chegando a marca 2\$400 mil réis por quilo em 1920<sup>29</sup>.

Enquanto Belém vivia às voltas com a economia da borracha, o Rio de Janeiro convivia sob a marcha crucial do café, demonstrando mesmo de forma ínfima que os avanços

<sup>24</sup> SANTOS, *op. cit.* p. 192-193.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 214.

<sup>26</sup> WEINSTEIN, *op. cit.* p. 243.

<sup>27</sup> SANTOS, *op. cit.* p. 236-237.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 214.



econômicos da exportação brasileira estavam interligados, moldando os traços da Primeira República. O *boom* do café no Rio de Janeiro começou em 1820 e perdurou até 1890, bem maior que os trinta e nove anos do dito *boom* da borracha na Amazônia. Entre os anos de 1889 e 1920 o café era o produto número um das exportações brasileiras e também da cidade do Rio, que ocupava o terceiro lugar nacional em produção. O gênero foi o maior gerador de riqueza regional, promovendo impactos significativos na diversificação das atividades econômicas, assemelhando-se ao que a borracha promovera na Amazônia<sup>30</sup>.

O café também suscitaria mudanças na cidade de Santos, estado de São Paulo, sobretudo pela dinâmica portuária da cidade, principal escoadora da produção de café e demais mercadorias de importação do país. A ampliação do serviço portuário implicava na interferência direta no espaço da cidade, que inclui os sistemas de transportes e rede de serviços a ele associados, além da rede de moradia e ocupação urbana<sup>31</sup>. A partir de meados do XIX Santos impulsiona sua economia pela exportação do café oriundo do interior paulista, que chegavam até o porto por meio do sistema de ferrovias, interligando as áreas interioranas aos centros. Ao final do XIX, com os melhoramentos acima referidos no espaço urbano, a cidade paulista começa a atrair uma grande massa de imigrantes de diversas origens, especialmente os portugueses, empregando-se em diversas áreas da economia, sobretudo na portuária<sup>32</sup>.

Na medida em que Belém fazia dos rios e da navegação a vapor seus aliados na ampliação de sua rede de exportação, na capital federal era o sistema ferroviário que garantia a maximização da exportação, modernizando a economia fluminense, na medida em que companhias construtoras locais eram contratadas e capacitavam sua mão de obra. Ademais, pode-se ainda entender a produção extensa do café e o sistema ferroviário implantado como elementos que reforçaram a época, o poder e a riqueza de uma elite, que viria a viver contendas com a produção a partir de 1890, quando uma lenta e duradoura crise se aproximava, marcada, sobretudo, pelo fechamento da fronteira de expansão no mesmo ano,

---

<sup>30</sup> MELO, Hildete Pereira de. **O Café e a Economia Fluminense: 1889-1920**. In. História Econômica da Primeira República. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, p. 216-217.

<sup>31</sup> SANTOS, Ana Lúcia Duarte Lanna. **Santos: Transformações Urbanas e Mercado de Trabalho Livre 1870-1914**. In. *História Econômica da Primeira República*. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, p. 300.

<sup>32</sup> FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. **Negociantes portugueses e comércio em Santos no período de 1861 a 1892**. In: *De colonos a imigrantes- I (E) migração portuguesa para o Brasil*. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et al.]. São Paulo: Alameda, 2013, p. 501.

pelo grande número de cafezais velhos e os altos custos monetários para a realização de novas plantações, elementos que restringiram a expansão econômica da capital, mesmo que isso não tenha significado uma profunda estagnação na economia e uma profunda crise<sup>33</sup>, como se costuma atribuir à crise da borracha na Amazônia.

Em Minas Gerais, indo na contra mão das grandes áreas agroexportadoras, a economia centrou suas forças na consolidação de uma indústria têxtil no início da década de setenta do século XIX, quando houve um surto de investimentos na indústria de tecidos. A grande expansão da indústria de tecidos mineira deu-se na década de oitenta, quando se identificou na região um pequeno, porém significativo, surto industrial, que viria promover o aumento nas sociedades de capitais que estabeleceriam as primeiras fábricas mineiras. O capital das companhias concentrava-se nas mãos de acionistas, o que indica, mesmo que de maneira ainda discreta, pequenas alterações nos padrões de investimentos em Minas Gerais<sup>34</sup>, semelhante à Belém e a pulverização de instituições bancárias e companhias de seguro, que tinham na venda de suas ações a garantia de rendimentos.

Entendemos, por fim, que o crescimento e a liquidez econômica observados em Belém, a partir da segunda metade do século XIX, não foram fatos isolados e excepcionais, mas faziam parte de um conjunto de investimentos que estabeleceram as bases para novos cenários que viriam junto com a República.

## A POPULAÇÃO CRESCENTE

Tratar do comportamento populacional de um território, em particular da cidade de Belém, é considerar que o movimento da população esteve diretamente relacionado a aspectos diversos da sociedade, entre eles a economia, política e a natureza.

No censo de 1823 a população da capital girava em torno de 12.467 moradores, distribuídos em dois bairros principais: o da Cidade e o da Campina. Baena indica na Freguesia da Sé um total de 2.574 brancos, 450 indianos, pretos e mestiços e 2.942 escravos, somando 5.966 habitantes; na Freguesia da Campina havia 3.069 brancos, 659 indianos,

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 220-232.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, M. Tereza de. **Indústria Têxtil Mineira do Século XIX**. In. História Econômica da Primeira República. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, p. 235-253.

pretos e mestiços, e 2.773 escravos totalizando 6.501 habitantes<sup>35</sup>. Para a mesma época outros números foram apresentados de modo divergentes aos de Baena. Os naturalistas Spix e Martius por passagem pela capital consideraram em 1820 a população de 24.500 almas para Belém. Já o presidente da província João Antônio de Miranda apontava para 1825 um total de 13.240 chegando em 1830 a 13.460 habitantes. Os naturalistas Bates e Wallace identificaram a cifra de 15.000 almas no ano de 1848<sup>36</sup>.

Luiz Valente afirma que na primeira metade do XIX Belém possuía uma significativa população residente na cidade, embora sua comarca abrangesse outras localidades interioranas. População que continuaria a oscilar nas contagens populacionais quando do início da Cabanagem no Pará que agitou a capital da província entre os anos de 1835 e 1840, onde muitos foram mortos, outros fugiram e uma parte acabou sendo presa e deportada<sup>37</sup>. Economicamente, predominavam as exportações agrícolas, sobretudo do cacau, estando a borracha, ainda, sem relevância para os cofres da província.

A partir da segunda metade do século XIX o crescimento da população citadina havia despertado mudanças na cidade, a contar dos melhoramentos que já poderiam ser sentidos em 1868, quando o número de habitantes de Belém foi contabilizado em 30.000 e a borracha havia ascendido em importância para as rendas provinciais, garantindo um crescimento de 100% nas taxas de exportação entre os anos de 1852 e 1865<sup>38</sup>.

Já na década de 1870, Belém contava com uma população de 61.997 habitantes, incluindo a capital e outros distritos do interior que faziam parte de sua comarca, entre eles São Domingos, Acará, Pinheiro, Ilha das Onças, e outros<sup>39</sup>. À medida que a população livre da cidade crescia, favorecida bastante pela entrada de migrantes nordestinos, diminuía a porcentagem da população escrava. Bezerra Neto observou que já em 1872 havia 5.087 cativos, 14,7% dos 34.464 habitantes da sede do município. Em 1888 esse número reduz ainda mais para 2.196 cativos que residiam nos distritos da capital, representando 5% de sua população, estimada em 40.000 pessoas<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> BAENA *apud* GUIMARAES, Luiz Antônio Valente. **As casas e as coisas: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias em Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006, p. 45.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>37</sup> *Ibidem, Ibidem*.

<sup>38</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)**. Belém: Ed. Açáí, 2011, p. 68.

<sup>39</sup> *Ibidem, Ibidem*.

<sup>40</sup> BEZERRA NETO, José Maia. **Histórias Urbanas de Liberdade: Escravos em Fuga na cidade de Belém, 1860-1888**. Revista Afro-Ásia, nº 28 (2002), 221-250, p. 224.

No período de maior expansão da borracha na Amazônia, o censo de 1890 já contabilizava 50.064 habitantes em Belém, mantendo-se crescente na maior parte dos anos seguintes, chegando à virada do século XX com um número estimado de 96.560 habitantes<sup>41</sup>. Em 1920 o censo já indicava um crescimento exorbitante da cidade se comparado aos levantamentos anteriores, contabilizando 236.402 habitantes.

De modo geral, o crescimento populacional observado em Belém é resultado de dinâmicas que envolvem contextos além do vale amazônico. Dinâmicas que envolvem levas de migrantes brasileiros, sobretudo nordestinos que viram em Belém e na borracha uma oportunidade de fugirem das secas e da pobreza; migrantes estrangeiros que viam no Brasil a porta de entrada para uma nova realidade econômica e distanciamento dos horrores da guerra.

Levas de sujeitos que fugidos de secas, de pobreza, da falta de oportunidades ou de guerras, buscavam no Brasil e na Amazônia chão para morar e trabalhos por realizar.

### *Migração Nacional*

As levas migratórias sempre contribuíram para o crescimento das cidades nas diversas regiões do país, o que não seria diferente na Amazônia. No que diz respeito a Belém, de modo particular, chamamos atenção para a participação dos nordestinos na composição populacional da cidade a partir da década de 1870, quando sua presença se tornara mais constante e significativa.

Alegando preocupação com o suposto abandono da agricultura, por conta da extração da borracha, e vendo a necessidade em se implementar núcleos agrícolas bem estruturados com trabalhadores ligados a terra, os governantes passaram a dar mais importância a questão da migração. No ano de 1877, ano de seca no Ceará, motivador da vinda de muitos migrantes para a Amazônia, o Presidente da Província do Pará, Bandeira de Mello, demonstra preocupação com a ocupação do vasto território da província, em que a pouca população carecia de meios para explorar as riquezas de seu solo, acreditando que somente a colonização seria “o meio de preencher esse desiderato”<sup>42</sup>. No entanto, as iniciativas voltadas para a instalação de núcleos coloniais não foram pertinentes, de modo que, frente ao fracasso, boa parte dos migrantes se dirigiu para as cidades e seringais<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> CANCELA, *op. cit.* p. 70.

<sup>42</sup> LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Editora Açai, 2010, p. 304-305.

<sup>43</sup> SANTOS, *op. cit.* p. 87.

Nos períodos de estiagem entre os anos de 1877-78 e 1888-89, mais de 17.000 nordestinos haviam se deslocado para o Pará. Entre os anos de 1899 e 1900 em torno de 8.000 pessoas chegaram à cidade, assentando-se, em sua maioria, em áreas ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, onde estavam instalados os núcleos coloniais apoiados pelo governo, entre eles a Colônia de Benevides, Colônia do Apeú, Colônia Araripe e a Colônia de Castanhal<sup>44</sup>.

Francivaldo Nunes ao estudar a colônia de Benevides, afirma que havia a preocupação por parte dos governantes em atrair para estes lotes a população paraense espalhada no interior da província, que vivia daquilo que a natureza lhes aprouvesse, a fim de configurar nestas áreas perfis nacionais. Á época de sua instalação o então presidente da província Francisco Maria de Sá e Benevides, durante um pronunciamento na área da colônia, convocava os colonos para “essa nova empreitada em defesa da agricultura, do povoamento e da substituição da cobertura vegetal de floresta por plantações de gêneros agrícolas”<sup>45</sup>.

No século XX novas secas representaram novas levas de migrantes para Belém, somente no intervalo de 1915 a 1916 um total de 18.255 nordestinos chegaram a cidade, destes 17.163 ficaram no Pará, os demais optaram pelos territórios do Amazonas e do Acre<sup>46</sup>. Embora estes números sejam provenientes da administração pública, precisam ser problematizados, especialmente pelos novos dados a cerca deste processo, que apontam a saída de 300.000 nordestinos entre os anos de 1869 a 1900, deste total pelo menos 255.526 optaram pela Amazônia<sup>47</sup>.

Os que preferiram manter-se na cidade, ao invés dos núcleos coloniais, poderiam se dirigir à *Hospedaria dos Imigrantes* subsidiada pelo governo, a exemplo da Hospedaria de Outeiro, espaço de socialização e compartilhamento de informações sobre as oportunidades de trabalho que a cidade lhes oferecia, ou a falta dele, pelo menos em condições institucionalizadas, tendo em vista que predominavam os trabalhos de diária, agência, mal remunerados e esporádicos.

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>45</sup> NUNES, Francivaldo Alves. **A Semente da Colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2008, p. 12.

<sup>46</sup> CANCELA, 2001, *op. cit.*, p. 72.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 73.

**IMAGEM 1**  
**HOSPEDARIA DE IMIGRANTES EM OUTEIRO**



FONTE: Biblioteca Digital “Fórum Landi”, disponível em <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital>.

Havia, no entanto, aqueles que se dirigiam diretamente para as áreas de seringais, garantindo os braços dos quais a borracha precisava para expandir sua produção, dentro dos limites do capital na região<sup>48</sup>.

*Migração Estrangeira*

Ainda sob o discurso da necessidade em povoar as áreas da província e maximizar a produção agrícola, se dará o incentivo a vinda de estrangeiros para o Pará de forma dirigida. Segundo aponta Marília Emmi no período imperial registrou-se uma política de introdução de imigrantes europeus em várias províncias brasileiras, objetivando atrair principalmente europeus dispostos a povoar os ditos vazios demográficos, através das colônias agrícolas, garantindo a posse do território e a produção de bens. Para tanto se preferia o imigrante agricultor ou artesão, ao invés do aventureiro que buscasse manter residência nas cidades<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 118.

<sup>49</sup> EMMI, Marília Ferreira. **A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG. [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema)

Baseado nos dados encontrados nos recenseamentos, Roberto Santos verificou, mesmo com o incentivo do governo, uma presença ainda reduzida de estrangeiros entre os anos de 1872 a 1900, alcançando maior volume entre os anos de 1900 e 1920<sup>50</sup>. No período em que a borracha consolidava suas bases na economia e acrescia os valores de arrecadação, entre os anos de 1856 a 1863, o número de estrangeiros ingressos no Pará chegava aos 3.160, a maioria portuguesa<sup>51</sup>.

Por meio de acordos com o governo provincial, em 1867, agentes particulares negociaram a vinda de imigrantes norte americanos para a colônia situada em Santarém, onde o governo lhes destinaria 60 léguas quadradas de terras devolutas para suas habitações e produções. De um total de 109 norte americanos, 63 prosseguiram logo viagem à Santarém, enquanto o restante aguardaria o navio para o destino final. Na mesma colônia ainda era possível encontrar ingleses e até mesmo brasileiros<sup>52</sup>.

Na década de 70, precisamente em 1875, é criada a colônia de Benevides, na extensão da Estrada de Ferro de Bragança, onde se instalaram colonos de várias nacionalidades, entre as quais franceses, italianos<sup>53</sup>, espanhóis, alemães, belgas e suíços<sup>54</sup>, cujo fracasso não se fez demorar, aniquilando a colônia, reduzida “a meia dúzia de pessoas”<sup>55</sup>. Após a década de 70 houve mais duas tentativas de colonização dirigida, conhecidas como “imigração açoriana” e outra sob o título de “imigração luso-espanhola”. Dos Açores chegaram 108 pessoas, em meados de 1886, destinados à localidade de Americano, porém ao se depararem com a situação em que se encontrava o ponto final da viagem, negaram-se a desembarcar, voltando à Belém. A dita imigração “luso-espanhola” foi articulada pela lei paraense, autorizada pelo então Governador Lauro Sodré, em 1896, responsável pela vinda de 100.000 imigrantes do exterior em dez anos, no entanto o maior centro de atração de imigrantes continuava sendo o sul do Brasil. Assim, de 1896 a 1900, em vez dos tantos mil esperados, adentraram ao Pará apenas 13.299, a maioria de Portugal e Espanha<sup>56</sup>.

---

<sup>50</sup> 1/abep2010\_2086.pdf., p. 10.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>51</sup> BULAMARQUI, Ruth. **Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920)**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984, p. 35.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 36-37.

<sup>53</sup> Sobre a imigração italiana para a Amazônia, cf: EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950) - Pioneirismo Econômico e Identidade**. Belém: Editora da UFPA, 2008.

<sup>54</sup> EMMI, *op. cit*, p. 9.

<sup>55</sup> SANTOS, *op. cit*, p. 90.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 91-92.

Trabalhando com uma série de dados sobre o fluxo de entrada dos imigrantes, Edilza Fontes acrescenta que em 1900 o total de colonos existentes nas colônias agrícolas do estado chegavam a 12.860 pessoas, que correspondiam 2.314 famílias, entre eles os portugueses contabilizavam 27 indivíduos e 7 famílias, número mínimo justificado pela maior permanência dos portugueses nos centros urbanos<sup>57</sup>. A autora considera ainda que para o quadriênio de 1908 a 1911 registraram a entrada de pouco mais de 9 mil portugueses, à frente de espanhóis, com 2.809 entradas, e dos ingleses, com 1.294 entradas<sup>58</sup>.

Os números da imigração dirigida para o Estado só começam a ser mais promissores nos anos iniciais do século XX, quando Paes de Carvalho afirma que 27.672 estrangeiros haviam imigrado para o Estado a fim de cultivarem nas colônias agrícolas<sup>59</sup>.

De maneira geral, quando considerado o Estado do Pará, o número de estrangeiros nunca foi superior a 2,3% do total da população, todavia quando analisada a capital paraense os números tendem a ser crescentes. Ainda em 1872 cerca de 12% da população de Belém era formada por estrangeiros, havendo a predominância dos portugueses, seguidos dos espanhóis, italianos, turcos, franceses e ingleses<sup>60</sup>. Os portugueses, como bem veremos nas próximas páginas deste trabalho, irão se dedicar aos ofícios da cidade, fazendo do comércio sua principal fonte de renda, e embora o fluxo desses imigrantes fosse contínuo para o Pará desde o século XVI, somente no XIX ele ganhará mais força, em virtude das crises por que passava Portugal, especialmente a região Norte do território, e pelo cenário atrativo de oportunidades que a borracha trazia à Amazônia, de modo especial à capital.

Por tudo isso, percebemos a importância das levadas migratórias para a composição e ampliação do quadro demográfico do Pará e de Belém entre os séculos, e como a borracha se tornou um dos elementos de atração para esse contingente, que ora destinava-se a produção dos seringais, ora poderia estar envolto às oportunidades que nasceram junto a ampliação dos negócios do látex na região. No que diz respeito à cidade, destacamos de modo especial a ampliação do comércio, das estruturas bancárias e de investimentos e, a necessidade de mão de obra qualificada para prestação de serviços.

## AS VEIAS DA POLÍTICA

---

<sup>57</sup> FONTES, *op. cit.*, p. 72.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>59</sup> CANCELA, 2011, *op. cit.*, p. 84.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 85-86.



Reconhecer os acontecimentos políticos que marcaram a cidade desde o início do século XIX até a transição para o XX é também entender as intervenções sofridas pelos moradores da cidade durante o período que se pretende estudar.

Luiz Valente afirma que a província do Grão-Pará era tida como o ponto de referência do Estado português na região norte do país, mantendo estreito contato com a metrópole portuguesa, o que implicava em uma maior sensibilidade frente aos acontecimentos metropolitanos, por isso sentirá o peso dos fatos que marcaram o início do século XIX junto a metrópole, especialmente a tomada de Caiena, os movimentos pela Independência no Pará e, especialmente, a Cabanagem<sup>61</sup>, movimento que muitas vezes foi visto como o tempo da anarquia, da desordem e da malvadeza, caracterizando os cabanos como assassinos e malvados<sup>62</sup>.

A política do Pará e da cidade de Belém, durante a primeira metade do século XIX, fará pulsar prioritariamente os acontecimentos da Cabanagem, revolução social que dizimou boa parte da população amazônica e abarcou um território muito amplo, entre os anos de 1835 e 1840. Contrastando com este cenário amplo e internacional, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. A bandeira de luta dos levantados resumia-se na morte aos portugueses e aos maçons. Neste primeiro momento, as mortes e as perseguições a estes dois grupos foram pontuais, culminando no assassinato das duas autoridades máximas da Província. Os cabanos e suas lideranças vislumbravam perspectivas políticas e sociais, autodenominavam-se patriotas, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro. Esse sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Essa identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades<sup>63</sup>. Chegaram a constituir governos revolucionários para o comando da Província,

<sup>61</sup> GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 15-16.

<sup>62</sup> LAURINDO Junior, Luiz Carlos. **A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2012, p. 64.

<sup>63</sup> RICCI, Magda. **Nação e revolução: a Cabanagem e a experiência da “brasilidade” na Amazônia (1820-1840)**. In: T(r)ópicos de Histórias: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XIX), ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.

porém sem forças para enfrentar as tropas do governo central foram destituídos do poder, presos e perseguidos<sup>64</sup>.

Após o fim da Cabanagem parece ter havido entre os habitantes a pacificação dos ânimos, para então voltarem às agitações frente às investidas republicanas na cidade, quando aos finais do século XIX uma série de disputas partidárias pelo controle da República no Pará, envolvendo, principalmente, o Partido Republicano Paraense, o Partido Republicano Democrático (formado por liberais e conservadores, acusados de serem monarquistas) e o Partido Nacional Católico<sup>65</sup>, agitaram o cotidiano da cidade.

No tocante a representação política do Império, em aspectos gerais, chamamos atenção para a construção de uma identidade nacional, adotando o modelo de monarquia constitucional, copiado da Europa, onde, a partir da experiência inglesa e da revolução francesa, estava associado à representação política dos diversos setores da sociedade através do parlamento, tendo no poder moderador do Imperador a “força máxima” do governo. A representação provincial junto ao governo central na Câmara dos Deputados era a voz dos provincianos, cujos interesses, muitas vezes, foram vistos como oposição ao interesse nacional, sobretudo porque as oligarquias que dominavam as províncias mantinham interesses particulares e arregimentavam negociações conforme suas necessidades. Embora a Câmara fosse entendida, em tese, como a veia de representação das províncias, sua feição era tão seletiva quanto os costumes da monarquia, o que se evidencia no fato de que o número de deputados de cada província era definido em função do grau de influência na política nacional<sup>66</sup>.

No trabalho de Willliam Gaia temos uma visão geral do cenário provincial durante a transição entre a Monarquia e a República, marcada por inúmeros conflitos entre os grupos que disputavam o poder local, especialmente o Partido Republicano do Pará, aliado ao Governo Provisório republicano, e o Partido Republicano Democrático, tido como um disfarce para a atuação livre dos monarquistas no meio político. Acusado de monárquico, o PRD foi acusado inúmeras vezes de enganar o povo, buscando doutrina-los, mantendo um sentimento de vingança sobre a proclamação, em virtude da perda de seu poder político. Do outro lado da moeda, os políticos do PRP eram acusados de fraudes eleitorais durante eleições para o Governo Provisório, entre estas a “demora na entrega de títulos em áreas tidas como

<sup>64</sup> RICCI, Magda. **História Amotinada: Memórias da Cabanagem**. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p.13-28, jan.-dez. 1993.

<sup>65</sup> MOURA, Daniella de Almeida. **A República Paraense em Festa (1890-1911)**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 20.

<sup>66</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. **Representação política no Império**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p. 1-29.

currais da oposição”, além de serem denunciados por distribuírem lotes de terras na Colônia Benevides, seguindo critérios de ordem político-partidária<sup>67</sup>.

A transição política entre a Monarquia e a República não representou, na prática, uma cisão com o modelo econômico e social monárquico no Brasil, a manutenção destas estruturas conservou o poder das províncias nas mãos das velhas oligarquias, como Justo Chermont no Pará, Rosa e Silva em Pernambuco, Coelho Rodrigues no Piauí, vistos como “donos” de suas províncias<sup>68</sup>. No Pará tentou-se ir além da sede do governo, levando às ruas a nova simbologia republicana, a exemplo, substituindo os nomes destas vias, antes os termos que remetiam a instituição monárquica, agora passariam a transmitir os ares da república, uma das mais expressivas mudanças pôde ser vista na mudança do nome da antiga praça “Dom Pedro II” para “Praça da República”, que até nossos dias perdura.

Com a adesão do Pará à Proclamação da República, com o célebre anúncio de Paes de Carvalho, foi constituído o Governo Provisório: Justo Chermont, presidente, pelo Clube Republicano, Tenente Coronel Bento José Fernandes, pelo Exército, e Capitão de Fragata, José Maria do Nascimento, pela Armada, que comunicou sua investidura à Câmara Municipal, que no dia 18/11/1889, sob a presidência de Antônio Lemos, dá-lhe posse oficial e por unanimidade aprova a proposta do Conselheiro Municipal Gentil Bittencourt, de mudança dos nomes das ruas Imperador e Imperatriz para, respectivamente, República e 15 de Novembro<sup>69</sup>. Então presidente da Câmara Municipal, Antônio Lemos se tornaria a figura mais emblemática da política paraense após a instauração da República. O responsável pela feição de “Belle Époque” em Belém, Antônio Lemos, atuou na intendência municipal durante 14 anos, eleito pela primeira vez em 1897, dentro do intenso e crescente comércio da borracha<sup>70</sup>.

Com a implantação da República buscou-se a descentralização a nível político, concedendo maior autonomia à aplicação dos impostos arrecadados na província, sobretudo sobre a produção e exportação do látex, concedendo maior participação ao estado na divisão das rendas. Autonomia e modernidade trazidas pelos ares republicanos, materializada na construção de uma “nova cidade”, a “urbe das riquezas” como classifica Sarges<sup>71</sup>.

<sup>67</sup> FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897)**. (Tese). Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 33-81.

<sup>68</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho” Intendente: Antônio Lemos- 1869-1973**. (Tese). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, 1998, p. 62-63.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> SARGES, 2010. *Op. cit.*, p. 143.

## O TRAÇADO URBANO E A MODERNIDADE

Antes de iniciarmos as análises patrimoniais dos portugueses, precisamos entender, em aspectos gerais, como a região de Belém se remodelou durante o período que nos propomos estudar, sobretudo por entendermos que a cidade da primeira metade do século XIX se difere em inúmeros aspectos da cidade da segunda metade e do início do XX, não somente no traçado urbano, mas também em questões de estrutura e serviços oferecidos à população. Na planta da cidade de Belém, a seguir, é possível identificar os limites da cidade, desde os primeiros distritos criados até as áreas de expansão aos finais do século XIX e início do XX, identificados pelas numerações.

**FIGURA 1**

### PLANTA DA CIDADE DE BELÉM, 1905



FONTE: PENTEADO, 1968 (Grifos da autora)

Ao final do século XVII Belém já contava com dois distritos: o da Cidade, 1º distrito, e o da Campina, 2º distrito, o primeiro contava com 699 domicílios e o segundo com 1.836. Unindo os dois distritos, a cidade contava com 35 ruas de larguras convenientes em umas e minguadas em outras. Dessas ruas, 10 eram caminhos sem edificação, apenas 25 apresentavam boas residências, entre térreas e assobradadas. Para além das ruas, Belém ainda contava com 31 travessas, das quais em apenas 18 possuíam construções; 12 largos, 5 grandes e 7 pequenos<sup>72</sup>.

O bairro da Cidade, ou Cidade Velha, foi o primeiro a sofrer grandes intervenções quanto à urbanização da cidade, ainda na primeira metade do século XIX quando houve o aterramento do canal do Piri<sup>73</sup>. Durante o governo do Conde dos Arcos houve a drenagem por meio de valas de um trecho desse terreno devoluto que durante muitos anos funcionou como uma defesa natural da cidade, devido ter sido construída entre o referido alagado e o rio Pará a fortaleza que mais tarde se desdobraria na cidade de Belém<sup>74</sup>. Após a drenagem do alagado nasceram “três longas e largas estradas de passeio agradável orladas de renques de árvores de Mongubeiras, Taperebazeiros e Larangeiras”. A partir da abertura destas novas vias urbanizadas, mais tarde denominadas de Estradas da Mongubeiras (atual Almirante Tamandaré), São Mateus (atual Padre Eutíquio) e São José (atual 16 de Novembro)<sup>75</sup>, ficou mais contínua a interligação do bairro da Cidade ao da Campina.

O bairro da Campina, surgido depois do bairro da Cidade, era constituído pelas principais ruas do comércio de Belém e seu entorno<sup>76</sup>, concentrando boa parte das lojas, armazéns, bancos e casas de aviação localizados nos arredores das avenidas João Alfredo, 15 de Novembro, 13 de Maio e boulevard Castilho França<sup>77</sup>.

<sup>72</sup> CRUZ, Ernesto. *op. cit.*, p. 33.

<sup>73</sup> Terreno de aluvião muito baixo, inteiramente horizontal, em que duas vezes por dia penetram livremente as águas na preamar. BAENA. Antônio Ladislau Monteiro. **Compendio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969, p. 254.

<sup>74</sup> PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão Negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Belém, 2011, p. 23.

<sup>75</sup> GUIMARAES, *op. cit.*, p. 51.

<sup>76</sup> Além das áreas centrais de Belém, a comarca ainda alcançava áreas rurais, como Caraparú, Capim, Inhangapy, Guajará-Miry, São Domingos da Boa Vista e Bujarú. CANCELA, 2011, *op. cit.*, p. 105.

<sup>77</sup> CANCELA, 2011, *op. cit.* p. 106.

Na primeira metade do século XIX predominavam na cidade moradias brancas e caiadas de tetos vermelhos<sup>78</sup>. As janelas, em sua maioria, eram sem vidraças, sendo mais comum as de rótulas<sup>79</sup>. No bairro da Campina o solo era composto de uma terra amarela e arenosa, na Sé a maior parte do solo era formado por uma terra vermelha e cascalhuda. Das ruas que constituíam a cidade, vinte e cinco eram orladas de edificações simples e polidamente construídas, as quais eram em sua maioria de um pavimento e em número menor de dois pavimentos<sup>80</sup>.

Até os anos iniciais de 1870, mais dois distritos serão definidos em Belém: o 3º e o 4º, respectivamente correspondentes às paróquias da Santíssima Trindade e de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro<sup>81</sup>. Foram áreas alternativas de crescimento, rasgadas por largas ruas, estradas (a exemplo as estradas de Ferro de Bragança e São Braz) e avenidas. Nestas novas vias foram construídos boa parte dos palacetes e sobrados edificadas na cidade durante o período da borracha, para onde muitas famílias abastadas preferiram ir, saindo dos bairros mais antigos, e suas ruas apertadas e comerciais. A paróquia de Nazaré compreendia as áreas pertencentes a esse distrito, incluindo o bairro de Nazaré, Umarizal, Vila do Pinheiro (atual Icoaraci), povoações da Estrada de Ferro de Bragança, Santa Izabel, em menor escala trechos e ruas da Campina que lhes eram fronteiriços<sup>82</sup>. No quarto distrito, ainda estavam as inúmeras travessas do Jurunas; a rua Grande da Pedreira, as travessas do Marco da Légua e da Sacramento, já estavam inseridas em novas áreas, que mais tarde foram registradas como 5º e 6º distritos<sup>83</sup>.

Em termos gerais estas eram as regiões urbanas de Belém, no entanto a comarca, se assim podemos definir, compreendia a uma área bem maior segundo o censo de 1872. Esta área ampla ia para além de Belém, compreendendo as localidades de Barcarena, São Domingos da Boa Vista, Capim, Mosqueiro, Benfica, Bujaru e Inhangapi<sup>84</sup>. Em 1882 o município da capital permanecia com os distritos já mencionados, entretanto acrescenta novos nomes, sendo as localidades de Boa Vista, Pinheiro, Guajará-Assu, Ilha das Onças, Carapuru

<sup>78</sup> BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 184.

<sup>79</sup> KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p. 183.

<sup>80</sup> PALHA, op. cit. p. 23.

<sup>81</sup> BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão Pará**. Belém: PakaTatu, 2001, p. 137.

<sup>82</sup> CANCELA, op. cit. p. 109.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>84</sup> BRASIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS. Recenseamento da população do Império do Brasil de 1872, p. 212.

e Paiassuhy<sup>85</sup>. Localidades que ao passar dos anos foram sendo desligadas após assumir autonomia distrital, outras, porém, permaneceram sob responsabilidade de Belém, como Mosqueiro e o Pinheiro, atual Icoaraci.

Analisando o crescimento urbano da cidade, o administrador Pedro Vicente de Azevedo, em seu relatório de 1875, assim se expressa: “as ruas da capital começam a tomar um aspecto mais agradável, com o seu calçamento por paralelepípedos”<sup>86</sup>. De modo que boa parte dos viajantes que passaram por Belém na primeira metade do XIX, reconheciam os melhoramentos, o crescimento populacional e a ampliação do centro urbano, quando de seus retornos na segunda metade do mesmo século. Uma cidade entendida como “moderna” seria capaz de atrair mão de obra, financiamentos, lojas, comércios, entre outros interesses de forma espontânea.

Melhoramentos, sobretudo nas áreas centrais da cidade por onde a elite da borracha circulava, financiados pelo excedente da borracha, tendo na figura do Estado o maior patrocinador das benfeitorias.

As ruas receberam calçamentos de forma ordenada e seletiva: os paralelepípedos de granito foram postos nas principais vias, sendo a 15 de Agosto, Nazaré, Independência, São Jerônimo, todo o bairro do comércio, as principais ruas do Reduto e da Cidade Velha, Avenidas Generalíssimo Deodoro até a Gentil Bitencourt; calçamentos mais simples foram dispostos nas travessas de menor trânsito, além dos arredores do Teatro da Paz, aterrando ainda maior parte das zonas baixas de Belém e quase todo bairro de Batista Campos, Marco, Cremação, Guamá, Telégrafo, Umarizal e São Braz<sup>87</sup>.

Para além da superfície das vias, a construção de redes de esgoto, de água, coleta de lixo e drenagem dos pântanos foram importantes iniciativas na concretização da nova estética da cidade, com ares de Europa<sup>88</sup>. A preocupação sanitária no governo de Lemos foi constante e para suprir as necessidades de limpeza e manutenção da cidade foi criada, em 1898, a Repartição Sanitária Municipal, destinada a fiscalização sanitária para prevenção de doenças e

---

<sup>85</sup> BEZERRA NETO. *op. cit.*, p. 139.

<sup>86</sup> SARGES, *op. cit.* p. 80.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 185.

<sup>88</sup> *Ibidem* p. 160.

epidemias<sup>89</sup>. A Usina de Cremação foi outro projeto inovador refletindo a preocupação com a produção do lixo e higiene pública.

Em relação à segurança pública, um dos projetos engenhosos de Lemos foi o Corpo Municipal de Bombeiros e sua sucursal modernamente edificada. Fundado em 1882, o Corpo de Bombeiros dispunha de máquinas e equipamentos considerados modernos à época para o combate a incêndio, a exemplo o uso da bomba a vapor com capacidade para 508 galões de água por minuto, duas bombas manuais oriundas de Viena e outra da Inglaterra, um carro para condução de pessoas e materiais, com mangueiras de lona de 450 metros, além de *sauvateur* francês e um para-quedas inglês<sup>90</sup>.

Além das estruturas urbanas, aburguesavam-se também os espaços de entretenimento e diversão da cidade, como o Café Chic, Café da Paz (preferido para discussões políticas), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche, este último considerado um dos principais centros da sociedade paraense<sup>91</sup>.

Belém passava a se comunicar com todo o mundo pelas linhas submarinas da Westen & Brazilian Telegraph Company e da Company Française des Cables Telegraphiques, além das vias térreas do Telegrapho Nacional. Aos interiores do estado e com Manaus a comunicação era feita pelas linhas subfluviais da Amazon Telegraph Company Ltd. Mas, foi na capital do Pará que primeiro se instalou o “Telegrapho sem fio”, refletindo o quadro de inovações que o dinheiro da borracha proporcionava à Belém<sup>92</sup>.

O remodelamento do espaço urbano de Belém ainda contou com a construção de boulevards; quiosques para estabelecimento de comércios a retalho, como cafés, charutarias, revistarias, entre outros; arborização das vias buscando uma vida mais saudável, ligada a natureza, à beleza que a cidade arborizada transmitia além de amenizar o clima tropical de Belém, nessa perspectiva que o Bosque Municipal será revalorizado; instalação de bondes elétricos, pioneiros no Brasil sob responsabilidade da firma inglesa *Pará Electric Railways and Lighting Company*; melhoramento das praças, construção de monumentos, entre outros.

---

<sup>89</sup> SOARES, Karol Gilet. **Formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-19010)**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 56.

<sup>90</sup> SOARES, *op. cit.*, 59.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 62.



\* \* \*

Percebemos então o movimento constante e evolutivo dos aspectos gerais da cidade, por onde o crescimento da borracha se fez sentir. Cenário propício à vinda de novos grupos que pudessem incrementar sua dinâmica, entre eles os portugueses. Conhecer esses aspectos da cidade é entender o contexto em que as ações dos imigrantes se fizeram notar, as possibilidades geradas pela evolução da cidade e mesmo as limitações impostas.

#### **AS FONTES: USOS E LIMITES**

O corpo documental desta pesquisa tem os inventários *post mortem* como fontes principais, melhor explorados nesta sessão; e por fontes auxiliares os relatórios de Presidentes da Província do Pará, disponíveis no sítio da Universidade de Chicago ([www.crl.edu/brazil/provincial/para](http://www.crl.edu/brazil/provincial/para)); os relatórios do Governo do Estado, alguns disponíveis para *download* no sítio do projeto Ufpa 2.0 ([www.ufpadoisponzero.wordpress.com](http://www.ufpadoisponzero.wordpress.com)), obras de memorialistas, álbuns e almanaques sobre a população portuguesa disponíveis na Biblioteca do Grêmio Literário e Recreativo Português em Belém.

Os inventários que tratamos nesta pesquisa se diferenciam, e muito, dos atuais, não pela estrutura que civilmente segue a regra, mas pela riqueza de detalhes com que eram realizados. Os bens que o sujeito possuía eram todos listados, os mais variados, dos menores aos maiores, do pequeno valor ao de maior capital. Os bens iam desde imóveis, dinheiro, a alfinetes de ouro, camisas de casimira branca, sapatos de couro, entre outros. Detalhes que hoje nos permitem ter uma ideia bastante abrangente e aproximada da vida material e do próprio cotidiano de quem se estuda, fossem os portugueses, foco de nosso estudo, ou qualquer outro sujeito, rico ou pobre<sup>93</sup>, que tivesse seu inventário feito, em qualquer temporalidade.

---

<sup>93</sup> É comum pensar que somente pessoas com grandes fortunas escreviam testamentos e com isso tinham o inventário de seus bens aberto pelos herdeiros após o falecimento, no entanto, judicialmente o inventário seria feito em caso de herdeiros menores de idade ou em caso de existência de bens suficientes, sendo possível de ser feito por qualquer um que se enquadrasse nestes critérios, independente de seu montante. O “pobre” aqui considerado diz respeito àqueles que declaravam a existência de pequenos bens, quantias em dinheiro que em muitos casos nem eram suficientes para o pagamento dos custos do processo civil, fato que poderia levar a realização de partilhas informais dos legados, para evitar os pagamentos dos custos judiciais. O comerciante português José Joaquim da Silva Peixoto, casado e pai de quatro filhos, cujos nomes e idades não foram citados no processo, deixa um montante no valor de 889\$500 réis, sem especificar de onde provinha o dinheiro. Os fatos nos levam a acreditar que seu inventário foi feito principalmente pela existência dos filhos, que poderiam ser menores, e por isso a pequena quantia existente deveria ser distribuída entre os herdeiros.

Em linhas gerais, as primeiras informações dos inventários são os nomes do inventariado e do inventariante, a data, o local de abertura do processo e o juízo no qual irá correr os autos. Em seguida, o inventariante do processo informava quem eram os herdeiros e quais os bens pertencentes a dita herança, por meio de juramento “*sob os Santos Evangelhos*”. O inventariante, normalmente, era alguém da família, fosse o cônjuge, filhos ou demais parentes, quando não eram amigos, parceiros comerciais ou o próprio consulado. Em seguida seriam nomeados os avaliadores, que tinham o importante papel de calcular os valores dos bens deixados, que refletiria diretamente na riqueza que a família iria herdar ou mesmo os valores que teriam de pagar nas dívidas passivas<sup>94</sup>. Os bens eram então devidamente descritos e avaliados, se os herdeiros estivessem em acordo com os cálculos, fazia-se o *Auto de Partilha*, com a descrição dos bens e os respectivos quinhões de cada herdeiro. Após o fim da partilha o processo poderia ser encerrado, caso não ocorresse nenhuma discordância entre as partes<sup>95</sup>.

Inventários *post mortem* são fontes que muito nos dizem sobre a vida dos sujeitos. Além da situação material dos falecidos, ainda nos permitem vislumbrar a interação do indivíduo com o meio social, seja por meio de alianças matrimoniais ou profissionais. A composição familiar, os filhos e as alianças por ele estabelecidas, as mudanças nos interesses de trabalho, a possível mudança de cabedal da família, entre outros aspectos particulares do sujeito que também podemos encontrar nos testamentos, que também nos ajudaram na composição deste estudo por acrescentarem informações acerca dos sujeitos, quando estes vinham transcritos nos inventários.

O testamento servia como um meio de tornar pública a vontade do testador a respeito dos procedimentos que deveriam ser tomados para a salvação da alma, como as dezenas de missas e doações à igrejas, pobres e viúvas, e para a deliberação e distribuição dos bens deixados<sup>96</sup>. Em toda a Europa Ocidental a união ente Igreja e Estado propiciou a formação de uma legislação civil e secular que em Portugal, particularmente, era intitulada de Ordenações, uma versão desse conjunto de leis era o Código Philippino, aprovado em 1595 pelo rei Philippe I, no qual constava a estrutura que o documento deveria dispor para ser considerado como completo e válido. A estrutura interna dos testamentos possibilita captar com riqueza de

---

<sup>94</sup> Dívidas passivas são quaisquer dívidas ou obrigações assumidas pelo sujeito ou por uma instituição, registradas no patrimônio, ou seja, aquilo que o sujeito em destaque deve a determinada instância ou pessoa, cujo valor não tenha sido realizado no ato, tendo de ser cobrado durante a realização do inventário, no caso de dívidas deixadas por pessoa física.

<sup>95</sup> LOPEZ, *op. cit.* p. 33-34.

<sup>96</sup> FARIA, *op. cit.*, p. 224-228.

informações a compreensão do passado, sobretudo quanto ao modo de vida, o patrimônio, os contornos afetivos ligados ao lar e as amizades, as redes de sociabilidade, os ritos da morte e outros fatos que configuram o universo do testador e do meio em que viveu<sup>97</sup>.

Em relação à disposição da herança no testamento, o Código Philippino estipulava que esta, conformada pelo conjunto dos bens, após descontadas as despesas com enterro e funeral, deveria ser dividida em três partes, sendo duas delas chamadas de *legítimas*, destinadas aos herdeiros, fossem eles ascendentes ou descendentes, e a terceira chamada de *terça*, a qual o testador poderia deixá-la a quem lhe aprouvesse, ou distribuída como fosse de sua vontade. No caso em que o inventariado fosse casado, o cônjuge tinha direito a metade do montante da fortuna, chamada de *meação*. A outra metade era dividida igualmente nas três partes acima indicadas. Ainda no caso de testador casado, as formas de herança poderiam ter níveis diferentes dependendo do tipo de contrato matrimonial<sup>98</sup> estabelecido entre as partes<sup>99</sup>. Em boa parte dos inventários pesquisados encontramos a transcrição do testamento, em outros, apenas a referência à existência.

Os inventários *post mortem* são fontes que permitem a observação de um momento da vida material dos sujeitos, como uma fotografia, não permitindo, porém, notar o processo de mudanças econômicas e sociais se vistos de maneira individual. A análise serial destas fontes, entretanto, permite captar estes movimentos, por exemplo, quando analisamos o inventário de indivíduos de uma mesma família ou de várias gerações dessa família. Na realização das análises podemos agregar inventários em grupos de indivíduos específicos e perceber trajetórias de vida semelhantes, estabelecer padrões de conduta, de investimentos, e outros aspectos comuns<sup>100</sup>.

Considerando este procedimento com um olhar mais coletivo sobre a fonte, que analisamos um total de 561 inventários de portugueses residentes na cidade de Belém, desde

<sup>97</sup> BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. **Além das fronteiras: O cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais**. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 18.

<sup>98</sup> O sistema de casamento português, seguido no Brasil, estabelecia a comunhão de bens entre os cônjuges, que poderia não ser adotado pelo casal, neste caso fazia-se necessário assinar a escritura de contrato antenupcial, onde seriam estabelecidas as condições para a união matrimonial, no que se refere aos bens. Como nos casos de uniões com separação total de bens e disposição dotal, o que representava manter os bens do casal incomunicáveis, ou seja, “tudo aquilo que por herança, doação, legado, enfim, qualquer aquisição gratuita ou onerosa que os cônjuges viessem a receber, não poderia ser partilhada pelo(a) viúvo(a)”. Ademais, pela disposição dotal, os bens da noiva que já existiam ou foram adquiridos durante a vigência do casamento “gozariam de todos os privilégios de um dote, entre eles, o fato de voltar aos seus ascendentes ou tutores, no caso de falecimento ou separação”. CANCELA, Cristina Donza. **Riqueza, alianças e contratos de dotação em Belém (1870-1920)**. In: *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, 5(2), jul.-dez./2010, p. 40.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 28-29.

<sup>100</sup> FARIA, *op. cit.*, p. 227.

1840 até 1930, buscando sempre perceber as permanências e alterações no padrão das fortunas de maneira coletiva.

Embora seja um rico testemunho, não da morte, mas da vida em suas dimensões material e espiritual<sup>101</sup>, os inventários possuem suas limitações, uma vez que não eram interpretados como uma obrigatoriedade por parte dos que futuramente seriam inventariados, ou ainda, se a pessoa inventariada tivesse realizado a divisão dos bens entre os herdeiros antes da morte, ou mesmo, não ter deixado testamento com medidas a serem tomadas sobre o patrimônio deixado. Muito embora judicialmente este fosse obrigatório quando o que falecia deixava bens suficientes<sup>102</sup> e, tendo ou não, herdeiros menores de 25 anos<sup>103</sup>. Desse modo muitos dos nossos portugueses ficaram desconhecidos, ora por não verem a necessidade de deixar testamento e conseqüentemente abrir inventário, não havendo um controle rígido por parte das autoridades sobre esta prática; ora pela família não prover de rendimentos para arcar com os custos do processo, mesmo tendo algum bem.

Sobre os muitos portugueses que ficaram desconhecidos, ainda temos a limitação de informações dispostas nos inventários sobre a nacionalidade/naturalidade dos sujeitos, seja por meio do testamento, certidões de casamento e óbito, contratos ante nupciais, certidões de perfilhações, e outros registros que pudessem nos dar certeza de que o indivíduo fosse português. Diante disso, a fim de estabelecermos uma identificação aproximada, considerávamos o local de falecimento (muitos faleceram em território português), procurações vindas de Portugal para representantes em Belém, a existência de alguma propriedade em território português (localizamos um total de dez indivíduos declarando manter bens na terra natal), como elementos que nos poderiam apontar a nacionalidade. Além de cruzarmos os inventários com outras bases de informações como as Habilitações do Consulado Português. No entanto, mesmo com estes métodos, muitos ainda possivelmente escaparam de nosso conhecimento, no recorte de noventa anos tivemos acesso a 561 inventários identificados, com o máximo de precisão, como sendo de portugueses.

---

<sup>101</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “**Testamentos e inventários: A morte como testemunho da vida**”. In: PINSKY, Carla Bassanezi & De Luca, Tânia Regina. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93.

<sup>102</sup> A existência de “bens suficientes” foi variante na amostra que consideramos para este estudo. Encontramos grandes fortunas que foram partilhadas entre inúmeros herdeiros, no entanto também encontramos inventários que nem sequer citavam a existência de bens, ou mesmo citavam pequenas quantias em dinheiro, uma irrisória caderneta de poupança, ou algum imóvel, joias, e outros. Há também os casos sem herdeiros, em que o/a inventariante era o/a cônjuge e durante o processo não citava nenhum bem, como se tal documento fosse apenas uma convenção social.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 103.

Quando não havia evidência de familiares ou conhecidos que pudessem responder aos autos de inventário de um cidadão português, o vice consulado de Portugal no Pará se responsabilizava pela abertura do processo. Filomena Rosa Pereira, sem ter família ou conhecidos em Belém, teve a caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal inventariada pelo Vice Consul português, em 1904, o processo, no entanto, estava incompleto e não deixava indicação de herdeiros<sup>104</sup>. Diferente da situação do carpinteiro naval Joaquim Martins. O inventário de Joaquim foi aberto pelo Consulado no ano de 1893, e seus bens compostos de 4 casas e 1 terreno na cidade de Belém, foram avaliados e deixados como herança à sua avó residente na Ilha da Madeira<sup>105</sup>.

É importante ressaltar ainda em relação aos limites dos inventários, a dinâmica e diferença no cuidado e na atenção para com os valores atribuídos aos bens descritos, pois as avaliações não eram padronizadas. É de conhecimento que muitos bens deixavam de ser descritos ou mesmo poderiam ser valorizados demais ou de menos pelos avaliadores, conforme os interesses de cada família. Os avaliadores poderiam atribuir ao bem um valor inferior ao qual circulava em mercado, ajudando a família a pagar menores impostos aos cofres públicos, ou agilizar a venda do bem. Outra estratégia era avaliar alguns bens em valores acima do pedido no mercado, a fim de ajudar a família no pagamento de dívidas passivas ou mesmo utilizá-los como pagamento do passivo<sup>106</sup>.

Além disso, enfrentamos os limites dos processos incompletos, com um “troca troca” de inventariantes, os que duraram anos e anos e não tiveram fim, entre outros conflitos. No entanto, tais limitações não comprometem a qualidade das informações.

Para o estudo da fortuna dos portugueses consideramos os valores apresentados no auto de partilha, o *montante líquido*, com exceção dos documentos sem pauta de partilha que traziam o valor do montante em um local diferente. Para a análise da composição das fortunas foi considerada a descrição dos bens feita no decorrer do processo, por meio de testamentos, quando em anexo, e da descrição dos bens, além da própria pauta de partilha. No entanto, todas as informações possíveis de serem tiradas dos inventários foram dispostas em uma base de dados no software Access, cujos dados foram trabalhados em tabelas e formulários que melhor ajudam na conclusão das análises.

<sup>104</sup> Inventário de Filomena Rosa Pereira, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

<sup>105</sup> Inventário de Joaquim Martins, ano de 1893. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

<sup>106</sup> LOPEZ, *op. cit.* p, 55.

Nesta base trazemos informações a respeito da composição familiar, origem, ocupação, estado civil, valores de herança e descrição de bens. A tabela principal denominada de *inventariado* possui em sua função outras tabelas de dados com informações sobre herdeiros, quinhão, bens e outros pagamentos, que completam, quase que totalitariamente, as informações dispostas em cada inventário.

\* \* \*

A respeito da estrutura da dissertação, o corpo do trabalho foi dividido em dois capítulos principais, a fim de que a composição e realocação do patrimônio pudesse ser melhor visualizado, partindo das características gerais do grupo e da disposição das fortunas.

O primeiro capítulo, “O que se escreve e sobre quem se escreve: Historiografia e Perfil da Imigração” faz um percurso sobre a historiografia que tratou do fluxo migratório português para o Brasil, tanto a portuguesa, quanto brasileira e paraense, de modo a entender como o fluxo foi interpretado em diferentes temporalidades e a partir de diferentes documentações. Seguindo a discussão, apresentamos um perfil dos portugueses levantados nos inventários, a fim de entender como a composição do grupo influenciou para sua consolidação na cidade de Belém, e como estas características influenciaram ou não na formação de seu patrimônio.

O segundo capítulo, “Por entre a cidade, o interior e além-mar: A arte de acumulação portuguesa” apresenta a formação do patrimônio destes sujeitos em três diferentes recortes, utilizando, como pano de fundo, a economia da borracha: um primeiro de 1840 a 1869 quando a borracha começa a consolidar suas bases na economia; 1870 a 1909 quando o gênero já está consolidado nas pautas de exportação, exercendo influência direta para a acumulação dos cofres públicos e ampliação dos melhoramentos no espaço urbano; e por fim o recorte de 1910-1930 quando se começa a sentir as incertezas da crise da borracha, seguindo sua derrocada e o pós-crise. Dentro destes recortes objetivamos analisar a composição das fortunas e como elas se comportaram dentro desse caminho seguido pela borracha, verificando se houve ou não maiores disparidades quanto à composição do patrimônio em função da situação que se vivia na capital.

A pesquisa é um convite a mergulhar na história de tantos portugueses que fizeram de Belém seu novo lar na esperança para dias mais brandos, com trabalho e, se possível, fortuna.

Trabalho que busca descortinar a história de um dos grupos de imigrantes mais significativos no Pará e que até hoje exercem influência sobre sua cotidianidade.

## CAPÍTULO I

### O QUE SE ESCREVE E SOBRE QUEM SE ESCREVE: HISTORIOGRAFIA E PERFIL DA IMIGRAÇÃO

Neste capítulo pretende-se levantar alguns aspectos da imigração portuguesa para o Brasil a partir do que a historiografia sobre esse fluxo tem apresentado por entre os anos, tanto a historiografia portuguesa, quanto a brasileira e paraense. Além disso, analisaremos o perfil destes imigrantes no Pará por meio das informações dispostas nos inventários *post mortem*, buscando relacionar as características encontradas para a cidade de Belém com aquelas dispostas para as demais áreas de inserção destes imigrantes no Brasil.

Esta unidade encontra-se dividida em duas sessões. De início, trabalhamos com a historiografia referente à temática da imigração portuguesa para o Brasil, considerando trabalhos portugueses e nacionais que abordem de maneira geral o tema. Também privilegiamos trabalhos regionais que diversificam e enriquecem os estudos sobre os portugueses no Pará, certamente um dos fluxos populacionais mais importantes para a formação e consolidação social, cultural e econômica da capital paraense. Finalmente, analisamos o perfil desse grupo, considerando os marcadores de origem, sexo, condição civil, ocupação, herdeiros e as estratégias de herança, ou seja, como a divisão das heranças seguiram, ou não, determinados padrões, a considerar o sexo, a ocupação e o estado civil dos herdeiros.



## 1.1. DAQUILO QUE SE ESCREVE: A HISTORIOGRAFIA DA (E) IMIGRAÇÃO<sup>107</sup> PORTUGUESA

*Olhai, olhai, vão em manadas  
Os emigrantes...  
Uivo de dó pelas estradas,  
Junto dos cais, nas amuradas  
Das naus distantes...  
Velinhas, noivas e crianças,  
Senhor! Senhor!  
Ao voar das ultimas esp'ranças  
Crispam as mãos, mordendo as tranças,  
Loucas de dor!<sup>108</sup>*

Em função da complexidade do fenômeno migratório e de seus inúmeros desdobramentos, o conceito de “migração” constitui-se como um conceito múltiplo, que pode ser trabalhado de diversas formas<sup>109</sup>. Acredita-se que é a conjugação individual dos fatores de atração/repulsão<sup>110</sup>, em conjunto com uma série de obstáculos ou inércias à deslocação que explicam a migração. “Os elementos que presidem à decisão e o processo migratório são os fatores associados à área de origem, à área de destino, os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais”<sup>111</sup>. Residindo e (re) criando experiências, estabelecendo rupturas e também continuidades com o local de origem, pois os espaços de referência, o antigo e o novo, estão muitas vezes articulados por redes familiares, de amizade, de conterraneidade, atualizadas pelos indivíduos ou pelos grupos e famílias<sup>112</sup>.

A historiografia existente acerca da imigração portuguesa aponta que este fluxo exerce, há mais de um século, uma profunda ação na sociedade lusitana, sem que tenha

<sup>107</sup> Importante atentarmos que o termo *emigração* consiste no movimento de saída realizado por um determinado grupo ou indivíduo de sua pátria, na qual é conhecido por *emigrante*. Já a *imigração* corresponde ao fenômeno protagonizado pelo mesmo grupo ou indivíduo, porém visto pela perspectiva do país que o recebe, onde é conhecido por *imigrante*. Desse modo, usaremos o termo *emigração* quando estivermos referindo a trabalhos portugueses sobre a temática dos movimentos, e o termo *imigração* para os estudos nacionais.

<sup>108</sup> JUNQUEIRO, Guerra. *Finis Patriae* (1890), 6ª ed., p. 56.

<sup>109</sup> FERNANDES, J. A. F. & VACA, L. E. A. “Uma casa portuguesa com certeza”: Um estudo sobre a influência do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém, Pa. Papers do NAEA. Nº 336, 2014, p. 8

<sup>110</sup> Por mais válidas que sejam as abordagens que utilizam fatores de atração e repulsão como norteadores de movimentos migratórios, é preciso entender que atualmente torna-se cada vez mais difícil rotular uma área como sendo de repulsão e atração, uma vez que estas definições estão imbricadas nos indivíduos, ou seja, aspectos que podem ser interpretados como fatores de expulsão da terra natal para uns, podem ser entendidos de forma diferente por outros.

<sup>111</sup> PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das Migrações. Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. SOCIUS Working Papers. n. 11/2004, p. 14.

<sup>112</sup> Sobre o conceito de redes, suas armadilhas e potenciais ver: IMÍZCOZ, José Maria. “Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, III série vol 5. 2004. pp. 115-140. Sobre redes e ampliação da noção de cadeias migratórias ver: TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2004.

tomado plena consciência do tamanho de suas implicações. Embora fosse um fenômeno, antigo tomou novas formas no século XIX, quando deixou de estar atrelada ao projeto imperial português e tornou-se uma resultante das distorções do desenvolvimento do capitalismo independente, após o rompimento com o antigo regime<sup>113</sup>.

A imigração acaba por tornar-se um evento que se transporta pelas temporalidades, mudando seu sentido e representação conforme as estruturas na qual se insere. Em comum, estas estruturas tem o fato de suas constantes temporais ultrapassarem o campo de experiência cronologicamente registrável dos indivíduos envolvidos no evento, sendo elas mais condicionadas e fixas que os eventos em si<sup>114</sup>. De modo que migrar no século XIX de Portugal em meio à reestruturação capitalista e reorganização do espaço agrário é diferente de migrar de um país atingido, mesmo que indiretamente, pela primeira grande guerra, no início do século XX.

Estes deslocamentos são interpretados, muitas vezes, como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos históricos, sejam inseridos em fluxos de massa, grupos ou familiares, sejam em percursos individuais, através da migração engajada ou voluntária, perpassando por extratos sociais diversos, levas e gerações, envolvendo indivíduos mergulhados em estratégias e motivações diferenciadas<sup>115</sup>. Embora os indivíduos estivessem iguais na condição de imigrante, dentro de uma identidade coletiva, os elementos que os unificavam são minimizados diante das diferentes estratégias empreendidas por cada sujeito para garantir sua sobrevivência no novo destino. Uma espécie de incongruência entre os atores, visto que pessoas em situações diferentes vivem essa imigração também de forma diferente, podendo acumular experiências particulares, como se convivessem juntas em um determinado espaço e tempo, mas construindo diferentes trajetórias, conforme interesses particulares, junto as limitações ocasionadas pelas condições sociais em que estão inseridas<sup>116</sup>.

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes que entraram no Brasil, com números na faixa dos 1,9 milhão de sujeitos (1822-1950), estando presentes em

---

<sup>113</sup> PEREIRA, Miriam Halpern (2002). **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru-Sp, Edusc, p. 11.

<sup>114</sup> Sobre a relação entre evento e estrutura, cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 133-145.

<sup>115</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX**. Bauru, SP: Edusc, 2013, p. 50.

<sup>116</sup> BARTH, Fredrik. **Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades**. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 176.

praticamente todo o território brasileiro<sup>117</sup>. Apesar disso, a temática que aborda este fluxo para o Brasil consolidou suas bases de estudo recentemente, na medida em que as fontes se diversificaram e os questionamentos, para a ampliação das problemáticas foram sendo revisitados.

Como resposta a consolidação da base de estudo do fluxo português no Brasil, encontramos trabalhos interessados em analisar os deslocamentos além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, usado para ler a migração portuguesa, que não pode ser vista apenas como resposta às condições excepcionais de pobreza, fruto das pressões do crescimento da população ou mesmo de mecanismos impessoais dos mercados internacionais. Estes eventos superam os limites das necessidades estritamente econômicas, sendo relevante observarmos questões que envolvem a política (refugiados, perseguidos ou expulsos), questões étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero<sup>118</sup>. E, ainda, a forma como esses sujeitos assimilam, (re)significam, tencionam essas condições sociais, através de suas agências e estratégias cotidianas.

Estudos sobre esta imigração realizados por autores lusos apontam diversos aspectos para entendê-la, entre eles os números do fluxo, suas características, as mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas portuguesas, bem como os fatores conjunturais responsáveis pela imigração, definindo o Brasil como o destino preferencial dos deslocamentos no período que estamos tratando. Dentre estes trabalhos destacaríamos a obra de Joel Serrão “A Emigração Portuguesa: sondagem histórica”<sup>119</sup>, publicada em 1974, onde trabalha, entre outros aspectos, com os quantitativos do fluxo migratório, os principais destinos, a emigração e as mudanças políticas e estruturais portuguesas. Serrão afirma que o aumento no fluxo para o Brasil ocorre a partir de 1869, chegando em 1895 ao seu auge contabilizando 44 mil deslocamentos anuais<sup>120</sup>. Nas primeiras décadas do século XX, esse número diminui para a casa dos vinte mil anuais, voltando a aumentar para 30 a 40 mil deslocamentos entre os anos de 1905 e 1910 mantendo-se crescente até o ano de 1913. No entanto, esses números decrescem, para os anos posteriores, variando na casa dos vinte mil

---

<sup>117</sup> MATOS, *Ibidem*, 2013, p. 34.

<sup>118</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950)**. In *De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa*. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et al.]. São Paulo: Alameda, 2013, p. 49-65.

<sup>119</sup>SERRÃO, Joel. **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974.

<sup>120</sup> *Idem, ibidem*, p.33.

deslocamentos, com a maior baixa em 1918, quando chega a 11.853 saídas<sup>121</sup>. Serrão ainda pontua o Pará como um dos principais destinos escolhidos pelos portugueses, sobretudo ao final do século XIX<sup>122</sup>.

Na década de 90, estudos clássicos como de Oliveira Martins tratam da emigração também quantificando o fluxo por regiões, destacando a ocupação dos que emigram, o gênero e o destino escolhido, mantendo o Brasil como o destino mais procurado nas Américas. O autor avança ao problematizar o número excessivo de terrenos incultos, a deficiência no regime do capital e a defeituosa distribuição da população no território. Constrói, a partir de uma série de argumentos, uma crítica profunda à rede lucrativa de engajadores, sujeitos que garantem cem por cento de lucro nas transações, critica ainda o decréscimo no valor das propriedades e nas benfeitorias, a alta nos gastos que gera a descrença em um retorno lucrativo, a baixa na balança comercial portuguesa, entre outros obstáculos que favorecem o processo migratório<sup>123</sup>.

Em 2002, outro clássico português sobre a emigração e o Brasil ganhava espaço, “A política portuguesa de emigração (1850-1930)”, de Mirian Halpern Pereira, vem tratar questões diversas que envolvem o fluxo, como a dependência externa por braços de migrantes, a rede de recrutamento portuguesa, onde surge a figura do engajador, o mito de fortuna no Brasil, o retorno e a importância das remessas para o equilíbrio da economia portuguesa, além da política migrantista adotada por Portugal durante as dezenas de anos em que o fluxo se manteve contínuo e intenso. A autora ainda dedica um capítulo para tratar da política brasileira de imigração e como ela corroborou para a ampliação e consolidação de um fluxo intenso e contínuo de lusitanos para todo o território brasileiro.

Na esteira dessa temática, ainda em Portugal, vemos trabalhos que vão pensar esse processo migratório a partir de regiões e/ou freguesias portuguesas específicas<sup>124</sup>, sempre

---

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*, p. 30-38.

<sup>122</sup> *Idem, ibidem*, p.163-171.

<sup>123</sup> OLIVEIRA, Martins. **Fomento Rural e Emigração**. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

<sup>124</sup> Entre os trabalhos monográficos que levam em conta o recorte por freguesias e distritos, destacamos: ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista**. Gráficas reunidas: Porto, 1994; MONTEIRO, Miguel. **Migrante, Emigrantes e “brasileiros”: territórios, itinerários, trajetórias (834-1926)**. Fafe, 2000; CASTRO, Celeste. **A emigração na freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)**. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2010. E, por fim, os vários artigos que podem ser encontrados nas coletâneas organizadas pelo CEPESE em parceria com universidades brasileiras. Dentre elas: MATOS et al. (org). **Deslocamentos & Histórias: Os portugueses**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008. SOUSA, Fernando de & MARTINS, Ismênia. **A emigração portuguesa para o Brasil**. Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/FAPERJ, 2007; SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia & MATOS, Maria Izilda. **Nas duas margens: Os portugueses no Brasil**. Porto/Portugal, Afrontamento, 2009. SOUSA, Fernando de [et al]. **Um passaporte para a terra prometida**. Porto: Fronteira do Caos editores/ CEPESE, 2011.

dialogando com as questões gerais do tema, dentro de Portugal e mesmo em territórios estrangeiros.

Desde a década de 1980, a problemática da migração portuguesa vai estar presente na historiografia brasileira, com temáticas que vão desde o anti-lusitanismo e o trabalho, até o fluxo e suas características, especialmente para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que historicamente receberam o maior contingente migratório português<sup>125</sup>. Nos últimos anos, o volume de trabalhos sobre a temática migratória portuguesa vem se ampliando, com novas discussões, temáticas que envolvem trajetórias de vida, lutas, hospedarias de imigrantes, memórias, associativismo, cultura, sentimentos, participação feminina e legislação<sup>126</sup>. Além disso é possível observar o deslocamento de trabalhos sobre esta temática, para além do eixo Rio-São Paulo, alcançando, por exemplo, os estados da Bahia, Paraná, Santa Catarina e Amazonas<sup>127</sup>.

Ao analisar a produção sobre a imigração portuguesa para o Pará, Cancela afirma que:

“No Pará, pesquisas atuais vêm se somar, aos trabalhos clássicos realizados na região, sobre essa imigração no período que estamos tratando, e embora boa parte destes clássicos não tenha a imigração portuguesa como temática central de

<sup>125</sup> A literatura sobre o tema é vasta, elencamos aqui alguns trabalhos sobre os temas acima citados: FRUTUOSO, Maria Suzel. **A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)**. 1989. Dissertação (Mestrado em História)- FFLCH-USP, São Paulo, 1989; RIBEIRO, Gladys. **Mata-galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na primeira república velha**. São Paulo: brasiliense, 1990; MENEZES, Lená Medeiros. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; NIZZA da Silva, Maria Beatriz. “A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil”. *Análise Social*, v. 22, n.92-93, 1986.

<sup>126</sup> ROCHA- TRINDADE, Maria Beatriz. & CAEIRO, Domingos. **Portugal-Brasil: migrações e migrantes. 1850-1930**. INAPA, Lisboa, 2000; GOMES, Ângela de Castro(org.) **Histórias de imigrantes e imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000; LOBO, Eulália Maria. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001; MATOS, Maria Izilda. **Âncora de emoções: A imigração portuguesa**, Cadernos CERU, série 2, v. 19, n.01, junho de 2008; FONSECA, Vítor da (2009), “**Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1916**”, In: PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 221-237.MENDES, José Saccheta Ramos. **Laços de sangue: privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil**. Porto: CEPESE, 2010; MATOS, Maria Izilda & LEITÃO, Alfredo. “**Portugueses em São Paulo: trabalho e ação política**”. *Dimensões*, vol. 26, 2011, p. 113-135; REZNIK, LUIZ & FERNANDES, Rui. “**Hospedarias de imigrantes nas Américas: A criação da hospedaria da Ilha das Flores**”. *História* (São Paulo), v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014.

<sup>127</sup> GANDON, Tania Riserio. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX**. Salvador: editora EDUNB, 2010. FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Povoadores da fronteira: Os casais açorianos rumo ao sul do Brasil**. Florianópolis:UFSC, 2000; BOSCHILIA, Roseli. “A Sociedade Portuguesa em Curitiba: Um projeto identitário.” In: MATOS et al.(org.) *Deslocamentos e Histórias: Os portugueses*. Bauru/São Paulo?EDUSC, 2008.p 339-356; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte “**Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920**”. *Varia História*. vol.30 n..54. Belo Horizonte Sept./Dec. 2014; SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. “**Indolente ou laborioso? A construção de sentidos na e/imigração portuguesa para o Amazonas**”. In: MATOS et al.(org.) *Deslocamentos e Histórias: Os portugueses*. Bauru/São Paulo/EDUSC, 2008.p.225-244.

suas análises, tornaram-se referência importantes para o estudo dessa temática”

<sup>128</sup>

A autora segue destacando as obras clássicas que tratam do tema: “A obra de Arthur César Ferreira Reis, com destaque para “*O Seringal e o Seringueiro*”, escrita na década de 1950, analisa o período da borracha e aponta a importância do elemento português nessa economia;<sup>129</sup> Samuel Benchimol, reúne textos escritos entre as décadas de 1940 a 1990, sobre os vários povos e etnias que formaram a sociedade e a cultura amazônica, entre elas, o português e sua presença desde o período da Borracha até os anos de 1939<sup>130</sup>. O economista Roberto Santos analisou o auge e a decadência da economia da borracha, evidenciando os preços, as taxas de exportação, os investimentos, o processo de decadência da produção gomífera e o movimento de população que ela gerou<sup>131</sup>. Dentre os historiadores, vale citar a obra da brasilianista Barbara Weinstein, que embora tivesse como foco principal de seu trabalho a economia da borracha, não deixou de explorar a presença portuguesa nessa economia<sup>132</sup>. E ainda o trabalho de Rosa Acevedo Marin, sobre as relações familiares e de casamento de pessoas ligadas à terra, ao comércio ou à atividades militares e/ou governamentais, no século XIX, dentre eles os portugueses e seus descendentes”<sup>133</sup>.

Cristina Cancela lembra que “nos últimos anos, um conjunto de artigos e teses vem abordando diretamente a temática da imigração portuguesa. [...] Com o uso de fontes, até então, inéditas como as habilitações consulares. A análise do fluxo migratório, o perfil dos imigrantes e a importância da economia da borracha para esses deslocamentos, compõem o eixo comum das recentes investigações. Contudo, para além desse eixo comum, outras questões vão ser enfocadas por esses estudos<sup>134</sup>. Assim, Edilza Fontes aborda a presença portuguesa a partir do trabalho, da cultura e da atuação dos imigrantes no movimento

<sup>128</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Imigração Portuguesa: fluxos, características e trajetórias (Pará-Belém/1850-1930)**. 2015. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Pará, Belém. CNPQ, 2015.

<sup>129</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Síntese de História do Pará*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, Belém, 1972.

<sup>130</sup> BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e cultura**. 3º ed. Manaus, Valer, 2009. Aqui, outros autores clássicos poderiam ser citados, que escreveram sobre a economia da borracha, destacando a presença do Português nessa economia, vale citar: BRAGA, Theodoro Reis, *História do Pará: resumo didático*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1931. CRUZ, Ernesto. *História de Belém*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1973. TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria do Belém do Grão Pará**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudos de geografia urbana**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1968.

<sup>131</sup> SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.

<sup>132</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*

<sup>133</sup> MARIN, Rosa Acevedo. “As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*, nº15. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE/USP), 1985.

<sup>134</sup> CANCELA, *op. cit.*, 2015.

social<sup>135</sup>. Marília Emmi observa a inserção social dos indivíduos e famílias, particularmente na cidade e nas colônias agrícolas<sup>136</sup>. Marcos Carvalho analisa as leis de imigração, a hospedaria dos imigrantes e as instituições associativas por eles criadas<sup>137</sup>. Ana Tereza Hidaka embora não trabalhe diretamente com as habilitações consulares, analisa os imigrantes empobrecidos e as associações que os apoiavam”<sup>138</sup>.

A imigração portuguesa para o Brasil foi contínua e envolveu múltiplas e diversas experiências, inúmeras levas de pessoas, de diferentes regiões do território e estratos sociais, que por vezes vieram subsidiados ou mesmo por conta própria. Muitos chegaram ao início do século XIX quando no Pará a economia da borracha pegava fôlego e norteara o crescimento da economia e da cidade. Outros chegaram ao século XX, fugindo das desgraças da Primeira Guerra Mundial, chegando em uma república, com novas ideias de defesa e soberania nacional, que se estenderam até a Era Vargas, em 1930, quando medidas restritivas à imigração adicionaram um novo elemento aos deslocamentos<sup>139</sup>.

Conhecer mais a fundo estes sujeitos, e seu comportamento quanto as redes familiares e profissionais construídas é o que pretendemos esboçar nas páginas seguintes.

## 1.2. O PERFIL DOS IMIGRANTES EM BELÉM

Considerando o século XIX, quando da imigração de massa, o perfil do imigrante português resumia-se, essencialmente, em indivíduos de origem pobre, pequenos proprietários

<sup>135</sup> FONTES, Edilza. **Preferem-se português (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. Tese de Doutorado, São Paulo, Unicamp, 2002

<sup>136</sup> EMMI, Marília Ferreira. “**A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses**”. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG-Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010”.

<sup>137</sup> CARVALHO, Marcos Antonio de. **Bebendo açai comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX**. 2011. Tese (Doutorado em História) Porto/Portugal, Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2011.

<sup>138</sup> HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. “**Os infortúnios da imigração portuguesa: A benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)**”. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, 2013.

<sup>139</sup> Para se ter ideia dessas mudanças legislativas e restritivas ocorridas após o governo Vargas, destacamos o Decreto n. 24.258 de 16.05.1934, onde se assinalava que a entrada de imigrantes em território nacional sofreria restrições necessárias a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos. Cf: MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo:Fapesp, 2011.

rurais, vindos da região norte de Portugal, nomeadamente do Minho<sup>140</sup>, que eram representados de forma preconceituosa na imagem do imigrante português com pouca capacidade intelectual. De acordo com Rosana Barbosa, grande parte dos imigrantes portugueses que vinham para o Brasil encontrava-se numa situação de precariedade. Em 1844 a Revista Universal Lisbonense publicou um artigo, onde um indivíduo português estabelecido no Brasil afirmava que:

*“Todas as embarcações chegadas do Porto e dos Açores têm trazido aos centos de desgraçados, uns a título de colonos, outros de passageiros, sem que as privações e as misérias que ele aqui vem padecer tenham diminuído...”*<sup>141</sup>.

### 1.2.1. A ORIGEM DO IMIGRANTE

A divisão administrativa portuguesa compreende a um conjunto de “Distritos” que agrupam um certo número de “Concelhos” e têm à frente um representante do governo com funções de carácter administrativo. Os Conselhos, por sua vez, seguem sendo formados pelas “Freguesias”<sup>142</sup>.

Para a organização dos imigrantes conforme sua procedência geográfica, consideramos a organização administrativa por distritos que foram criados por meio da carta de lei datada de 25 de Abril de 1835, sancionando o decreto das Cortes de 18 de Abril de 1835. A partir dessa lei houve a reorganização administrativa local portuguesa em novas bases, determinando a divisão do Reino em dezessete distritos administrativos, que agrupariam um determinado número de concelhos. Somente em 1926, Setúbal será desmembrado do distrito de Lisboa, sendo elevada a distrito onde permanece até os dias atuais<sup>143</sup>. Como segue a ilustração.

<sup>140</sup> Uma das províncias que constituem o território português, sendo composta pelos distritos de Viana do Castelo e Braga. Além do Minho, o território português possui as províncias de Trás os Montes, Douro, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

<sup>141</sup> BARBOSA *apud* CARVALHO. *op. cit.*, p. 38.

<sup>142</sup> Sobre essa organização Cf: Fernando de Sousa & Ricardo Rocha. O Distrito de Bragança (1835-2011). cf: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-distrito-de-braganca-1835-2011/distrito-de-braganassa-pdf>. Acessado em, 9 de setembro de 2014.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 2.



**FIGURA 1.1**  
**MAPA DISTRITAL DE PORTUGAL E ILHAS**



FONTE: <http://holdon.club/mapa/mapa-de-portugal.html>. Acessado em 16 de Dezembro de 2015.

A maior parte dos portugueses chegados ao Pará provinha da região Nortenha, onde se localizam os Distritos do Porto e de Braga, que estavam entre os principais polos de imigração de Portugal<sup>144</sup>.

Quanto à imigração do Norte português, a representação mais persistente é da expansão capilar das redes familiares e de vizinhança. Enquadrada por familiares e amigos, a arrumação dos jovens, o sucesso passa a ser interpretado como produto das qualidades individuais de trabalho e perseverança. Cristalizando o mito da mobilidade social ascendente, através da transferência de uma massa de rurais diretamente para o setor terciário, teoricamente facilitador da acumulação de riqueza individual<sup>145</sup>.

<sup>144</sup> CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. “Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais”. Belém (1891-1920). *História*, v.15, n.01, Unisinos, jan-abril/2011. p.60-67.

<sup>145</sup> ALVES, *op. cit.* p. 406.

Também na região Norte estava um dos maiores e mais importantes portos de embarque para o Brasil, a Barra do Douro, seguido posteriormente pelo Porto de Leixões. Este dinamismo da barra portuense deve-se, em grande parte, a centralidade econômica do Distrito do Porto no Norte de Portugal, em muito possibilitada pela emigração que impulsionava o comércio de importação e exportação entre os dois países, além de movimentar a indústria de transporte de navios, e gerar capital através das remessas de rendimentos e de mesadas que alimentavam a praça do comércio e as instituições bancárias<sup>146</sup>.

A partir de nossa pesquisa nos inventários *post-mortem* pudemos identificar a procedência dos imigrantes portugueses no Pará. Embora seja um grupo pequeno de indivíduos levantados frente ao intenso fluxo migratório, acreditamos ser importante traçar o perfil daqueles que apareceram nessa que foi nossa fonte principal de pesquisa. De modo a verificarmos as possíveis aproximações e diferenças com o perfil encontrado por outros pesquisadores que estudaram este mesmo fluxo para o Pará, utilizando diferentes fontes. Como o trabalho de Marcos Carvalho que analisa a composição do contingente português a partir das Habilitações Consulares, entre os anos de 1890 a 1914, destacando que os imigrantes provinham majoritariamente da região continental, e dos distritos ao Norte, sobretudo Aveiro, Braga, Porto e Viseu, que juntos correspondiam a 64,4% (1.518 registros) dos portugueses que declaravam naturalidade, de um total de 2.357 registros<sup>147</sup>. Edilza Fontes, que também trabalhou com as Habilitações Consulares, constatou que entre os anos de 1884 a 1914 a maior precedência de imigrantes vinha do Norte, tendo as províncias do Douro, Minho e Beira Alta como as que mais contribuíram para o fluxo em direção ao Pará<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>147</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 129-131.

<sup>148</sup> FONTES, *op. cit.*, p. 102-105.

**TABELA 1.1**  
**PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA DOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM BELÉM,**  
**1840-1930**

<b>Distritos de Origem</b>	<b>Nº de Imigrantes</b>	<b>Percentual (%)</b>
Aveiro	51	9,1%
Açores	3	0,5%
Braga	67	11,9%
Bragança	3	0,5%
Castelo Branco	14	2,5%
Coimbra	7	1,2%
Faro	2	0,4%
Guarda	10	1,8%
Leiria	4	0,7%
Lisboa	14	2,5%
Madeira	1	0,2%
Portalegre	1	0,2%
Porto	94	16,8%
Santarém	3	0,5%
Setúbal	2	0,4%
Viana do Castelo	30	5,3%
Vila Real	9	1,6%
Viseu	19	3,4%
Não citados	227	40,3%
<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>100,0%</b>

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

O quadro evidencia o intenso fluxo de saídas dos distritos localizados ao Norte de Portugal, em grau de importância, os distritos do Porto (16,8 %), Braga (11,9%), Aveiro (9,1 %). Além dos motivos de expulsão, já mencionados, existentes na região Norte portuguesa, estas cidades estão localizadas em áreas litorâneas, o que pode ter facilitado as saídas, sobretudo pelo acesso mais rápido aos meios de transporte e às redes de empregadores.

O Porto, polarizador do dinamismo econômico do Norte<sup>149</sup>, era o espaço de maior densidade demográfica, com cerca de 150 h/Km<sup>2</sup> na primeira metade do século XIX, evoluindo progressivamente para 258 h/Km<sup>2</sup> ao findar do mesmo século. A corrente emigratória para o Brasil se aproxima de taxas elevadíssima de emigração, próxima aos 99%

<sup>149</sup> ALVES, *op. cit.* p. 11.

do local de destino dos que migraram. Alguns números apresentam uma tênue redução para o findar do século, no entanto, o Brasil continuou sendo o destino preferido com uma gama de sujeitos que buscavam encontrar nas terras brasileiras parentes e amigos, seguindo a rota por muitos conterrâneos trilhada, perseguindo o sonho de ser “brasileiro”<sup>150</sup>.

Em sua maioria eram homens, casados, com idades entre os 25 e 34 anos e maioritariamente com a profissão de “trabalhadores”, designação genérica que inclui os operários rurais e outras profissões ligadas ao setor primário, uma vez que os emigrantes com alguma especialização profissional as referenciavam, nomeadamente os dos setores secundário e terciário onde prevalecem os que se encontram ligados aos negócios e ao comércio, os célebres “caixeiros”<sup>151</sup>, também referenciados nos inventários.

O distrito de Braga, situado a Noroeste de Portugal Continental, contava à época com uma população ativa dedicada, sobretudo, às atividades agrícolas. Na orla marítima as populações conciliavam a atividade piscatória com o trabalho dos campos, assim como os empregados das indústrias têxteis, cutelarias e curtumes, sediadas, sobretudo no concelho de Guimarães (região mais ao centro do distrito), dividindo-se entre o trabalho fabril e o cultivo da courela e do quintal. O Brasil foi o destino declarado por 95,7% dos indivíduos que solicitaram passaporte no Governo Civil de Braga, no ano de 1912<sup>152</sup>.

No extenso distrito de Aveiro, fortemente ruralizado e com elevada densidade populacional (99 h./ Km<sup>2</sup>) nas zonas de minifúndios, viviam pessoas mantidas em formas de organização produtiva de feição tradicional (agricultura, pecuária, autoconsumo controlado). De onde partiu uma população com incidência etária entre os 14 e os 40 anos (98%), sobretudo masculina (95%). População de cariz rural que escolheu o Brasil como trajetória habitual nos oitocentos, e dentro do Brasil, o Rio de Janeiro - destino de sempre – correspondeu a 49.32% dos deslocamentos; o Pará, cidade de afinidades litorais correspondeu a - 13.08% e, logo depois em importância vinha São Paulo, pela crescente economia do café, recebendo 10.8% dos imigrantes e o Rio Grande do Sul, que vai ganhando importância sendo o destino de 7% dos imigrantes. A partir de 1887, há quebras na produção vinícola em Aveiro, ano em que de forma geral a lavoura sobre uma crise, intensificada a partir de 1889, havendo

<sup>150</sup> *Idem, ibidem*, p. 176-177.

<sup>151</sup> AMORIM, Paulo & FERRARIA, Maria José. **A Emigração para o Brasil através dos Livros de Registos de Passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1890)**. In: *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Edições Afrontamento/CEPESE. Porto: 2007, p. 219.

<sup>152</sup> SARMENTO, Carmem Alice Aguiar de Morais. **Emigração Familiar para o Brasil do Distrito de Braga, no ano de 1912**. Cepese/Publicações, Braga, 2009, p. 290-291.

uma “coincidência” entre os anos de maior crise e os de maior saída de indivíduos das zonas atingidas pelas depressões agrícolas<sup>153</sup>.

Herbert Klein afirma que quase dois milhões de portugueses emigraram para o Brasil após a independência, em 1822. Entre os anos de 1822 e 1950, estimou-se que mais de 1.200.000 portugueses tivessem chegado ao Brasil. Destes, acredita-se que 80%, o que corresponde a 960 mil, seriam oriundos do Norte de Portugal<sup>154</sup>. Tido como semi-proletarizados, trabalhadores artesanais com atividades em manufaturas e indústrias próximas de suas posses agrícolas<sup>155</sup>.

A *Revista Universal Lisbonense*, em 1843, levantou novas justificativas para a maior saída dos nortenhos, publicando que “a razão da maior emigração da gente do Minho encontrava-se facilmente no grande número de negociantes e lojistas dessa Província, que naquele instante se achavam estabelecidos no Rio de Janeiro e em outros portos, os quais pelas relações de parentesco, vizinhança e amizade atraem muitos outros conterrâneos, onde são, quase exclusivamente, empregados como caixeiros em lojas e armazéns”<sup>156</sup>.

É fato que Portugal tenha registrado, no século XIX, um expressivo crescimento demográfico, principalmente na região Norte, que além de densamente povoada era impregnada de minifúndios. A produção do vinho do Porto não alcançava todo o território, o que limitava estabelecer vínculos empregatícios com aqueles excluídos da produção agrícola. Soma-se a isso a alta taxa de natalidade e decréscimo na de mortalidade<sup>157</sup>, a carestia da vida, o peso dos tributos e encargos hipotecários, a excessiva fragmentação do solo no Minho, especialmente, a ruína da viticultura e o cerceamento das obras e empregos públicos, devido a crise financeira do Estado<sup>158</sup>. O desajustamento entre este novo contingente populacional e a forma assumida pelo desenvolvimento econômico social, onde a indústria não absorvia esse

<sup>153</sup> LOPES, Maria Tereza Braga Soares. **Correntes de opinião pública e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)**. CEPESE/Publicações, 1995, p. 215.

<sup>154</sup> SOUSA, Fernando de. **A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)**. In. MATOS et al. (org). *Deslocamentos & Histórias: Os portugueses*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008, p. 30.

<sup>155</sup> FONTES, *op. cit.*, p. 63.

<sup>156</sup> “Emigração”, in *Revista Universal Lisbonense*, 1843, 3º tomo, p. 231. Neste artigo, a emigração minhota surge como contraponto à açoriana, sobre a qual o articulista afirmava: “A gente dos Açores pela maior parte é empregado na agricultura, concorrendo também para isso a sua inaptidão para outros misteres, o não saber ler nem escrever a mor parte dos que ali aportam”. In. ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista**. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

<sup>157</sup> KLEIN, Herbert. **A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX**. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, p. 235-265.

<sup>158</sup> ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil**. *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986- Iº, 139-156, p. 142.

excedente demográfico, traduzia-se não apenas no aumento do desemprego e subemprego, mas também da emigração<sup>159</sup>.

Os inventários apontaram um número mínimo de saídas dos distritos ao Sul de Portugal, caracterizados por uma nascente e crescente industrialização e provedores de uma quantidade maior de vínculos empregatícios. Da própria cidade de Lisboa contabilizou-se apenas 14 saídas, equivalente a 2,5% do total, mesmo com sua localização geográfica à beira do mar e o contínuo movimento de seus portos. Faro e Setúbal contabilizaram 4 saídas, ambas com 2 pessoas de cada distrito, num total de 0,4% cada. Os Distritos de Évora e Beja não apareceram em nenhum dos inventários consultados. Estes distritos estão entre as quatro zonas fundamentais de repulsão demográfica, a saber: a Zona Central que inclui Lisboa, Leiria, Santarém e Castelo Branco, que apresentam índices emigratório relativamente fracos, em comparação aos do Norte. O Alentejo que contribui com a mais baixa porcentagem para o movimento emigratório global, incluindo os territórios de Beja, Évora e Setúbal. E a Zona do Algarve, que mantém uma porcentagem baixa de emigrantes, bem próxima aos números da Zona Central, envolvendo, sobretudo, o território de Faro<sup>160</sup>.

Embora tenhamos na região Norte portuguesa a maior incidência de saídas, é importante atentar que de todo o país se emigra. Serrão observou que no período de 1866-1877 se tem taxas de emigração de todas as regiões do país. Desde as zonas fronteiriças ao Leste, o Sul alentejano e algarvio e a faixa central de Leiria e Santarém têm menor incidência emigratório, porém não nula. O litoral oeste (com exceção de Leiria, Beja e do Algarve) é a zona por excelência da emigração, dando ao Porto a primazia das saídas, seguido por Braga e Aveiro. A partir destes três últimos distritos a tendência emigratória situa-se nas 501 a 100 saídas anuais em toda a cintura desse polo, que inclui ainda Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e Coimbra. Lisboa, que ainda tinha Setúbal incluída em seus limites administrativos, insere-se na cintura que envolve o litoral norte, referido acima<sup>161</sup>.

### 1.2.2. DISTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES POR SEXO<sup>162</sup>

<sup>159</sup> PEREIRA, *op. cit.* p. 20-21.

<sup>160</sup> SERRÃO, *op. cit.* p. 139.

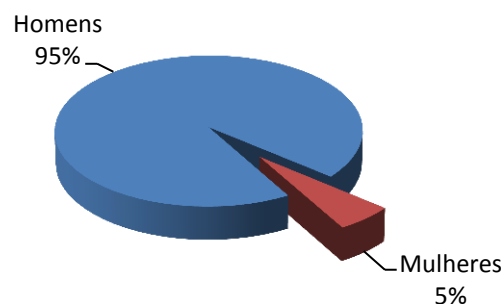
<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 136-137.

<sup>162</sup> Embora muitos trabalhos caracterizem esta análise como sendo de gênero, optamos por melhor classificá-la quanto ao “sexo” da corrente migratória. O gênero pode ser enquadrado como uma construção social, cultural e historicamente contextualizada da distinção de sexo, pois os processos naturais de sexo, que circunscrevem os conceitos biológicos, e da reprodução, bem como as diferenças biológicas entre homens e mulheres, são apenas

Analisando a distribuição por sexo da totalidade de emigrantes que tiveram inventários *post mortem* abertos em Belém predominam imigrantes do sexo masculino, um total de 532 sujeitos, contrastando com apenas 29 mulheres citadas. Não espantam os números da presença masculina, já muito apresentada na historiografia que discute a caracterização dos imigrantes, sobretudo para o Brasil, especialmente ao longo dos oitocentos, em especial em grandes capitais como o Rio de Janeiro, como indicam os diferentes censos realizados no país para aquela cidade<sup>163</sup>.

A migração que, nos séculos passados, partia de cidades como o Porto para o Brasil era constituída, na sua grande maioria, por jovens do sexo masculino, com idade próxima aos 14 anos. A dispersão etária é, no entanto, muito grande, com tendência para o alastramento a todos os escalões, o que no ano de 1839, se traduz concentrada em volta dos 14 aos 24 anos. Em virtude, porém, da exigência do recrutamento militar, o intervalo etário que terá maior representatividade será entre os 15 e os 19 anos, haja vista que o recrutamento exigia custos financeiros elevados para uma população, em grande parte nortenha e de poucos recursos<sup>164</sup>.

**GRÁFICO 1.1**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES**  
**POR SEXO (1840-1930)**



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmiento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

---

uma parte pequena do que realmente define o gênero. cf: GRANJA, Rosemary da Silva. **Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna viagem na ficção camiliana**. (Tese) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo –USP. São Paulo, 2009.

<sup>163</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Imigração e Comércio: silêncios sobre a mulher**. In: Entre Mares: O Brasil dos Portugueses. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 186.

<sup>164</sup> ALVES, Jorge Fernandes. **Lógicas migratórias no Porto oitocentista**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern. *Emigração/ Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal (séc. XIX e XX). Lisboa: Fragmentos, 1993, p. 84.

O homem geralmente partia só, ponderando os riscos, as incertezas, os receios do desconhecido, os custos da viagem, o que pode justificar os reduzidos números de mulheres que partiam com passaporte próprio. Não era incomum o fato de que quando estas partiam estavam integradas no passaporte ou do marido, ou do irmão<sup>165</sup>. A prática dos homens chegarem primeiro pode ser entendida como uma estratégia para a criação de condições para a chamada dos familiares, ou mesmo, acumular o que lhe fosse possível para o retorno, podendo ser identificada como uma estratégia preventiva, para a hipótese de fracasso e/ou uma tática para enfrentar o desconhecido<sup>166</sup>.

Na busca por justificar a elevada presença de homens imigrando para o Pará, Carvalho defende que tendo por base que a imigração deveria atender às necessidades de mão-de-obra tanto para a agricultura e extração vegetal (café e borracha amazônica) como para setores que exigiam conhecimentos mais específicos, tais como as atividades ligadas à prestação de serviços, comércio e indústria, seria possível, sem profundidade de análise, entender o número extremamente alto da quantidade de imigrados do sexo masculino<sup>167</sup>.

Se o elemento masculino partia isolado, as dificuldades de migração prolongavam a separação familiar. A mulher casada apenas podia sair do país com a autorização prévia do marido (decreto de 7/4/1863, art. 10). No entanto, a dispersão familiar constituía o principal elemento de garantia do envio das remessas de dinheiro dos emigrantes para os que haviam ficado na terra natal, remessas que se haviam transformado num dos alicerces da política econômica e financeira portuguesa. Tentou-se limitar a corrente feminina através de regulamentação discriminatória, face aos inconvenientes da expatriação das mulheres, chegando a ser considerada como uma depreciação do fenômeno migratório, pois a permanência da mulher e da família na pátria era a garantia dos envios regulares das remessas<sup>168</sup>.

Embora haja um silêncio quanto a ampla atuação destas mulheres nas fontes levantadas para este trabalho, é de se supor que em todo e qualquer processo e (i) migratório as mulheres são partícipes e exercem importantes papéis junto a família, sobretudo quando

<sup>165</sup> SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro. **A Emigração do Distrito de Bragança para o Brasil no século XIX (1884-1890)**. In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 186

<sup>166</sup> MATTOS, Maria Izilda Santos de. **Mulheres imigrantes portuguesas: ações, resistências e lutas**. In: ANDREAZZA, Maria Luíza; BOSCHILIA, Roseli (org.). *Portuguesas na Diáspora - Histórias e Sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 178.

<sup>167</sup> CARVALHO, *op. cit.* p. 140.

<sup>168</sup> RAMOS, Maria da Conceição. **Migrações internacionais e gênero – dinâmicas de participação das mulheres portuguesas imigrantes**. In: ANDREAZZA, Maria Luíza; BOSCHILIA, Roseli (org.). *Portuguesas na Diáspora - histórias e sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 147.



garantem o cuidado dos outros membros que ficam na terra natal após a partida do patriarca, no caso da emigração de cabeças de família do sexo masculino, garantindo-lhes o sustento, exercendo o papel de chefia no domicílio. No Norte de Portugal era um caso particularmente invulgar o predomínio das mulheres nas atividades agrícolas tradicionais<sup>169</sup>.

A proporção de mulheres migrantes, ao longo do século XIX, tendeu ao crescimento, embora seu papel fosse menos reconhecido. Nos anos iniciais do XX o fluxo feminino chegou aos 30%, entre as mulheres que saíram de Portugal para o Brasil, EUA, Hawai e Argentina, alcançando a marca de 50% durante as décadas de 60 e 70<sup>170</sup>.

Este perfil, quanto ao sexo e a partida de sujeitos isolados, sofrerá alterações já nos anos iniciais do século XX, quando a migração tornou-se tendencialmente familiar e permanente, sobretudo na região central do país. Argumento que é reforçado por Klein ao afirmar que no “Registro do Movimento de Imigrantes na Ilha das Flores”, no Rio de Janeiro, os imigrantes lusos “eram agricultores que haviam recebido subsídios para a viagem, quase todos em grupos familiares e com uma distribuição por sexos muito equilibrada”<sup>171</sup>.

### 1.2.3. Estado Civil dos Imigrantes

O estado civil dos sujeitos envolvidos em um processo de imigração sofre influência de diversos fatores, podendo atuar como elemento permissivo ou constrangedor da sua mobilidade<sup>172</sup>. As informações dispostas nos inventários permitiram identificar um maior número de casados, num total de 303 sujeitos, em contra partida aos solteiros, com um total de 189 registros, e aos desquitados com 2 registros. Ainda houve aqueles que não indicaram sua condição civil, um total de 67 sujeitos.

É importante ressaltarmos que estes vínculos foram descritos, sobretudo nas partes que compunham o processo de inventário, contudo, houve indivíduos cuja informação de estado civil obtivemos no testamento, certidão de óbito, procurações, e demais anexos que foram levantados junto aos inventários, dessa forma não podemos precisar quantos destes chegaram em Belém casados ou solteiros, ou mesmo quantos casaram no Pará ou mesmo em Portugal e

<sup>169</sup> KLEIN, Herbert. *op. cit.*, p. 240.

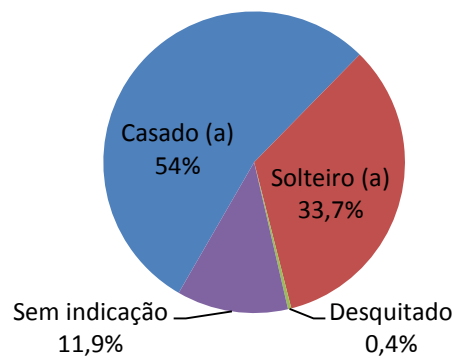
<sup>170</sup> RAMOS, *op. cit.* p. 145.

<sup>171</sup> MATOS, Maria Izilda de. **Portugueses em São Paulo: Registros e Ingressos (1912): Hospedaria do Imigrante – Listas de Bordo e Livros de Registro**. SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia & MATOS, Maria Izilda. *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*, Porto/Portugal, Afrontamento, 2009, p. 280.

<sup>172</sup> FERREIRA, Diogo Teixeira Guedes (2010a). **A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)**. In *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et al.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 145-173.

retornaram para o Pará, apenas a condição civil no momento do falecimento. No entanto, a condição civil no instante da morte muito fala sobre o sujeito, e muito pode nos informar sobre as práticas matrimoniais ou mesmo de seleção dos cônjuges durante os séculos passados.

**GRÁFICO 1.2**  
**CONDIÇÃO CIVIL DOS IMIGRANTES**  
**BELÉM (1840-1930)**



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

A parcela de casados é formada por 21 mulheres e 282 homens, titulares dos inventários, num total de 303 sujeitos. Entre as mulheres, apenas duas citam o nome e a nacionalidade de seu cônjuge, ambas casadas com portugueses. Entre os homens o número daqueles que citam o nome do cônjuge cresce para 274, e para 65 aqueles que informam além do nome a nacionalidade. Partindo destes 65 portugueses que informaram a nacionalidade da esposa, percebemos a predominância da endogamia uma vez que 38 sujeitos eram casados com portuguesas, 25 com brasileiras, 1 casado com uma alemã e outro com uma espanhola. Contudo, não podemos desconsiderar a deficiência que os inventários apresentam em precisar quantos destas uniões com brasileiras correspondiam à endogamia oculta quanto a nacionalidade, ou seja, embora a cônjuge fosse brasileira nata sua família poderia ser toda de origem portuguesa, prática recorrente entre famílias que buscavam manter vínculos ainda com “sua gente” e mesmo “com sua terra”.

**TABELA 1.2**  
**NACIONALIDADE DOS CÔNJUGES DOS IMIGRANTES**  
**INVENTARIADOS**

Nacionalidade	Nº de Sujeitos
Alemã	1
Brasileira	25
Espanhola	1
Portuguesa	40
Sem Indicação de nacionalidade	236
Total	303

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

Entre os que optaram por unir-se a nacionais, exclusivamente os homens, registramos a supremacia de uniões com mulheres naturais do Pará, seguidos pelos estados do Amazonas, Ceará e Rio Grande do Sul.

**TABELA 1.3**  
**NATURALIDADE DOS CÔNJUGES DOS IMIGRANTES**  
**PORTUGUESES HOMENS**

Naturalidade	Nº de Sujeitos
Amazonas	1
Ceará	1
Pará	12
Rio Grande do Sul	1
Sem Indicação	10
Total	25

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

Ao estudar os registros de casamento das freguesias da Sé e de Nazaré, entre os anos de 1879 a 1920 e 1883 a 1920, respectivamente, Cancela conclui que a presença de nubentes de nacionalidade portuguesa se mantém constante e predominante sobre as demais nacionalidades, entre elas os espanhóis e sírio libaneses. Cancela ainda destaca que boa parte dos portugueses que casaram nas freguesias de Sé e Nazaré optaram por unirem-se com

paraenses, o que corresponde a 48% dos casamentos realizados nas ditas freguesias<sup>173</sup>, os inventários, no entanto, nos apontam a preferência pela endogamia no que diz respeito à nacionalidade.

Ao cruzarmos os dados encontrados por Cancela nos registros de casamento, com outros estudos já realizados sobre estes enlaces matrimoniais em Belém que reafirmam a predominância das uniões de portugueses com paraenses,<sup>174</sup> e compará-los com as informações dos inventários, onde predomina a endogamia, podemos inferir que a maior parte dos portugueses inventariados chegou à Belém na condição de casados, o que nos sugere que para estes, em especial, o estado civil não serviu de elemento constrangedor da mudança, não inibiu a imigração em busca de seus respectivos interesses, sobretudo os de ordem econômica.

A migração de famílias ou o estabelecimento de redes familiares no lugar de destino pode ser encarada como um movimento de não retorno, uma vez que todo o corpo familiar se desloca para a região escolhida, onde se integram juntamente com os filhos, realizando investimentos com seu capital doméstico. O estabelecimento de redes familiares na sociedade receptora além de intensificar o não retorno, impede a existência/manutenção do ciclo de envio de remessas.

Partindo das alianças matrimoniais como estratégias eficazes de inserção na sociedade, alguns indivíduos se destacaram, não somente pelas alianças em si, mas pela projeção que elas alcançaram no meio social, pelos rendimentos e credibilidade de cada uma, dentre elas as alianças estabelecidas por José Caetano Ribeiro da Silva<sup>175</sup>, rico comerciante no Pará, que constituiu alianças matrimoniais e comerciais consideráveis em Belém, que puderam ter lhes garantido estabilidade e ampliação de seus espaços de circulação.

José Caetano Ribeiro da Silva era oriundo da região Norte de Portugal, sendo a data de sua chegada imprecisa, tornando seu registro de casamento a primeira fonte direta sobre sua presença no Pará. José Caetano casou-se em 1885<sup>176</sup> com a paraense Emília Carlota da Silva Rabelo<sup>177</sup>, na Freguesia da Sé. A partir deste registro percebemos que a escolha de um

---

<sup>173</sup> CANCELA, *op. cit.*, p. 164-166.

<sup>174</sup> Entre os trabalhos que já trataram amplamente do tema, cf: CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. **Imigração portuguesa e Casamento: Um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920)**. In: Entre Mares: O Brasil dos Portugueses. SARGES, Maria de Nazaré [et at.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010, p. 32-41;

<sup>175</sup> Inventário de José Caetano Ribeiro da Silva, ano de 1900. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>176</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém. Livro de Registro de Casamento do Curato da Sé de Belém, ano de 1885, p. 97.

<sup>177</sup> Emília Carlota era filha legítima de José Agostinho da Silva Rabelo e de dona Maria Carlota Rabelo, de cujos indivíduos não foi possível identificar outras fontes com informações a seu respeito.

cônjuge paraense já lhe poderia garantir inserção na província, a considerar que a literatura sobre o tema aponta a importância das alianças exogâmicas, pois, frente a liquidez da economia advinda da borracha, os tradicionais grupos locais tiveram que flexibilizar e ampliar suas atividades. Boa parte dessas alianças exogâmicas passaram a ser estabelecidas entre os homens de negócio, boa parte migrantes enriquecidos, com famílias já tradicionais, presentes a mais tempo na província<sup>178</sup>.

Da união entre José Caetano e Emilia Carlota houve três filhos: José Caetano Ribeiro da Silva Junior, Maria Emília Ribeiro Cunha e Maria Carlota Ribeiro da Silva, que também estabeleceram alianças matrimoniais com indivíduos de grande prestígio no Pará, grandes comerciantes cujo portfólio fora construído com os lucros da extração e comercialização do látex.

José Caetano Ribeiro da Silva Junior era casado com Domithilde Rocha Ribeiro da Silva, de cujo matrimônio não temos maiores informações, só sabemos que José Caetano Júnior faleceu dias antes de seu pai.

As filhas Maria Emilia Ribeiro da Cunha e Maria Carlota Ribeiro da Silva eram casadas, respectivamente com os irmãos, Antônio José da Costa Cunha e Alberto Eduardo da Costa, brasileiros, grandes comerciantes no Pará, irmãos de João Gualberto da Costa Cunha rico e influente comerciante, sócio na firma comercial *Darlindo Rocha & Cia* ao lado de Bento Rebelo de Andrade. Os irmãos Cunha ainda possuíam laços familiares, por parte de sua mãe, com a família La Roque, rica e influente família de comerciantes estabelecida no Paará desde o período colonial. As alianças matrimoniais estabelecidas por José Caetano e os irmãos da família Cunha realçam ainda mais o modo como os indivíduos pertencentes à elite mercantil estavam imbricados em relações familiares de parentesco e afinidade, bem como nos negócios. Essa imbricação faz pensar que os enlaces matrimoniais poderiam potencializar, ou serem potencializados, por possíveis apoios na participação de cargos e funções dentro de instituições que congregavam os principais homens de negócio da província. O casamento se forja, dessa maneira, enquanto mediador de relações de parentesco, comerciais ou mesmo de apoios políticos<sup>179</sup>.

Embora se considere as alianças familiares como importantes aliadas para a busca de estabilidade nas sociedades receptoras, estas não devem ser consideradas como único meio

---

<sup>178</sup> CANCELA, 2011, p. 360.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 367.

para este fim, visto que o número considerável de imigrantes portugueses solteiros, 189 no total (sendo 5 mulheres e 184 homens), nos leva a refletir que o status de casado poderia ser uma importante estratégia, mas não era a única forma de inserção social, crescimento e prestígio em Belém. Tomemos o exemplo do Barão de Monte Córdova, José Antônio Martins, que permanecendo solteiro toda a vida, amealhou vultuosa fortuna com os negócios da borracha, embora no final de sua vida tenha vindo a falecer demente em sua terra natal<sup>180</sup>.

Em seu testamento, anexo junto ao inventário, o barão afirma ter tido negócios grandes de importação do estrangeiro e de exportação sob a razão social de Martins & Companhia, a qual havia entrado em falência e sobrevivia ainda para pagamento de alguns haveres. Em 1894, a época de inscrição de seu testamento, mantinha sociedade com Joaquim Maria Leite, português, sob a razão de Leite & Companhia para o negócio de comissões do interior<sup>181</sup>.

Dos 189 portugueses que se identificaram como solteiros, 67 (todos homens) apontam em seus inventários e testamentos a existência de cônjuge e filhos. Dos 53 sujeitos que citam nos autos o nome da cônjuge/companheira, informam sobre sua união ilegítima diante do poder eclesial e civil, e asseguram a perfilhação dos filhos para que estes possam desfrutar dos haveres da herança. Como fez o comerciante Elisário Carlos de Oliveira, na condição de solteiro na qual faleceu, viveu “amaziado” com duas mulheres, antes de estar com a atual companheira Lucinda Augusta de Oliveira, tendo filhos reconhecidos como legítimos com as ditas amazias, eram elas Augusta Mariana de Figueiredo e Marinha Maria Candea. Augusta Mariana era mãe de Salvador Carlos Lúcio de Oliveira de 28 anos, e de Leonor Leocádia de Oliveira de 22 anos. Marinha Maria Candea era mãe de Lucinda Augusta de Oliveira, sem indicação de idade nos autos<sup>182</sup>.

O também comerciante, Antônio de Araújo Sampaio tinha como companheira Maria da Cruz Pinheiro, com quem possuía 6 filhos, registrados com escritura pública de perfilhação, eram eles: Julieta de Araújo Sampaio, Emília de Araújo Sampaio, Elvina de Araújo Sampaio, Carlos de Araújo Sampaio, Álvaro de Araújo Sampaio e Manoel de Araújo

---

<sup>180</sup> Inventário de José Antônio Martins, ano de 1860. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>181</sup> Testamento do Barão de Monte Córdova, anexo ao Inventário.

<sup>182</sup> Inventário de Elisário Carlos de Oliveira, ano de 1903. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

Sampaio, o único filho citado que residia em Portugal<sup>183</sup>, informação que reafirma a íntima relação que havia entre os emigrados e sua terra natal, onde mantinham, imóveis residenciais, quintas, além da própria família, ora esposa e filhos, ora filhos que estudavam em instituições portuguesas. Dos cinco filhos restantes não há nenhuma outra informação relevante no inventário, além de seus respectivos nomes.

As uniões ilegítimas estabelecidas por estes portugueses podem ser entendidas dentro do jogo de forças entre a ação da Igreja e do Estado quando dos embates que envolviam a sacralização do matrimônio, e a regularização do casamento civil em 1890, esta última combatida pela igreja e durante alguns anos de sua instituição foi tida como união ilegítima. Buscando limitar os alcances da secularização do Estado, a Igreja promoveu uma série de ações que pudessem ampliar o controle sobre os sujeitos que buscavam o sacramento. Ações diversas que envolveram, a exemplo, o fortalecimento e melhor formação do clero, a preocupação em divulgar e facilitar as cerimônias de casamento e a abertura de prelazias, a fim de aumentar o alcance das freguesias<sup>184</sup>, atitudes que renderam frutos, ao que indicam os livros de batismo das paróquias da Sé e de Nazaré estudados por Cancela, que apontam a predominância de nascimentos de ilegítimos nos anos de 1870 e 1880, representando 53% do total. Percentual que cai a partir de 1890 para 42%, chegando a 28% em 1900. Observa-se a redução no número de nascimento de ilegítimos, quando a predominância de nascimento dos legítimos se mantem até 1920, alcançando os 67% do total, em 1910 alcançou os 66% do total<sup>185</sup>.

Entre os desquitados, em ambos os processos de inventário, e nos autos de testamento anexados, os cônjuges são citados, o que, provavelmente, se deu em virtude da existência de filhos.

Quanto à situação do desquite, alguns comentários precisam ser tecidos. Até o século XIX duas correntes estariam em conflito: uma que propunha o divórcio para fortalecer a família, pois dessa forma homens e mulheres poderiam sair de casamentos infelizes, que prejudicavam o equilíbrio social e o Estado; outra que tratava o casamento como um sacramento, indissolúvel. Ambos não questionavam a família, mas a maneira como ela

---

<sup>183</sup> Inventário de Antônio de Araújo Sampaio, ano de 1905. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>184</sup> CANCELA, 2011, p. 151.

<sup>185</sup> CANCELA, 2011, p. 182- 185.

deveria ser tratada em momento de crise. Foi assim no Brasil e em Portugal, seguindo a tendência dos debates na Europa e Estados Unidos<sup>186</sup>.

No caso de Portugal, este manteve contatos com uma legislação divorcista, desde as invasões napoleônicas. O Código Civil napoleônico permitia o divórcio de forma restritiva, quando da vontade de um dos cônjuges ou ao mútuo consentimento, determinando como causa de divórcio o adultério masculino agravado (quando o ato era consumado no domicílio do casal) ou o adultério simples da esposa. Em 1867, não mais sob domínio napoleônico, o novo Código Civil português estabelecia o casamento como um contrato perpétuo. Em 1910, o cenário muda com a proclamação da República portuguesa, que instaurou a lei do divórcio em 3 de novembro do mesmo ano, um mês depois da mudança de governo<sup>187</sup>.

No Brasil, a República não foi capaz de fornecer à população uma legislação mais liberal, com relação ao casamento e ao divórcio. Em 1890, o governo republicano tratou de instituir a obrigatoriedade do casamento civil e permitiu o divórcio a *mensa et thoro* (mesa e cama) por adultério sevícia ou injúria grave e abandono do lar conjugal por dois anos consecutivos. Mesmo com estas definições, discussões propondo uma lei que permitisse a separação com quebra do vínculo conjugal e a possibilidade de contrair novo matrimônio, não faltaram. Em 1901, uma série de discussões foram levantadas para a aprovação do Projeto de Código Civil, tendo como encarregado de analisar a parte relativa ao Direito da Família o relator Anísio de Azevedo. No entanto, com todas as discussões, a maior contribuição do então código foi o estabelecimento das definições do divórcio a *mensa et thoro* e o divórcio a *vínculo*, ao primeiro deu-se o nome de “desquite”, ao segundo a denominação de divórcio<sup>188</sup>.

Antônio Pinto da Rocha, falecido aos 53 anos, declarou-se “desquitado” de Ângela Semra da Rocha, de cujo enlace tinham três filhos, os menores: Henriques Pinto da Rocha, 14 anos; Rodrigo Pinto da Rocha, 11 anos e Ângelo Pinto da Rocha, 9 anos. Para tutor de seus filhos, Antônio nomeou o inventariante Joaquim Lopes Pereira Bastos, sem indicação do grau de parentesco ou aliança profissional com o mesmo<sup>189</sup>.

<sup>186</sup> LOPES, Cristiane Fernnades. **Imigração Portuguesa e Divórcio**. In. População e Família/Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH/USP, 1998, 89-112, p. 99.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 100-101.

<sup>189</sup> Inventário de Antônio Pinto da Rocha, ano de 1874. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.



O aveirense Manoel Maria Fernandes à época de abertura do inventário, em 1890, é citado como “desquitado” de Josefa Maria da Silva, de cujo matrimônio tiveram as filhas Cecília, de 6 anos e Lucila, de 4 anos. Manoel faleceu no ano de 1874, porém seu inventário somente foi aberto em 1890, tendo como inventariante Abel José da Silva, então casado com Josefa Maria da Silva, em segundas núpcias<sup>190</sup>.

Notamos que a condição matrimonial dos imigrantes não foi um empecilho para a realização de suas atividades, ao contrário, em determinados casos, como o de José Caetano, serviu de elemento fomentador da inserção ativa dos portugueses e ampliação de suas redes familiares e de solidariedade. Da mesma forma, a condição de solteiro ou de desquitado não implicou em nenhum tipo de censura ou constrangimento no instante em que estes imigrantes realizavam suas atividades no centro urbano.

#### **1.2.4. CLASSIFICAÇÃO SÓCIO PROFISSIONAL**

Tratar da ocupação dos imigrantes que em Belém aportaram usando os inventários como fonte principal, nos leva a refletir sobre a ocupação no “quase” fim de sua vida, por ser aquela declarada tanto no testamento, quanto no inventário. Além disso, trabalhar com as ocupações no fim da vida do sujeito é trabalhar também com a ideia de mudança no status profissional de sua chegada, sobretudo considerando o contexto sócio econômico em que o local de chegada estaria inserido. Ademais, organizar estes sujeitos em um determinado grupo é também levar em consideração a pluralidade existente nas ocupações, sobretudo porque os portugueses, assim como outros grupos, não se limitavam necessariamente a uma única atividade específica, muitos estavam envolvidos em várias atividades ao mesmo tempo. Atuavam no comércio, mas também eram donos de fazendas, seringais, plantações. Para tanto, para efeito de nossa análise, consideramos a ocupação proeminente do sujeito, como ele era citado nos autos de inventário, ou por outra, a que exercia mais influência sobre a composição de sua fortuna.

No tocante a cidade de Belém entre os anos de 1840 e 1930, percebemos uma dinâmica e expressiva mudança na cidade, especialmente pela liquidez econômica que a

---

<sup>190</sup> Inventário de Manoel Maria Fernandes, ano de 1890. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

borracha haveria de sustentar nestas terras, o que ainda promoveria a modernização dos espaços urbanos e a ampliação da rede de serviços que, conseqüentemente, haveria de promover maiores oportunidades de trabalho e uma variedade de ocupações<sup>191</sup>. Os melhoramentos urbanos que Belém desfrutara neste período também foram responsáveis por atrair novos grupos à cidade, avanços devidos, em grande medida, a comercialização da borracha na região.

Para o elemento masculino que vivia em áreas urbanas, predominavam as atividades comerciais, quanto as mulheres, restringiam-se aos serviços do lar, como veremos a seguir.

Para as mulheres portuguesas no Brasil, no que diz respeito às ocupações, diferentes são os estudos que se dedicam a nortear estas questões<sup>192</sup>. Matos quando estuda as portuguesas na cidade de São Paulo, entre 1890 e 1930, diz que as mulheres sempre estiveram presentes no universo do trabalho, seja nas fábricas, nos estabelecimentos comerciais familiares, ou mesmo em atividades informais. Ocuparam setores ditos femininos, como cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, arrumadeiras e copeiras, de modo geral estavam em funções que lhes permitissem conciliar as atividades de mãe e esposa<sup>193</sup>. Em Belém, Edilza Fontes afirma que na ausência de acompanhantes, as portuguesas ocupavam-se com serviços domésticos ou como vendedoras de frutas. Com a presença de acompanhante, principalmente do cônjuge, as portuguesas eram registradas como donas de casa, mesmo se trabalhassem nos negócios da família, como botequins e mercearias, servindo os balcões. Entre os anos de 1884 a 1903 as profissões mais solicitadas nos anúncios de jornais, a serem ocupadas por portuguesas, eram de criadas, amas de leite, ama seca, cozinheiras e costureiras<sup>194</sup>.

Importante atentarmos para as definições que nortearam a classificação das ocupações em setores que utilizamos em nosso trabalho. Assim, consideramos como o setor primário da economia aquele relacionado à produção, através da exploração de recursos da natureza,

---

<sup>191</sup> Entre os clássicos sobre a chamada Bela Época vivida por Belém nos tempos áureos da borracha, cf: SARGES, Maria de Nazaré. *Op. cit.*

<sup>192</sup> MATOS, M. I. Santos de. “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. São Paulo, 1890-1930”. In. *Emigração e Imigração em Portugal*. Lisboa, ed. Fragmentos, 1993, p. 218-237; PASCAL, M. A. Macedo. “Portugueses em São Paulo. A Face feminina da emigração”. São Paulo: Expressão e Arte Editora; BOSCHILIA, R. “Tecendo memórias: imigrantes portugueses, trabalho fabril e relações de gênero”. In. M. Marujo, A. Baptista, R. Barbosa (org) *The voice and choice of portuguese immigrant women, A vez e a voz da mulher imigrante portuguesa*. Toronto, University of Toronto, 2005, p. 79-84.

<sup>193</sup> MATOS *apud* RAMOS, *op. cit.* p. 149.

<sup>194</sup> FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, v. 12, n.1/2, p. 67-84, 1993.

como a agricultura e a pesca. O setor secundário diz respeito à transformação das matérias primas, oriundas do setor primário, em produtos, o que envolve o vestuário, maquinário, imóveis, entre outros. Por fim, o setor terciário que contempla os serviços prestados por pessoas ou empresas à terceiros, onde podemos agregar o comércio, a educação, saúde e transportes.

Para Belém, diferentes corpus documentais chegam a resultados semelhantes quanto a ocupação declarada pelos imigrantes portugueses na cidade, sobretudo quanto ao elemento masculino.

Nos registros do Consulado Português no Pará, as já mencionadas Habilitações Consulares, predominam indivíduos ligados às atividades comerciais, correspondentes a 46% do total, em detrimento daqueles envolvidos com a lavoura ou pesca, 8,5% do total. Cancela esclarece que dados como estes são curiosos se pensarmos que “uma das explicações recorrentes que justificam a emigração portuguesa é o fortalecimento do capitalismo nos campos e na pesca, a minimização da necessidade de mão-de-obra em função da introdução de máquinas, ocasionando o deslocamento de lavradores e pescadores para as cidades maiores e, também, para fora do país”<sup>195</sup>.

Assim também, os inventários *post mortem* apontam para a predominância de sujeitos no setor terciário da economia, tanto entre as mulheres, quanto entre os homens.

Entre as portuguesas, 5 se inserem no setor terciário, na categoria de proprietárias<sup>196</sup>. Em comum, seus inventários descrevem a posse de mais de uma propriedade de casas. Natural de Aveiro, Gracinda Pires Mourão, solteira, detinha o maior número de casas, num total de 5 unidades, sem citar suas localizações na cidade<sup>197</sup>. A segunda maior proprietária era Maria Emília dos Santos, casada e sem filhos, possuía com 4 unidades de casas, das quais também não temos maiores detalhes sobre a localização<sup>198</sup>. Juntas, ambas com a posse de 2

---

<sup>195</sup> CANCELA, 2015, p. 17.

<sup>196</sup> A classificação dos ditos “proprietários” no setor terciário da economia foi feita conforme classificação proposta por SERRÃO, *op. cit.*, p. 132.

<sup>197</sup> Inventário de Gracinda Pires Mourão, ano de 1930. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>198</sup> Inventário de Maria Emília dos Santos, ano de 1917. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

propriedades de casas, estavam Felismina Rosa da Silva Marinho, natural de Braga, casada e sem filhos<sup>199</sup>, e Arminda Pinto Vieira Braga, do distrito de Braga, casada e com filhos<sup>200</sup>.

Na contramão destas que possuíam propriedades de casas, estava Amélia Joaquina de Sousa Ferreira. Citada como proprietária no inventário, a portuguesa de Viana do Castelo, era proprietária de ações e 13 apólices municipais, era casada, com filhos, vindo a falecer aos 34 anos de idade<sup>201</sup>.

Na categoria de ocupações domésticas, encontramos 3 portuguesas, todas ditas como “prendas domésticas” ou somente “doméstica”. Embora todas tivessem propriedades de casas descritas nos inventários, tomamos como referência a sua auto declaração, como de prendas domésticas e domésticas em suas declarações nos autos, seja por testamento ou contrato antenupcial. Maria Salomé de Ornelas Castro, natural de Lisboa, era casada e tinha 3 terrenos e 1 propriedade de casas<sup>202</sup>. Maurícia Ferreira da Graça Silva possuía 2 propriedades de casas<sup>203</sup>, e por fim Maria das Dores Tavares Freire de Andrade Bonifácio da Silva, casada, era dona de 1 casa<sup>204</sup>. Entre elas, nenhuma mencionou exercer outra ocupação para além dos afazeres do lar. De algum modo ao referir a si como domésticas essas mulheres estavam seguindo os padrões culturais da época e a “tradição” de invisibilidade do trabalho feminino.

Sobre a invisibilidade do trabalho feminino, Maria Izilda afirma que houve um esforço, sobretudo nos últimos cinquenta anos, para que ela fosse descortinada. A autora assegura que uma das mudanças mais importantes na sociedade mundializada ocorreu nas relações entre homens e mulheres, cabendo destaque ao impacto que o crescimento da presença e visibilidade das mulheres em diversos setores, tais como no trabalho, política, artes e ciências, além de escolas e universidades, permitindo a descoberta de “novos sujeitos sociais”<sup>205</sup>.

<sup>199</sup> Inventário de Felismina Rosa da Silva Marinho, ano de 1917. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>200</sup> Inventário de Arminda Pinto Vieira Braga, ano de 1919. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>201</sup> Inventário de Amélia Joaquina de Sousa Ferreira, ano de 1910. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>202</sup> Inventário de Maria Salomé de Ornelas Castro, ano de 1906. Centro de Memória da Amazônia. 14ª Vara Cível – Cartório Sarmento.

<sup>203</sup> Inventário de Maurícia Ferreira da Graça Silva, ano de 1916. Centro de Memória da Amazônia. 14ª Vara Cível – Cartório Sarmento.

<sup>204</sup> Inventário de Maria das Dores Tavares Freire de Andrade Bonifácio da Silva, ano de 1926. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>205</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas**. Margem, São Paulo. Nº 15, p. 237-252, Jun. 2002, p. 239.

Entre os homens, a variedade de ocupação dentro de um mesmo setor será bem mais expressiva, sobretudo no terciário, onde 275 sujeitos atuavam, o que representa 49% do total. Torna-se indispensável refletir sobre o extenso elenco de denominações das referidas atividades sócio profissionais dos portugueses na cidade, revelando que a atração pela migração consistia em uma realidade vivenciada pelas mais diversas profissões, o que implica dizer que também fora vivenciada pelos diversos extratos sociais.

De antemão, chamamos atenção para a ocupação de *trabalhador*, que em virtude de sua multiplicidade de sentidos, não foi realocada em nenhum dos grupos a seguir, organizados por setores. Essa expressão era usada para designar os indivíduos sem qualquer especialização, pois majoritariamente trabalhavam onde conseguissem serviço, em regra geral, na terra<sup>206</sup>. Não à toa, Miguel Monteiro ao escrever sobre a emigração em Fafe, relaciona a ocupação de trabalhador àquelas ligadas ao trabalho na terra, sem caráter de especialização ou dedicação exclusiva<sup>207</sup>. Como o trabalhador poderia estar inserido em qualquer dos setores que utilizamos para a classificação das ocupações, optamos por enquadrá-lo como “demais ocupações”. Para Belém, apenas um dos inventariados pesquisados declarou-se em testamento ser trabalhador, o português Belmiro Pires da Silva, casado com Felisberta de Queiroz e Silva. O espólio de Belmiro contava com o arrolamento de alguns animais, sendo eles cavalos, garrotes, bois e vaca, além de carroças com tração para bois e cavalos<sup>208</sup>.

No setor primário em maior número estão os ditos *agricultores*. Entre eles, somente três dispõem de informações mais detalhadas sobre sua atividade. Natural de Aveiro, Manoel Alves da Cruz possuía 13 terrenos contabilizados em seu inventário, nos quais há uma diversidade de árvores frutíferas, entre elas as de café, castanha e laranjas<sup>209</sup>, no entanto o inventário não traz indicativos de venda da produção. Sem especificações do gênero cultivado na propriedade, o inventário de Antônio José Vila Verde apenas traz, em anexo, uma declaração do Barão de Igarapé Mirim dizendo ter arrendado ao dito português dois capinzais

<sup>206</sup> MARTINS, Joana. **A emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)**. In *De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa*. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et at.] São Paulo: Alameda, 2013, p. 248.

<sup>207</sup> MONTEIRO, *op. cit.* p. 199.

<sup>208</sup> Inventário de Belmiro Pires da Silva, ano de 1929. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>209</sup> Inventário de Manoel Alves da Cruz, ano de 1916. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

junto a quatro quartos de casa na Estrada de São João<sup>210</sup>. Ao contrário dos demais, Fernando José de Carvalho declara manter residência fixa na cidade do Acará, distrito da comarca de Belém, em um rio chamado *Miritipitanga*<sup>211</sup>.

Os inventários dos *horteleiros* são bem precários em informações adicionais, como o gênero cultivado e o local da propriedade. Quanto aos *fazendeiros* e *seringalistas*, cabe aqui um comentário. Por questões metodológicas incluímos estas ocupações no primeiro setor da economia, por considerarmos que estas atividades eram as de maior destaque dos sujeitos, no entanto, eles não resumem suas atividades a apenas estas. Boa parte dos portugueses em Belém se destaca por sua facilidade em transitar entre as atividades sócio profissionais, o que significa que podem ser nomeados sendo “comerciantes”, mas também são donos de fazendas ou seringais, circularidade também encontrada por Luciana Marinho ao estudar a associação de atividades profissionais durante a economia da borracha, junto a agricultura e o extrativismo<sup>212</sup>. Deste modo, entre os fazendeiros e seringalistas, encontramos 9 sujeitos sendo chamados de “comerciantes”, sendo dois também fazendeiros e sete sendo seringalistas, cujas propriedades serão melhor trabalhadas no capítulo seguinte.

A tabela seguinte nos permite visualizar com clareza os números encontrados para as ocupações do setor primário.

**TABELA 1.4**  
**OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS IMIGRANTES EM BELÉM (1840-1930)**  
**SEXO MASCULINO**

<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	
<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Agricultor	10
Fazendeiro	8
Horteleiro	2
Seringalista	9
Total	29

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

<sup>210</sup> Inventário de Antônio José Vila Verde, ano de 1887. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>211</sup> Inventário de Fernando José de Carvalho, ano de 1897. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>212</sup> BATISTA, *op. cit.*

A partir de 1887 a historiografia portuguesa fornece dados estatísticos sobre a profissão dos emigrados, com exceção dos anos de 1921 e 1940. Os dados compilados por Serrão sobre o fluxo migratório mostram o predomínio relativo de indivíduos inseridos no setor primário da economia, entre os anos de 1887 a 1921, sobretudo os nomeados como agricultores e operários agrícolas. A segunda maior contribuição teria sido do setor terciário – proprietários, empregados no comércio, alfaiates, barbeiros, entre outros. Seguido do setor secundário, sobretudo a emigração de artífices. O grosso desse fluxo seria constituído por indivíduos populares de condição humilde, paupérrimos e incultos, em sua maioria analfabetos<sup>213</sup>.

Para o distrito do Porto, os dados de Jorge Alves indicam, para a década de 40 do século XIX, o predomínio de imigrantes portadores de algum ofício, portanto enquadrados no setor secundário da economia, o que representava 59% do fluxo (para maiores de 14 anos de idade), enquanto que os ligados a exploração da terra ou do mar mantinham-se próximos aos 17%. O que o autor observa para a década de 80 é uma evolução nos números, implicando na inversão da tendência, de modo que em 1889, por exemplo, o setor primário significava mais de 50%, enquanto o secundário rondava os 20% do total. Quanto ao setor terciário, principalmente ligado ao comércio, este se manteve “indiferente a estas oscilações”, mantendo ao longo do século números próximos aos 25% no fluxo da emigração para o Brasil<sup>214</sup>.

Ainda quanto ao Porto, Ferreira e Rocha chegam a definir como as atividades mais tradicionais do distrito, bem como do país, a agricultura, a pesca, a indústria de mobiliário, a construção civil e o pequeno negócio<sup>215</sup>.

Vemos que a despeito da presença intensa de pessoas ligadas à terra e à pesca nos dados levantados por autores portugueses, nos inventários o percentual de pessoas ligadas a essas atividades foi pequeno. Podemos inferir que isto tem ligação com o tipo de fonte que estamos trabalhando. Embora os inventários digam respeito a pessoas que tenham bens de pequena ou elevada monta, provavelmente apenas aqueles que possuísem recursos para implementar um processo e um volume considerável de recursos recorresse a esse expediente. Nesse sentido, uma vez que os proprietários de terra e negócios estariam entre as pessoas de

<sup>213</sup> SERRÃO, *op. cit.* p. 127-132.

<sup>214</sup> ALVES, *op. cit.*, p. 198-199.

<sup>215</sup> FERREIRA, Diogo & ROCHA, Ricardo. **A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926)**. In. *De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa para o Brasil*. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et al.], São Paulo: Alameda, 2013, p. 182.

maior recurso e volume de bens, justificaria o fato de eles aparecerem em maior proporção nesse corpo documental. E, da mesma forma, o menor percentual de pessoas ligadas à pesca e à agricultura que, via de regra, possuíam poucos bens e a serem partilhados.

Há ainda uma segunda possibilidade. As informações trazidas pela historiografia junto à reduzida presença nos inventários de sujeitos no setor primário da economia em Belém nos levam a refletir sobre uma possível mudança de *status* sofrida pelo imigrante no seu perfil sócio profissional. É importante atentar que entre a chegada de um determinado sujeito e a realização de seu testamento/inventário, tenha-se passado em média mais de vinte, trinta anos, o que no contexto de Belém da economia da borracha, implica afirmar que estes sujeitos tenham vivido e usufruído da liquidez econômica e as novas roupagens que a borracha trazia à cidade, fato que conseqüentemente poderia promover a mudança no status/atividade de chegada à cidade. Em alguns casos o sujeito pode ter chegado na qualidade de trabalhador da terra ou da pesca e iniciado um negócio, alterando sua condição para comerciante, refletindo uma certa mobilidade social. E, desse modo, podem ter transformado em realidade o sonho da ascensão social, da fortuna, ou mesmo de melhores condições, sem necessariamente alcançar prestígio social, desfrutando de maior conforto para seus ascendentes ou mesmo descendentes, quando haviam.

O então caixeiro, natural do Porto, Bento Rebello de Andrade, chega a Belém em 16 de Junho de 1856, vindo na barca portuguesa “Paraense”, solteiro, aos 22 anos de idade, habilita-se junto ao consulado em 4 de setembro de 1860<sup>216</sup>. Em seu inventário aberto em 1900, Bento é encontrado casado com Emilia Rosa de La Roque Andrade, de uma influente e rica família de comerciantes cujas raízes no Pará remontam o período colonial. Era sócio proprietário da firma *Darlindo Rocha & Companhia*, influente estabelecimento voltado à economia da borracha, trabalhando com aviamentos, importações, comissões e outras transações, cuja sede estava em Belém e filial em Manaus. Firma propagandiada no Álbum “Pará Commercial” de Caccavoni para a exposição de Paris de 1900.

---

<sup>216</sup> Habilitação Consular de Bento Rebello de Andrade. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA” / Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código da habilitação: 943. Registro 706. Imagem: p1430446.



IMAGEM 1.1– PROPAGANDA DA DARLINDO ROCHA & COMPANHIA



FONTE: CACCAVONI, Arthur. Pará Commercial na Exposição de Paris. Pará, 1900.

Com fortuna calculada em 817:153\$286 réis (31.869 £), Bento Rebello de Andrade ainda é reconhecido como um dos mais importantes comerciantes do Pará, sobretudo nas décadas de 1880 e 1890<sup>217</sup>.

O cruzamento de registros permite entender como a história de Bento Rebello de Andrade pode confunde-se com a história de inúmeros outros portugueses que alcançaram recursos, talvez não tão proeminentes, mas suficientes para saírem do trabalho de caixeiro, ou mesmo com a terra e o mar, vivido em Portugal, para se inserirem em setores que pudessem lhes garantir maior rentabilidade, como o setor terciário, engrossando o grupo de comerciantes, sejam nas grandes casas de comércio, como também nos pequenos estabelecimentos de bairros. Eram em histórias como de Bento que muitos outros portugueses puderam acreditar que o sonho da fortuna fosse viável, que poderia ser algo concreto, especialmente em uma cidade que se expandia e modernizava, tendo no comércio uma de suas molas propulsoras, principalmente o incentivado pela economia da borracha em todo vale amazônico.

<sup>217</sup> WEINSTEIN, *op. cit.* p. 94.

De todo modo o número daqueles que não alcançavam fortuna era expressivo. Tereza Hidaka ao estudar os infortúnios da imigração portuguesa para o Pará, destaca que durante anos uma boa parte dos pesquisadores sobre imigração não trataram de forma específica os setores mais pobres, mostrando os imigrantes empobrecidos como massas indiferenciadas da população. E de fato não houve em nenhum instante homogeneidade econômica e social dos portugueses no Brasil, que ao iniciar do século XX distribuíam-se por uma larga escala social, indo desde operários e caixeiros, na base, até o comerciante rico e proeminente da sociedade. As redes de solidariedade entre os compatriotas, facilitadoras da inserção dos sujeitos no meio, muitas vezes também serviram de redes de “rejeição”, desprezando pedidos de ajuda, forçando-os a trabalhos insalubres<sup>218</sup>.

Algumas destas experiências foram descritas pela literatura. A conhecida obra de “Ferreira de Castro” descreve com riqueza as mazelas vividas por um imigrante, que podem ter sido vividas por outra centena de portugueses desconhecidos de por nossas fontes. Assim se escreve sobre o português:

[...] Ferreira de Castro, imigrante português, estava em Belém do Pará, pois tinha vindo para o Brasil em busca de outros horizontes, mas há mais de dois meses que não encontrava trabalho.

Essa situação levava, por sua vez, o seu hospedeiro a pensar em solução, ao mesmo tempo em que o nosso imigrante estava cada vez mais vulnerável, isto é, desequilibrado emocionalmente, exposto de tal forma que poderia ceder a qualquer oferta. Naquele momento o seu hospedeiro pensou: Vou induzi-lo a viajar para o seringal. Era do conhecimento do seu hospedeiro as imensas dificuldades no seringal, tais como doenças, isolamento e, principalmente a dependência do patrão. Contudo, a vontade de se livrar do imigrante era grande [...] <sup>219</sup>

Fica claro no relato o outro lado das redes de recebimento dos imigrantes na cidade, e a falta de solidariedade que deva ter norteado uma série de outras experiências.

Assim como no primário, encontramos um número reduzido de portugueses no setor secundário, trabalhando junto à transformação da matéria para fins de consumo, conforme os números dispostos a seguir.

---

<sup>218</sup> HIDAKA, op. cit., 60-61.

<sup>219</sup> BAZE, Abrahim. **Ferreira de Castro – um imigrante na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010, p. 42.

Na *alfaiataria* “Norte do Brasil”, Augusto de Figueiredo Vidal mantinha sociedade com outro português, José Augusto Nunes, sob razão comercial “A. Vidal & Nunes”<sup>220</sup>.

Com o ofício de *carpinteiro*, o português Manoel da Costa Cruz sustentava sua esposa Maria Duarte e seus filhos, não declara a posse de residência própria ou qualquer outro bem imobiliário. Deixa como bens na herança apenas utensílios de porcelana, vidros e malas de madeira com suas ferramentas de carpintaria, juntos calculados em 3:130\$852 réis (76 £)<sup>221</sup>.

Para os demais ofícios, assim como sua quantidade, as informações trazidas em seus inventários são reduzidas, em virtude de processos incompletos e em mau estado de conservação, como do *marmorista* Alfredo, natural do Porto, tem como inventariante o Vice Consul de Portugal em Belém, por não localizarem nenhum parente ou alguém próximo que lhe pudesse responder nos autos<sup>222</sup>. O inventário já mencionado de Joaquim Martins, carpinteiro naval, também aberto pelo órgão consular em Belém, dispõe de reduzidas informações sobre o sujeito, deixando por fim o cálculo de seus bens e a instituição de sua avó, residente na Ilha da Madeira, como herdeira de seu espólio.

Embora os números daqueles dotados de ofício se reduzam a 20% como apontou Alves para o Porto, sua reduzida representatividade em Belém pode também ter sido causada pela transferência de sua força de trabalho para outro setor. Aportando na cidade, os portugueses podem ter avaliado a rentabilidade e a viabilidade de exercício que seu ofício poderia lhes trazer na dinâmica da cidade. Embora a necessidade de serviços pudesse aumentar, havia a possibilidade de maior rentabilidade na inserção no comércio. Tornar-se empregado de uma casa comercial, por exemplo, pode ter sido a saída inicial para alcançar renda de imediato, ao invés de buscar quem tivesse interesse em seu ofício, ou recursos para iniciar uma oficina, uma alfaiataria ou oficina de móveis e ourivesaria. A seguir percebemos a reduzida quantidade de portugueses dedicados ao setor secundário, com ofícios específicos.

---

<sup>220</sup> Inventário de Augusto de Figueiredo Vidal, ano de 1905. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>221</sup> Inventário de Manoel da Costa Cruz, ano de 1929. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>222</sup> Inventário de Alfredo Rodrigues de Resende, ano de 1902. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

**TABELA 1.5**  
**OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS IMIGRANTES EM BELÉM (1840-1930)**  
**SEXO MASCULINO**

SETOR SECUNDÁRIO	
OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Alfaiataria	1
Carpinteiro	2
Carpinteiro Naval	1
Construtor Civil	1
Fabricação de Licores	1
Fabricação de Carroças e Trabalho com Ferro	1
Marmorista	1
Sociedade Industrial	1

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

As atividades urbanas, principalmente o setor terciário, eram atrativas aos portugueses, uma vez que a cidade lhe oferece novas perspectivas de atuação no meio, uma “disposição lusitana”<sup>223</sup> em dedicar-se ao comércio, embora lhes parecesse mais a única forma de se inserirem mais rapidamente no mercado de trabalho, sobretudo pela concentração de terras que havia nas mãos de nacionais, estabelecidos há tempos no Pará, que concentravam terras de grande valia para cultivo, extração e criação. Klein afirma que o século XIX registrou um fluxo permanente de portugueses do Norte para o setor comercial urbano do Brasil, a ponto de ter sido por vezes designado uma “migração de caixeiro”<sup>224</sup>.

<sup>223</sup> FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “A presença portuguesa no comércio em Santos”. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et al.]. Deslocamentos e Histórias: os Portugueses. Bauru/SP:Edusp, 2008. Maria Suzel Gil . *op. cit.*, p. 153.

<sup>224</sup> KLEIN, Herbert. *op. cit.*, p. 243.

**TABELA 1.6**  
**OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS IMIGRANTES EM BELÉM (1840-1930)**  
**SEXO MASCULINO**

SETOR TERCIÁRIO			
OCUPAÇÃO	QUANT.	OCUPAÇÃO	QUANT.
Armazém	1	Hotelaria	2
Artista	2	Joalheria	1
Botequim e Tabacaria	2	Livraria	2
Capitalista <sup>225</sup>	14	Loja de Ferragens	1
Choufeur	1	Marítimo	1
Colchoaria	1	Médico	1
Comércio	6	Negociantes	23
Comércio de Ações	5	Oficina de Máquinas	1
Comissões e Consignações	3	Padaria/Secos e Molhados <sup>226</sup>	7
Confeiteiro	1	Propriedades	83
Cozinheiro	1	Salgadeira	1
Estabelecimento Comercial	106	Sapataria	2
Estabelecimento de Lenhas	2	Taberna	1
Farmácia	3		

FONTES: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

No conjunto analisado, os três grupos mais representativos são, em ordem decrescente de importância: *estabelecimento comercial*, *propriedades* e *negociantes*. O primeiro grupo, formado em sua maioria por sujeitos do Porto (19), Braga (11) e Aveiro (8), compreende aos portugueses declarados com casa comercial, estabelecimento comercial, estabelecimento no mercado, firma comercial, firma mercantil, sociedade comercial, sociedade mercantil, mercadorias e mercearia, sem especificações de ramos de atuação no caso das firmas. Destaca-se ainda, bem próximo aos estabelecimentos comerciais, o grupo *comércio*, que incluem os auxiliares, os que trabalham e os empregados no comércio.

Ressaltamos que embora nos autos os sujeitos sejam reconhecidos exercendo uma determinada atividade, inúmeros processos não trazem detalhes sobre esta, como o inventário

<sup>225</sup> Tratava-se de indivíduos cuja renda advinha principalmente de instrumentos financeiros, tais como ações e debêntures e do empréstimo de dinheiro a juros, ainda que muitos deles possuíssem outras ocupações paralelas. Cf. NAZZARI, *op. cit.*, p. 161.

<sup>226</sup> Secos e molhados poderiam contemplar artigos como fumos, açúcar e sal, toucinhos, queijos, algodões e outros gêneros. cf. CYPRIANO, Paula Leitão & MENEZES, Lená Medeiros. “**Imigração e Negócios: Comerciantes portugueses segundo os registros do comércio da capital do Império (1851-1870)**”. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et al.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP:Edusp, 2008, p. 103-118, p. 110.

de Fernando Antônio da Silva Brandao de Abreu Freire, Aveirense, casado com a portuguesa Maria Caetana de Resende, é identificado como ex major de milícias, e ainda com firma comercial, no entanto, seu inventário não dispõe de nenhum outro documento que traga informações da firma, como o registro no órgão comercial, o ramo, possíveis sócios, entre outros detalhes<sup>227</sup>.

Lúcio Martins Cardoso, falecido aos 46 anos, era natural do Porto e casado com a sobrinha Deolinda Martins Cardoso, de cujo enlace não teve filhos. O sustento do casal se dava pela propriedade do “Hotel Lisbonense”<sup>228</sup>.

A casa comercial “Nazareth” era propriedade do portuense José Bernardes Ferreira. Embora civilmente solteiro José tinha Maria Amália Ferreira como companheira, com quem teve sete filhos, quatro mulheres e 3 homens<sup>229</sup>.

O segundo grupo mais numeroso é formado pelos proprietários. A classificação dos ditos proprietários é bem variada, por agrupar donos de propriedades de terras, imóveis, ou mesmo de um animal, de uma maquinaria, sendo uma classificação muito vaga para estabelecermos sua limitação. Eles são, em sua maioria, naturais dos distritos fronteiriços do Porto, Aveiro e Braga.

Francisco Antônio Rodrigues, falecido aos 56 anos, é identificado em seu inventário como proprietário. Nos autos as únicas propriedades citadas são três imóveis em Belém: um prédio na Travessa do Príncipe, atual Quintino Bocaiúva, outro na Travessa dos Mirandas e por fim um na Rua da Pedreira<sup>230</sup>. Bernardino Pinto da Silva era proprietário apenas de dois terrenos na cidade<sup>231</sup>. Ao contrário dos anteriores, Leopoldo José Esteves Dias era proprietário de centenas de ações do Banco do Pará<sup>232</sup>.

O terceiro agrupamento mais expressivo contempla os negociantes, por vezes também nomeados de negociante/capitalista. Vindos dos distritos mais ao norte do território, sobretudo Aveiro, Braga, Porto e Viana do Castelo, a este grupo somam-se os indivíduos inseridos nas teias do comércio, ora com pequenos estabelecimentos, cobranças de promissórias, venda de ações e negociação de dívidas. Bem semelhante aos ocupados nas

<sup>227</sup> Inventário de Fernando Antônio da Silva Brandao de Abreu Freire, ano de 1865. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

<sup>228</sup> Inventário de Lucio Martins Cardoso, ano de 1901. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>229</sup> Inventário de José Bernardes Ferreira, ano de 1902. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>230</sup> Inventário de Francisco Antônio Rodrigues, ano de 1881. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

<sup>231</sup> Inventário de Bernardino Pinto da Silva, ano de 1907. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>232</sup> Inventário de Leopoldo Jose Esteves Dias, ano de 1916. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

*comissões e consignações*, cujas atividades compreendem transações financeiras, negociações de compra e venda, empréstimos e pagamentos de dívidas<sup>233</sup>. Embora exerçam atividades semelhantes, optamos por agrupá-los conforme a nomenclatura encontrada junto ao inventário, por isso estão alocados em diferentes grupos.

Antônio Batista Pereira era negociante, mas no arrolamento dos seus bens constam apenas roupas, jóias e dinheiro. Não sendo dono de nenhum estabelecimento comercial, a condição de Antônio nos faz acreditar que seu trabalho poderia estar ligado a cobranças e negociações de dívidas, trabalhando de maneira autônoma<sup>234</sup>.

A preferência pelo comércio, por parte dos portugueses, sempre foi um elemento comum entre as cidades que receberam seus maiores contingentes. Ao tratar do Rio de Janeiro, por exemplo, Menezes afirma que o estudo da imigração portuguesa “significa também, mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mitificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social além-mar”. A autora enfatiza ainda o caráter urbano dessa imigração, com especial destaque para atividades comerciais de caixeiro e negociante, ditas como figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização<sup>235</sup>.

Na cidade de Santos, em São Paulo, junto a outros, os portugueses aproveitaram-se da expansão populacional, urbana e econômica da cidade para atuarem no comércio. Santos alcançou riqueza através de seu porto exportador de café e às atividades de importação de mercadorias que por ali passavam, tornando-se um dos centros comerciais mais importantes do país à época. Sem centralizar suas atividades em uma área específica da cidade, os portugueses se distribuíam por entre a produção/exportação de banana, firmas importadoras, panificadoras e confeitarias, torrefações de café e os cafés que ainda incluíam adegas, bares e restaurantes, estabelecimentos de sapataria, firmas ligadas a construção civil, tipografias, entre outros serviços. Ao participarem de praticamente todos os ramos comerciais, os portugueses marcaram presença, contribuindo para o desenvolvimento econômico de Santos e da Baixada Santista numa época repleta de possibilidades<sup>236</sup>.

Na vizinha Manaus, estado do Amazonas, a comunidade portuguesa ampliou-se cada vez mais com a expansão da economia gomífera, e novos migrantes aportavam todos os dias.

<sup>233</sup> Segundo a definição estabelecida por CYPRIANO & MENEZES, *op. cit.*

<sup>234</sup> Inventário de Antônio Batista Pereira, ano de 1908. Centro de Memória da Amazônia. 14ª Vara Cível – Cartório Sarmiento.

<sup>235</sup> MENEZES *apud* BASTOS, Sênia. “Na cidade de São Paulo em meados do século 19”. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et al.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP:Edusp, 2008, p. 133-137, p. 164.

<sup>236</sup> FRUTUOSO, 2008, p. 154.

De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e mercearias. A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em 1916, a “colônia portuguesa em Manaus [possuía] mais de metade da propriedade urbana, que [rendia] anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”. A presença portuguesa era significativa no controle dos empreendimentos comerciais do varejo, e parte significativa dos empregados desses estabelecimentos também eram de origem portuguesa, configurando a expressiva “classe caixeral” manauense<sup>237</sup>.

Os estudos de Maria Luiza Ugarte têm mostrado preocupação em empreender novas leituras sobre a dinâmica história de Manaus, priorizando a ótica de alguns de seus “construtores anônimos, cujas vivências, em conflito, faziam da cidade um verdadeiro caldeirão de contradições e possibilidades”. Trabalhando com os estivadores e demais trabalhadores portuários de Manaus, entre eles imigrantes portugueses, da virada do século XIX para o XX, a autora vem demonstrando a “pressão segregadora que os expurgava para espaços restritos, vigiados e controlados por posturas hierarquizantes e moralizadoras”, estabelecendo divisões entre os envolvidos, com respeito a cidadania, dependência econômica, alfabetização, entre outros, mostrando estes trabalhadores como “deserdados do látex” na cidade que também pulsava com a borracha. Preocupando-se ainda em mostrar o papel ativo destes trabalhadores, intervindo com seus valores, por vezes contrários aos que lhes cobravam obediência, promovendo cenas ainda mais diversas dentro da história da cidade<sup>238</sup>.

Entende-se então que a história dos empregados do comércio ou mesmo das estruturas comerciais estabelecidas, está diretamente ligada à história da imigração portuguesa, responsável por fornecer a grande maioria dos trabalhadores no comércio brasileiro até início do século vinte<sup>239</sup>, independente de estarem nas grandes cidades centrais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo na região do vale amazônico.

### 1.2.5. NOMEAÇÃO DE HERDEIROS E ESTRATÉGIAS DE HERANÇA

<sup>237</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920”. *Varia História*. vol.30 n.54, Belo Horizonte, set./dez. 2014, P, 57-58.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p.52.

<sup>239</sup> POPINIGIS, Fabiani. “Operários de Casaca”? – Relações de Trabalho e Lazer no Comércio Carioca na Virada dos Séculos XIX e XX. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas. Campinas, 2003, p. 155.



Como documentos de pesquisa para questões envolvendo heranças, os inventários são eficazes por apresentarem homogeneidade na forma e nas informações que dispõem, é claro que algumas lacunas existem, sobretudo nos inventários cujos valores não são significativos, ou mesmo sendo de sujeitos sem informações pessoais a agregar. Em caso de inventários mais completos, a listagem dos herdeiros e dos bens, assim como informações mais detalhadas sobre estes, torna a pesquisa mais completa<sup>240</sup>.

A importância em se estudar as heranças e as partilhas perpassa pelo fornecimento de diversos dados sobre uma determinada sociedade<sup>241</sup>, como o comportamento das famílias, as relações de bens e herdeiros e as estratégias em manter sob o domínio da família determinados bens de valor, evitando sua dispersão. Mello reforça esse argumento quando afirma a íntima conexão existente entre a composição dos portfólios e a sociedade, de modo que a propriedade de casas, terras, móveis, animais, enfim, uma variedade de bens e sua participação na riqueza total refletem não somente a características da sociedade, mas também seus movimentos<sup>242</sup>.

A escolha dos herdeiros envolve diversas questões, podendo agregar o grau de parentesco e a responsabilidade que à ele se deposita, a gratidão pelas benfeitorias vividas, amizades, entre outros aspectos que demonstram a diversidade que os sistemas de divisão de heranças carregam. Junto a isso, ainda deve-se considerar o contexto em que as fortunas são distribuídas entre os herdeiros, na Belém da borracha, por exemplo, as mudanças sofridas nos produtos e serviços, geraram a valorização de determinados bens em detrimento de outros, novos signos de valor, fato que pode interferir diretamente na nomeação de um herdeiro visto como “capaz” de manter e multiplicar o patrimônio da família.

Em nossa amostra os filhos representam 81,3% entre os herdeiros citados, a frente dos ascendentes, irmãos e sobrinhos. De modo geral esse é um número já esperado se considerarmos a legislação vigente, sustentada nas definições das Ordenações Filipinas, as quais determinavam a obrigatoriedade da divisão igualitária dos bens entre os herdeiros, independente do sexo, ou mesmo da condição civil, idade e ocupação, como apresentamos na introdução deste trabalho.

---

<sup>240</sup> Quanto as informações das idades, ocupação e estado civil dos herdeiros, constatou-se uma grande lacuna, que podem estar vinculada a atenção que os fatores do processo concedem a estas informações, ou mesmo a projeção do inventariado.

<sup>241</sup> TERRUYA, Marisa Tayra. **Estratégias de Transmissão de Patrimônio: Paraíba (1870-1970)**. In. População e Família/ Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. – v. 1, n. 1. São Paulo: HUmanitas/FFLCH/USP, 1998, p. 73.

<sup>242</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 28-29.

Para outros parentes, “compadres e comadres” e afilhados, restaram os legados retirados da terça instituída em testamento, como aos menores Paulo e Milício, afilhados de Elias Ferreira Jorge, estabelecido com mercearia, legando a cada um dos órfãos o valor de 657\$382 réis (32 £) em moeda corrente<sup>243</sup>. Há casos mais particulares, como de Manoel de Queiroz Coelho Brandão, que deixa a terça de seus bens a sua “concubina” Clarinda Maria Rodrigues, no valor de 24:910\$234 réis (934 £), composta pelo valor de suas quatro casas e mais uma quantia em dinheiro<sup>244</sup>.

Outra questão importante que se coloca é a residência dos herdeiros em solo português, sobretudo os filhos, que chegam próximo aos 2%. Elemento importante por transparecer a proximidade mantida com as raízes, a manutenção da rede familiar, do contato, e o interesse na formação educacional dos herdeiros nas instituições portuguesas. Delfim da Costa Maia fez questão em legar sua terça ao irmão Luiz da Costa Maia, que antes morava em Belém junto com ele, mas agora residia em Portugal, onde terminava os estudos em medicina<sup>245</sup>. Importante atentar ainda que o estabelecimento de residência por parte dos herdeiros em Portugal irá refletir diretamente no modo como a partilha dos bens será efetuada entre as partes, principalmente porque ela irá influenciar diretamente à venda do patrimônio no Pará para que a partilha seja efetivada em dinheiro, demonstrando certo desinteresse em manter vínculos além mar, como veremos nos casos exemplares.

Para os herdeiros do sexo masculino predominam os descendentes, seguido pelos irmãos, sobrinhos, embora a presença de um “amigo” e de um “sócio”, mesmo que reduzida, transpareça a interação entre o espaço do trabalho, externo ao lar, com o do convívio familiar, para onde se voltavam a maior parte dos haveres testamentários. Os casados correspondiam a 4% dos 626 herdeiros homens, e os solteiros a 2% desse total. Suas ocupações variavam entre as de comerciante, lavrador, advogado, médico, negociante e engenheiro civil. Os maiores de idade, ou seja, aos que alcançavam os 21 anos de idade, correspondiam a 3% da amostra total de herdeiros homens.

---

<sup>243</sup> Inventário de Elias Ferreira Jorge, ano de 1892. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível - Cartório Odon Rhossard.

<sup>244</sup> Inventário de Manoel de Queiroz Coelho Brandão, ano de 1896. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>245</sup> Inventário de Delfim da Costa Maia, ano de 1885. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

**TABELA 1.7**  
**PERFIL DOS HERDEIROS (1840-1930)**  
**SEXO MASCULINO**

PARENTESCO / RELAÇÃO	Nº DE HERDEIROS
Amigo	1
Filho	522
Genro	1
Irmãos	30
Neto	11
Pai	4
Sobrinho	27
Sócio	2
Sem indicação	28
Total	626

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

Para o elemento feminino, é possível visualizar que a nomeação se reduz a aquelas com quem os/as inventariados (as) mantinham laços de consanguinidade. Em suas nomeações a indicação de ocupação era praticamente ausente. Das únicas que dispomos encontramos as de “prendas domésticas”, somando três unidades. Entre as herdeiras 18% eram casadas, as solteiras alcançavam os 3%; as ditas “donas” correspondem a 4% da amostra e as maiores de idade chegam a 1% do total.

**TABELA 1.8**  
**PERFIL DOS HERDEIROS (1840-1930)**  
**SEXO FEMININO**

PARENTESCO / RELAÇÃO	Nº DE HERDEIROS
Avó	1
Cônjuge	7
Filha	507
Irmã	39
Mãe	9
Neta	9
Sobrinha	35
Sem indicação	33
Total	640

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 – 1930).

O reduzido número de herdeiros instituídos sem consanguinidade com o inventariado pode ser explicado pela busca em manter os bens, o fruto de seus esforços pessoais junto da instituição que o geriu. E embora muitos dos portugueses encontrados apresentassem boas relações profissionais junto àqueles com que dividiam o espaço de trabalho, a “intimidade” construída nestes espaços não seria suficiente para garantir que os sujeitos “do trabalho” usufríssem do produto de seus esforços.

Para melhor visualizarmos as estratégias de herança estabelecidas, trabalharemos com casos exemplares, conforme o setor econômico em que o inventariado se enquadrava. De modo que desenvolveremos um caso do setor primário e secundário, e dois do terciário, observando o modo como as partilhas foram feitas, a igualdade ou distinção entre os herdeiros e seus respectivos bens, sobretudo em função do sexo e condição civil. Investigando se houve distinção na partilha em torno do tipo de bem deixado, especialmente os que envolviam imóveis, ou mesmo os investimentos financeiros, ou se ainda existiam características próprias à cada setor da economia no tocante a partilha dos bens.

É importante destacarmos ainda que ao trabalharmos com estas partilhas, estamos restringindo ao que foi descrito nos autos de inventário, o que envolve as vontades do testador/inventariado, a descrição dos bens, os valores atribuídos mediante avaliação, não alcançando a posteridade do patrimônio, ou seja, como os bens foram mantidos ou renegociados após a divisão entre os herdeiros. No entanto, nosso objetivo principal não é a trajetória dos patrimônios por entre os familiares, e sim o modo como os bens foram partilhados e recebidos no momento de realização do inventário.

### *Joaquim José Moreira*<sup>246</sup>

Naturalizado brasileiro, Joaquim José Moreira era seringalista na cidade de Anajás, na Ilha do Marajó. Entre suas posses na cidade marajoara constavam cinco extensões de terra com árvores de seringa, todas com barracão e trapiche, estrutura típica das áreas voltadas à exploração da seringa. Em uma das propriedades, dita “Marytuba” havia “algumas barracas

---

<sup>246</sup> Inventário de Joaquim José Moreira, ano de 1916. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Fabiliano Lobato.

para extratores de borracha”, provavelmente onde pernoitavam ou onde fixavam residência temporária até o fim da exploração das seringueiras.

Além das propriedades rurais, Joaquim possuía dois prédios assobradados na cidade, dívidas ativas e um crédito hipotecário a ser cobrado.

Sendo casado com Serafina Pinheiro Moreira, teve três filhos: Apolinário Pinheiro Moreira; Leonor Moreira da Cunha, casada com José Alberto da Cunha; e Serafina Moreira.

Um primeiro aspecto a ser apresentado é a não citação de todos os filhos como herdeiros no testamento. Joaquim apenas menciona a figura de Apolinário, mostrando-se atento ao bem que este deveria receber e o que deveria ser feito com o mesmo, escreve Joaquim:

“deixo a usufruto dos meus bens e haveres a meu filho Apolinário, chamando a presença deste as recomendações particulares que lhe fiz. Determino que nesta metade seja incluída a posse de terras, com barracão e seringas e outras benfeitorias que possuo no município de Anajás, denominada “Fronteira do Cururú”, situada no rio Anajás, pelo valor de seis contos de reis, em que arbitro por ser justificado o preço, por que adquiri a cuja propriedade. Ou seja, as terras referidas, meu filho Apolinário dará o destino que **particularmente** lhe indiquei”.

Importante atentarmos ao fato de que as outras filhas foram mencionadas no testamento, somente no instante em que o testador apresentava sua estrutura familiar. No momento em que se tratava da partilha dos bens, estas não foram mencionadas, foram apenas comentadas a meação da viúva e a herança de Apolinário.

O ativo da herança foi calculado em 89:086\$370 réis (4.429 £), dos quais foram retirados 15:000\$000 réis (746 £) de passivo, restando o líquido a partilhar no valor de 74:086\$370 réis (3.683 £), sendo a legítima de cada herdeiro no valor de 6:173\$864 réis (306 £).

À viúva Serafina Pinheiro Moreira, sua meação no valor de 37:043\$185 réis (1.841 £), correspondente aos dois prédios assobradados em Belém, um junto a praça Batista Campos e outro a Rua de Cameté. Além dos prédios a viúva recebeu duas das posses de terra descritas, a dita “Belém do Cucurú” (6:000\$000 réis/ 299 £) e a “Marytuba” (18:000\$000 réis/ 895 £). Além de dinheiro corrente da dívida hipotecária e parte da dívida ativa de Adelino Antunes Pereira;

O quinhão do filho Apolinário Pinheiro Moreira, calculado em 6:173\$864 réis (306 £), era formado pela posse de terra “Livramento” em Anajás (6:000\$000 réis/ 299 £) e parte da dívida ativa de Adelino Antunes Pereira (173\$864 réis/ 8 £).

A propriedade mencionada por seu pai no testamento, dita “Fronteira do Cururú” (6:000\$000 réis/ 299 £) foi definida como legado vindo da terça, junto a dívida de “J. J. de Sá” (12:000\$000 réis/ 597 £) e outra parte da dívida de Adelino (521\$592 réis/ 25 £), juntos alcançaram a quantia de 18:521\$592 réis (920 £). Ao final, Apolinário recebeu 24:695\$456 réis (1.227 £), mais que o dobro do valor deixado às irmãs.

Leonor Moreira da Cunha recebera o quinhão no valor de 6:173\$864 réis (307 £), formado por uma posse de terras dita “Sant’Anna” (2:000\$000 réis/ 99 £), mais ainda uma parte da propriedade chamada “Boca do Guajará” (4:000\$000 réis/ 198 £) e mais uma parte da dívida ativa de Adelino (173\$864 réis/ 8 £).

Por fim, à Serafina Moreira o valor do quinhão também foi de 6:173\$864 réis (307 £), onde estavam a outra parte da dita “Boca do Guajará” (6:000\$000 réis/ 299 £) e a parte final da dívida de Adelino (173\$864 réis/ 8 £).

O beneficiamento de Apolinário nos remete a ideia depositada sobre a figura masculina de que esta seria a mais capacitada para gerir os bens da família, sobretudo o tocante as propriedades de produção. Embora a estrutura das posses de terras fosse semelhante, com seringueiras, barracão e trapiche, em nenhuma das descrições fica clara a quantidade de estradas de seringa que cada uma suportava e a rentabilidade de cada propriedade. Na medida em que o filho recebe duas propriedades inteiras e instruções do pai para gerir as posses, podemos inferir que talvez fossem estas que mais garantiam lucros ao trabalho de Joaquim José Moreira, agora nas mãos do filho, este poderia dar continuidade a rentabilidade. Deve-se recordar ainda que a viúva também recebera posses de terras que, muito provavelmente, seriam geridas por Apolinário, bem como a propriedade recebida pela filha, solteira, Serafina. O patrimônio de Leonor Moreira Cunha, supostamente, seria gerido pelo marido.

Ao repartir “o valor da” propriedade “Boca do Guajará”, acreditamos que as irmãs estariam recebendo o dinheiro líquido, fruto da venda da posse de terra. Sobretudo porque a divisão de uma única propriedade entre dois ou mais herdeiros poderia vir a comprometer a manutenção e produção da propriedade, sendo a venda a melhor saída para a partilha mais amigável do bem.

Ademais, na medida em que Leonor, sendo casada, herda em igualdade de condições com sua irmã solteira, implica em não ter recebido dote algum no momento de seu casamento, pois se assim o fora feito, o valor a receber como herança seria menor. Porém, de modo geral,

a prática do dote começa a decrescer na medida em que o século XIX avança, chegando ao seu desaparecimento na virada do século XX, como sugerido por Nazzari<sup>247</sup>. Ainda quanto ao quinhão de Leonor, esta herdou uma posse de terra a mais que Serafina, o que pode ser justificado pela pessoa do marido, que pela concepção dos juristas, talvez tivesse mais condições de gerir uma propriedade inteira, ao contrário de Serafina que, mesmo sendo maior de idade e emancipada, permanecia solteira. O quinhão da irmã casada, Leonor, exemplifica o que Bacellar define como sendo o papel central do genro para a compreensão da estratégia familiar no momento da divisão dos bens, buscando sempre a preservação da integridade da propriedade fundiária<sup>248</sup>.

Concluimos então que quanto ao setor primário da economia, onde encontramos a predominância de propriedades rurais, e onde se insere Joaquim José Moreira, existem diferenças entre os herdeiros, tanto entre os sexos, quanto entre a condição civil, embora este último aspecto tenha sido observado entre sujeitos do mesmo sexo. Diferenças que circulam entre a busca pela conservação da propriedade e a garantia de que o herdeiro que a recebesse tivesse o mínimo de condições para continuar gerindo, de forma eficaz, a rentabilidade da propriedade<sup>249</sup>.

### *Antônio da Silva Carvalho*<sup>250</sup>

Também naturalizado brasileiro, Antônio da Silva Carvalho vivia de sua pequena fábrica de carroças, onde também trabalhava com artefatos de ferro, em uma oficina na Rua São Vicente, numero 65.

Sendo solteiro e sem descendentes, Antônio nomeia, em testamento, como herdeiros legítimos colaterais suas irmãs: Delfina Carvalho, casada com o inventariante Bernardo da Costa; Angelina de Jesus, casada com José Valente da Silva, sendo esta sobrinha do falecido,

<sup>247</sup> NAZZARI, *op. cit.* p. 17.

<sup>248</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra: Família e Sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997, p. 15.

<sup>249</sup> Ao estudar a partilha dos bens entre indivíduos do setor primário da economia em Belém, Cristina Cancela também concluiu que havia distinção entre os sexos na composição dos quinhões, sobretudo nas fortunas de fazendeiros e donos de seringais, onde os bens de produção, especificamente a terra, ficavam centralizados nas mãos dos filhos varões, cabendo às mulheres bens imóveis e títulos. Havendo também distinção entre a condição matrimonial. CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. (Tese). Programa de Pós Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, 2006, p. 312.

<sup>250</sup> Inventário de Antônio da Silva Carvalho, ano de 1890. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

filha de seu meio irmão Manoel da Silva Carvalho já falecido; Joaquina Carvalho casada com Narciso Alves da Silva; e Maria Carvalho, já falecida, representada pro seus filhos Joaquim Alves dos Reis, Manoel Alves dos Reis e Rosa Pereira Relva, todos maiores.

Os bens de Antônio alcançaram os 9:792\$277 réis (920 £), retirado o passivo, o montante a ser repartido entre os herdeiros foi de 7:170\$277 réis (674 £), devendo cada herdeiro receber a quantia de 2:270\$588 réis (213 £).

Antônio era dono de dois prédios, um a Rua de São Vicente onde ficavam as oficinas de carroça, avaliada em 6:000\$000 réis (564 £), e outro a Travessa 15 de Agosto, vista e avaliada em 2:500\$000 réis (235 £). Além de um terreno na Travessa Visconde de Inhauma, avaliado em 250\$000 réis (23 £), e inúmeros móveis, que incluíam a mobília da casa e os materiais das oficinas. Todos estes bens foram vendidos, cabendo à herança apenas valores líquidos em posse do inventariante.

Neste caso a opção pela venda dos bens e a divisão igualitária dos valores circundam questões referentes a moradia, sexo e especialização do trabalho.

No tocante a moradia, cabe aqui acrescentar que todos os herdeiros, sem exceção, mantinham residência fixa em Portugal, não interessando, supostamente, a nenhum deles a manutenção de propriedade no Pará, o que também pode indicar certo grau de desinteresse pela emigração, mesmo sabendo que ao chegar em Belém possuiriam alguma propriedade.

Quanto ao sexo, é interessante que toda a herança foi destinada às mulheres, ou aos filhos dessas, no caso da falecida Maria Carvalho. Três das herdeiras eram casadas, e pelo que mencionamos no primeiro caso a figura do esposo poderia garantir, ou não, a manutenção e uso do bem recebido, no caso, os valores em moeda corrente. No entanto, entendemos que o sexo dos herdeiros, mesmo com a presença de cônjuge, e a opção feita pela venda total dos bens está diretamente relacionada à especialização da força de trabalho, ou seja, o ofício de carreiro ao qual os herdeiros teriam de se dedicar caso optassem por manter a integridade das oficinas de carroças em Belém. De modo que nem os esposos e muito menos suas mulheres tinham interesse em desenvolver o ofício.

Entendemos, então, que a tendência das partilhas dentro do setor secundário da economia, o qual envolve, em grande parte, a especialização da mão de obra, era de que as fortunas fossem transformadas em dinheiro corrente, distribuídas de modo igualitário entre os herdeiros nomeados, o que não podemos interpretar como a regra, uma vez que podemos



encontrar casos em que mesmo a não especialização da mão de obra dos herdeiros serviu de incentivo para a venda de uma determinada propriedade. Contudo, o fato da posse do negócio exigir um saber e uma especialidade específica, era um elemento a mais para que o bem fosse vendido, particularmente nos casos em que os herdeiros fossem menores de idade, ou não tivessem interesse em seguir o saber e a especialidade do familiar cujos bens estavam sendo herdados.

***Joaquim Ferreira de Oliveira e Souza***<sup>251</sup>

Natural do distrito do Porto, proprietário e também sócio de um estabelecimento comercial, Joaquim Ferreira de Oliveira e Souza era casado com a portuguesa Filomena da Costa Nery e Souza, com certidão de dote, de cujo enlace tiveram nove filhos, seus legítimos herdeiros, eram eles:

- 1- Arthur Nery de Oliveira e Souza, brasileiro, médico, era casado com a portuguesa, de prendas domésticas, Maria Felismina Patrício Nery de Oliveira;
- 2- Cacilda de Oliveira e Souza, solteira, de maior idade, proprietária, residia em Portugal;
- 3- Carlos Nery de Oliveira e Souza, que residia na Inglaterra, falecido à época do inventário, foi representado por seus filhos;
- 4- Celeste Nery de Oliveira Paes, brasileira, de prendas domésticas, casada com o negociante Manoel da Costa Paes, residia no Porto;
- 5- Flávio de Oliveira e Souza, português, oficial da Armada, casado com Laura Marques de Oliveira e Souza, morador na cidade de Lisboa;
- 6- Lucélia de Oliveira e Souza, solteira, de maior idade, proprietária, residia em Portugal;
- 7- Olinda Nery de Oliveira e Silva, brasileira, de prendas domésticas, casada com o negociante português Raul José da Silva, residente no Porto;
- 8- Zulmira Nery de Oliveira Pires, brasileira, de prendas domésticas, casada com o negociante português Antônio Pires Junior, também residia no Porto;

---

<sup>251</sup> Inventário de Joaquim Ferreira de Oliveira e Souza, ano de 1927. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

9- Mário Nery de Oliveira, brasileiro, viúvo, comerciante residente em Belém;

A fortuna deixada por Joaquim Oliveira foi calculada em 912:947\$460 réis (22.215 £), constituída por três imóveis em Belém, 72 notas promissórias de valores variados, o dinheiro proveniente da liquidação da sociedade comercial onde era sócio, e um crédito na firma de Vilhena & Companhia.

Quando da partilha dos haveres do falecido, a viúva Filomena da Costa Nery e Souza recebeu um prédio urbano em Belém, estabelecido na certidão de dote, na Travessa Quatorze de Março, numero 112. A legítima dos herdeiros foi calculada em 98:499\$867 réis (2.396 £) e pagas em notas promissórias emitidas pela firma liquidada, mais o dinheiro pago à vista, como parte do falecido sócio na firma, além do dinheiro recebido da venda dos dois prédios urbanos restantes.

Não observamos distinção entre os quinhões, nem quanto ao sexo ou condição civil, recebendo todos o mesmo valor. Tanto as solteiras quanto as casadas receberam valores idênticos, extinguindo qualquer hipótese de algum contrato antenupcial estabelecido com dote.

A ausência da transmissão dos imóveis pode ser justificada pelo número expressivo de herdeiros. Optando-se pela venda e divisão dos valores recebidos a partilha dos imóveis tornar-se-ia mais igualitária, postura diferente à adotada pelas famílias paulistas estudadas por Bacellar, que ao estudar as famílias e a transmissão de herança dos senhores da região Oeste Paulista entre os anos de 1765 a 1855, defende que a existência de um número elevado de filhos “inviabilizava qualquer hipótese de partilha igualitária dos bens paternos”, a fim de evitar a pulverização do patrimônio. De modo que se não havia condições de dividir o bem igualmente, elegia-se um filho para herdar o patrimônio de maior ponta, no caso paulista a terra, cabendo aos demais à saída do seio familiar em busca de sustento<sup>252</sup>.

No caso que analisamos, o bem de maior ponta correspondia ao produto adquirido na liquidação da firma comercial, num valor total de 900:000\$000 réis (21.900 £), dividido entre notas promissórias e pagamento à vista feito ao inventariante, igualmente repartido entre os filhos. Após a morte de um dos sócios recorria-se à liquidação da firma comercial, ficando aos sócios sobreviventes a obrigação de “pagar a parte devida à família, o que, muitas vezes, era feito através de letras parceladas”<sup>253</sup>, como estabelecido no código comercial.

---

<sup>252</sup> BACELLAR, *op. cit.*, p , 124.

<sup>253</sup> CANCELA, 2006, p. 377-378.

*Antônio Alves Moreira Júnior*<sup>254</sup>

Natural do Porto, Antônio Alves estabeleceu-se com sociedade comercial em Belém, sob a firma Moreira Gomes & Companhia, trabalho que lhe garantiu amear uma fortuna de 1.993:350\$896 réis (48.964 £), constituída por 26 imóveis na cidade, 4 terrenos, uma dezena de ações do Banco do Pará e Banco Comercial do Pará, e dinheiro que lhe cabe da liquidação da sociedade comercial, calculado em 1.098:180\$896 réis (26.975 £). Em relação a este crédito proveniente da firma liquidada, cabe uma informação. Mediante contrato de criação da firma comercial Moreira Gomes & Companhia, havia uma cláusula afirmando que o pagamento de valores remanescentes de uma possível liquidação da dita firma seria realizada em dez anos, o que implica dizer que de imediato os herdeiros de Antônio Alves receberam os outros haveres, e os valores do crédito na firma foram sendo pagos em “vinte prestações de valor iguais, sendo a primeira à vista e as restantes em dezenove prestações a serem pagas de seis em seis meses, até final embolso de 750:000\$000 réis (18.422 £)”.

Sem herdeiros ascendentes e descendentes, nomeou em testamento como seus herdeiros os sobrinhos Abel Pego Vieira Fiuza, engenheiro, casado com Judith Leite Rodrigues Fiuza, residente em Portugal; Arnaldo Alves Moreira Pego, negociante, casado com “dona” Lucinda de Brito, residente na cidade do Porto; e “dona” Justina Angelina Guamacho Rebelo de Oliveira, viúva, proprietária, residente em Portugal; e por último a seu sócio José Maria Marques, português, casado, residente em Belém.

Na feitura de seu testamento, Antônio ainda deixou uma dezena de legados, em moeda brasileira, destinados aos afilhados, empregados e demais sócios da firma comercial e instituições beneficentes, comerciais e religiosas em Belém, a saber: à Sociedade Portuguesa de Beneficência deixa o legado de 10:000\$000 réis (245 £); ao Grêmio Literário e Comercial Português, à Santa Casa de Misericórdia e à Basílica Santuário de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Nazaré deixa o legado de 5:000\$000 réis (122 £).

Na divisão dos bens os herdeiros instituídos receberam quinhões de mesmo valor, calculados em 470:587\$724 réis (11.559 £).

Arnaldo Alves Moreira Pego recebeu 6 imóveis, ficando com o prédio de maior valor da herança à Rua Conselheiro João Alfredo n<sup>o</sup> 93 e 95, avaliado em 130:000\$000 réis (3.193

---

<sup>254</sup> Inventário de Antônio Alves Moreira Junior, ano de 1929. Centro de Memória da Amazônia. 11<sup>a</sup> Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

£), além do dinheiro da firma liquidada. Abel Pego Vieira Fiuza recebeu 11 imóveis, 1 terreno, ações do Banco do Pará e do Banco Comercial do Pará, e finalmente o dinheiro da firma. Para o quinhão de dona Justina ficaram 8 imóveis e dinheiro da liquidação da firma. Finalmente para o quinhão do sócio José Maria Marques, restaram 3 imóveis, 1 terreno e o dinheiro da firma.

Embora a permanência de herdeiros em Portugal levasse a venda dos bens no Pará para que o dinheiro alcançado fosse melhor distribuído entre os herdeiros, o caso de Antônio Alves Moreira Júnior torna-se uma exceção.

Não há no inventário do português nenhum documento que obrigue a manutenção dos bens móveis durante a feitura da partilha, ou que confirme sua possibilidade de venda após a partilha, o que nos leva a acreditar na preferência dos herdeiros em manter estes bens sob seus domínios, podendo lhes garantir negócios rentáveis na cidade, como os aluguéis.

Mesmo na condição de viúva e sem haver citação de filhos nos autos de inventário, a posse de imóveis nas mãos de Justina parece significativa, considerando a ausência de uma figura masculina, sobretudo, que lhe pudesse auxiliar na manutenção ou negociação dos bens, exceção do procurador por ela estabelecido para a partilha dos bens, o mesmo José Maria Marques. A figura de Marques neste momento, mesmo que de forma vaga, nos remete à ideia de que a posse destes imóveis em Belém fosse algo temporário, tendendo a venda para arrecadação do dinheiro e seu envio para Portugal, onde a herdeira mantinha residência.

Centrando o número maior de imóveis nas mãos dos outros dois sobrinhos homens, notamos, ainda que pequena, a diferença na distribuição dos imóveis entre os sexos. Não notamos, porém, distinção na divisão dos imóveis conforme sua localização na cidade.

A liquidação de firmas comerciais após a morte de um dos sócios pôde ser encontrada em vários outros processos, sendo algo definido ainda no momento de criação do contrato, salvo exceções quando, por exemplo, os herdeiros tem interesse em se manterem como sócios, mas são casos que fogem a regra. A transformação em moeda corrente da firma comercial, neste caso, também pode ser interpretada como uma maneira mais igualitária em se dividir a herança, embora fosse uma condição estabelecida no código comercial. Sem restrições quanto a marcadores de sexo, condição civil ou mesmo de ocupação.

A opção por dividir os imóveis na cidade entre os herdeiros, diferente com o que ocorreu ao caso anterior, pode estar relacionado ao reduzido número de herdeiros e ao expressivo número de imóveis, o que evitaria a total dispersão do patrimônio, uma vez que se centravam as propriedades nas mãos de poucos. E mesmo inserido no comércio, Antônio pouco buscou por amealhar fortuna com investimentos financeiros, se comparado a outros

sujeitos que possuíam centenas de ações a serem divididas. Preferindo centrar seus investimentos na firma comercial e nos imóveis na cidade, conseguiu garantir que seus haveres fossem bem aproveitados após sua morte, por seus herdeiros.

### **1.3 CONSIDERAÇÕES QUASE QUE FINAIS**

Ao longo deste capítulo buscamos apresentar a trajetória da historiografia sobre a imigração portuguesa para o Brasil e para o Pará, buscando perceber suas abordagens e recortes e também em que ponto elas convergem. De maneira geral o que podemos entender é que há uma proximidade entre os temas trabalhados, sobretudo quanto das causas estruturais de repulsão e as de atração nos destinos, e a caracterização do fluxo, privilegiando o estudo das localidades de saída, da faixa etária, da condição civil e a ocupação profissional, além de boa parte dos trabalhos também identificarem os destinos desse fluxo, sobretudo porque as fontes utilizadas para estas análises são os registros de passaporte, em que estas informações gerais são dispostas de modo padrão.

Estudar o perfil do “grupo” que escolheu o Pará, e a cidade de Belém, para se fixar é entender as origens do enriquecimento cultural e sócio econômico que a cidade viria a receber, especialmente, a partir da segunda metade do século XIX. Costumes de gente, principalmente, do Norte português, que vão atuar no comércio, casados com naturais e estrangeiros, fazendo da cidade um quadro ainda mais diversificado de práticas e costumes.

## CAPÍTULO II

### POR ENTRE A CIDADE, O INTERIOR E ALÉM MAR : A ARTE DE ACUMULAÇÃO PORTUGUESA

Este capítulo tem por objetivo analisar a composição patrimonial dos portugueses em Belém entre os anos de 1840 a 1930, dialogando com a economia da borracha, responsável por grande parte da liquidez econômica alcançada pelo Pará em meados do século XIX e início do XX. As análises seguintes esteiam-se sobre uma série documental composta por inventários *post mortem*, já apresentados anteriormente, abordando sua composição, organização e limites para a compilação dos dados.

O capítulo encontra-se dividido em três seções. Primeiramente, interessa-nos examinar o patrimônio dos portugueses entre os anos de 1840 a 1869, quando ocorre o início da difusão da borracha dentro da economia paraense. Na segunda seção investigamos onde estão os investimentos dos lusitanos entre os anos de 1870 a 1909, quando temos o período áureo da borracha e ampliação da dinamicidade de Belém. E finalmente, a terceira seção se volta às análises para os anos de 1910 a 1930, quando a borracha sofre sua derrocada no Pará, observando como essa queda refletiu na composição do patrimônio, e se ele sofreu, ou não, algum tipo de diferenciação brusca em relação aos demais anos anteriormente analisados.

Embora estabeleçamos estes períodos de observação, não se pretende trabalhar com a ideia de ciclo da borracha e ciclo na formação do patrimônio destes imigrantes. A aplicabilidade da noção de ciclo da borracha tem funcionado como um mecanismo de filtragem e incorporação de fatos a uma forma pré-definida, desconsiderando fenômenos que pudessem refutar seu valor de organização<sup>255</sup>, ou seja, tem selecionado informações consideradas por quem escreve como sendo principais em detrimento de outros aspectos, que mesmo em menor representatividade, também participaram da consolidação e crescimento da borracha na Amazônia. Não é nosso objetivo descrever a história da borracha na cidade de Belém, mas considerá-la como incentivadora de investimentos que ainda permaneceram junto a cidade mesmo quando a exploração da borracha começa a perder fôlego. Mesmo porque a

---

<sup>255</sup> OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O Caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX**. Encontro com a Civilização Brasileira. nº 11, maio, 1979, p. 102.

borracha não adquiriu exclusividade na economia da província, como veremos no decorrer deste trabalho, dividindo o espaço com diferentes produções, ainda vantajosas.

## 2.1 - ALOCAÇÃO DA RIQUEZA NO PERÍODO DE SURGIMENTO E DIFUSÃO DA BORRACHA NAS PAUTAS DE EXPORTAÇÃO, 1840-1869

Quando o missionário norte americano Daniel Kidder<sup>256</sup> passou por Belém durante suas viagens propagandistas religiosas (nos anos de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842), disse que a aparência do Pará é mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras e as casas eram caracterizadas por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos. Bem comum para uma região saída do período colonial e propensa a reorganização de seus espaços, principalmente na cidade de Belém que sofrera, em 1835, com as investidas dos revoltosos cabanos durante os anos da Cabanagem.

Atraia a atenção dos transeuntes visitantes em Belém as embarcações. Uma variedade de barcos desde corvetas até canoas. Além de usadas para o tráfego fluvial, as embarcações eram fundamentais para as atividades comerciais da cidade, que recebia dos interiores produtos para exportação e para o abastecimento do centro urbano, a exemplo das embarcações abarrotadas de castanhas do Pará, cacau, baunilha, salsaparrilha, canela, tapioca, peixe seco, e uma quantidade imensa de sapatos de borracha que eram geralmente conduzidos ao mercado, suspensos em varas, a fim de evitar que se colassem uns aos outros<sup>257</sup>.

No entanto, de modo geral, até o fim do período colonial, economicamente, a Amazônia pouco tinha sua importância na balança comercial do país, situação que muda no decorrer da segunda metade do século XIX quando a borracha assume supremacia sobre os itens de exportação.

Na região amazônica acredita-se que inicialmente a borracha fora utilizada pelos indígenas Cambelas ou Anaguás que habitavam a região do Solimões-Marañon. Quando desenvolvido o processo de vulcanização da borracha por Goodyear, em 1839 e Hancock em 1842, que a tornou mais resistente as altas temperaturas e garantiu elasticidade e impermeabilidade, foi que a borracha tornou-se a matéria prima cada vez mais importante para a confecção de objetos de uso diário, doméstico e hospitalar, além do pneumático em 1890. Com o mercado em expansão para a Europa, a região amazônica respondeu quase que

---

<sup>256</sup> KIDDER, Daniel. *op. cit.*,. 163-177.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 172.



imediatamente a demanda de exploração, tornando a borracha o principal produto de sua exportação e a força para alavancar as estruturas econômicas e sociais da cidade de Belém<sup>258</sup>.

Na década de 1850, quando pela primeira vez a borracha firmou preeminência no comércio regional, apenas um pequeno setor da classe dos proprietários no estado tinha como base econômica o extrativismo, haja vista que o maior grupo dentro desse setor era a comunidade mercantil de maioria portuguesa. No Pará, como no Brasil em geral, a base econômica da classe superior tradicional era a terra, ficando para os estrangeiros as atividades comerciais<sup>259</sup>. Não é a toa que dos portugueses encontrados neste trabalho, 323 declararam exercer atividades ligadas ao setor terciário da economia, desde pequenas mercearias até firmas de ações, comissões e capitais.

Neste período inicial, entre os anos de 1840 a 1869, no qual a borracha vai assumindo supremacia na economia da região, conseguimos identificar apenas 17 inventários de portugueses declarados, que representaram 3% da amostra do recorte temporal adotado, um total de 561 autos de inventários *post mortem*. Esse pequeno número se deve as dificuldades de identificação dos sujeitos, sobretudo pelo avançado estado de deteriorização dos processos, dificultando seu manuseio, fato que nos impediu de consultar outra variedade de documentos. Outra dificuldade encontrada foi quanto a confirmação da nacionalidade, pois enquanto em alguns inventários encontramos testamentos, certidão de óbito, contrato ante nupcial, em outros não tínhamos nenhum outro documento ou declaração que pudesse nos confirmar a nacionalidade do sujeito, embora a suspeita fosse de que consistisse de um cidadão português, devido ao local do óbito, procurações da viúva, que residia em Portugal para que pudessem representá-la durante o processo de abertura do inventário no Pará, ou mesmo mensagens enviadas para Portugal noticiando o falecimento do indivíduo em Belém.

Analisando os dados, estabelecemos uma tabela para visualizar os montantes das fortunas. Embora tenhamos optado pela conversão equivalente entre o réis e a libra esterlina nos valores dos montantes, entendemos que a moeda inglesa sofreu tantas oscilações quanto a brasileira, porém considerando a tendência internacional para nomeação de valores, optamos por usá-la. O cálculo de conversão foi baseado na cotação anual da libra e nos valores

---

<sup>258</sup> Cf. PRADO, Maria Ligia & CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República**. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 8. Difel, 1977, pp. 288-289. CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**. 2 Ed. Belém, EDUFPA, 1996.

<sup>259</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *op. cit.*, p. 56

descritos na partilha, em seus respectivos anos<sup>260</sup>. Ainda sim, em alguns momentos do trabalho, estabelecemos relações comparativas entre os valores das fortunas e os produtos/serviços da cidade. Os processos foram divididos em cinco faixas de fortuna, conforme o valor alcançado pelo monte mor.

**TABELA 2.1**

**VALORES DAS FORTUNAS NOS ANOS DE 1840 A 1869 (RÉIS)**

<b>Montantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sem indicação	4	23,5
Abaixo de 9:999\$999	4	23,5
10:000\$000-39:999\$999	6	35,3
40:000\$000-69:999\$999	0	0,0
70:000\$000-99:999\$999	2	11,8
Acima de 100:000\$000	1	5,9
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100 %</b>

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840 - 1869).

As fortunas abaixo dos 10:000\$000 contos de réis eram constituídas principalmente pela posse de terrenos, casas, escravos, letras comerciais, hipotecas e dinheiro. A fortuna com menor valor foi calculada em 1:080\$000 réis (112 £), pertencente ao português solteiro Plácido Jose da Silva Bastos, composta por uma barraca, madeira, móveis, roupas, garrafas, serrotes, facões, copos e dívidas ativas, valor aproximado ao alcançado pela exportação de açúcar da província, entre os anos de 1860 e 1861, orçado em 2:888\$228 réis, cuja cultura “marchava mais ativa”<sup>261</sup>. Pelos utensílios descritos, inferimos que Plácido poderia trabalhar com marcenaria ou carpintaria<sup>262</sup>. Antônio dos Reis Pereira, cujo montante chegava aos 6:527\$100 réis (741 £), possuía seis contos somente em investimentos envolvendo letras, hipotecas e dinheiro<sup>263</sup>, elementos que durante o período de auge da borracha na província do

<sup>260</sup> As cotações da libra esterlina utilizadas para a conversão monetária podem ser encontradas em **Séries estatísticas retrospectivas** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

<sup>261</sup> Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.o de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 38-39.

<sup>262</sup> Inventário de Plácido José da Silva Bastos, ano de 1860. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>263</sup> Inventário de Antônio dos Reis Pereira, ano de 1864. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

Pará assumiram expressiva participação entre os investimentos financeiros mais recorrentes entre os portugueses estudados.

Em um segmento intermediário das fortunas, entre os 10 a 69 contos de réis, encontramos Bento Jose da Silva, dito comendador, possuía 2 terrenos e uma casa em Belém, além de investimentos em ações, que representavam pouco mais da metade do total da fortuna declarada, no valor de 99:071\$876 réis (9.264 £)<sup>264</sup>. O ex-major de milícias Fernando Antônio da Silva Brandão de Abreu Freire, dito comerciante, deixou uma fortuna no valor de 27:812\$036 réis (3. 101 £), sem especificar a composição de seu patrimônio e a divisão entre os herdeiros, por seu processo estar incompleto<sup>265</sup>. Os únicos bens declarados na composição do montante de Maria Carolina Marques Ferreira foram as casas, num total de quatro unidades, que juntas somaram o valor de 30:496\$700 réis (3. 178 £)<sup>266</sup>.

As fortunas com valores acima dos 70 contos de réis estavam ligadas, sobretudo, a investimentos na área urbana. Abaixo dos 70 contos a maior parte das fortunas correspondiam a investimentos em áreas rurais, que poderiam envolver engenhos, plantações, embarcações e outra diversidade de bens, à exemplo da quantia de 31:365\$000 réis (3. 333 £), deixada pelo casal Luiz Monteiro da Silva e Maria Bárbara da Cunha Bastos<sup>267</sup>, quantia correspondente aos escravos, aos terrenos, casas e o engenho de aguardente. Os menores valores atribuídos as posses em áreas rurais podem estar ligados a desvalorização que este tipo de bem vinha sofrendo com o passar dos anos, sem desconsiderar totalmente sua existência e rentabilidade, uma vez que muitos indivíduos ainda alcançavam bons lucros com estas posses, e seus beneficiamentos, como os membros da família Corrêa de Miranda<sup>268</sup>, que mesmo com o cenário econômico da província alterado pela ampliação do comércio da borracha, foi um exemplo de que a antiga elite rural (boa parte formada por nacionais) não foi substituída e nem teve seu poder diluído mediante a uma sociedade que via crescer a influência da elite mercantil (constituída principalmente por estrangeiros) enriquecida pelo comércio da goma

<sup>264</sup> Inventário de Bento José da Silva, ano de 1868. Centro de Memória da Amazônia. 14ª Vara Cível - Cartório Sarmiento.

<sup>265</sup> Inventário de Fernando Antônio da Silva Brandão de Abreu, ano de 1865. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível – Cartório Leão.

<sup>266</sup> Inventário de Maria Carolina Marques Ferreira, ano de 1866. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>267</sup> Inventário de Luiz Monteiro da Silva e Maria Bárbara da Cunha Bastos, ano de 1858. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível - Cartório Fabiliano.

<sup>268</sup> Família tradicional da localidade de Igarapé-Miri, onde mantinham engenhos, terras e escravos, mas que também terá atuações em outras partes do território paraense, como em Abaetetuba, Belém e Soure (na Ilha do Marajó). Cf. ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em História, 2012.

elástica, fato que refletia em sua fortuna, constituída principalmente por terras e engenhos na região do Baixo Tocantins, Belém e Marajó<sup>269</sup>.

O montante mais representativo pertencia a Manoel Jose da Mota Marques, solteiro, natural de Aveiro, exercia atividade de negociante e era sócio de uma casa comercial, sob a firma Antônio da Mota Marques & Irmão, junto com Antônio da Mota Marques, seu irmão. O inventário, no entanto não nos traz informações sobre o seguimento da firma. Manoel ainda era dono de 4 escravos e 3 imóveis em Belém. Em seu inventário, após a listagem das dívidas tanto ativas quanto passivas, havia uma citação de bens em Portugal, eram casas e terrenos avaliados em 7:322\$350 réis ( 780 £), além de uma casa na cidade portuguesa de Óbidos, no valor de 4:555\$080 réis fortes (moeda portuguesa/ 485 £), que acabaram por ser também arroladas em seu montante final, no entanto o documento não nos traz a pauta de partilha, o que não nos permite visualizar se estes bens em Portugal, de fato, estavam compondo a fortuna inventariada no Brasil. O herdeiro dos 321:456\$858 réis (34. 270 £), deixados por Manoel, foi seu pai, residente em Portugal<sup>270</sup>. A título de comparação, a fortuna de Manoel no valor de mais de trezentos contos de réis, equivale à receita da Província do Pará ao final de 1840, orçada em 336:855\$485 réis (44.363 £), descrita pelo então presidente João Antônio de Miranda como “elevada renda”<sup>271</sup>.

A maior valorização dos bens localizados na cidade se intensificará nos anos posteriores, embora saibamos que mesmo com a intensa vida comercial na urbe, o espaço rural ainda mantivesse suas atividades em funcionamento, como já mencionamos.

Considerando os bens móveis<sup>272</sup>, os mais representativos na amostra são as dívidas ativas<sup>273</sup> (19%, 4 indivíduos), junto com os móveis domésticos (14,3%, 3 indivíduos), joias (9,5%, 2 indivíduos), dinheiro (14,3%, 3 indivíduos) e as firmas (14,3%, 3 indivíduos), conforme o gráfico 1.

---

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 63.

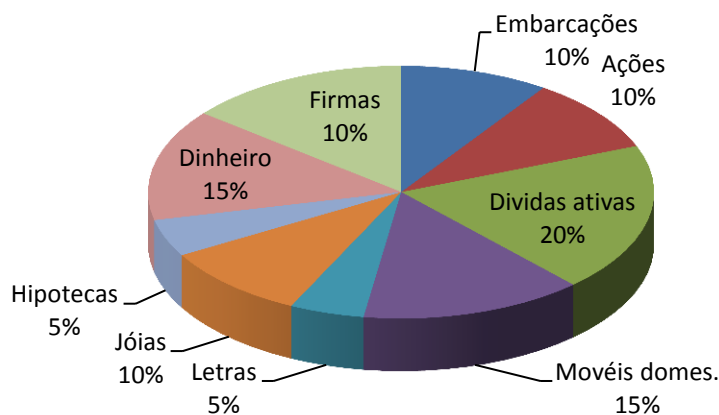
<sup>270</sup> Inventário de Manoel Jose da Mota Marques, ano de 1862. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível - Cartório Leão.

<sup>271</sup> Discurso recitado pelo exm. snr. doutor João Antonio de Miranda, presidente da provincia do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840, p. 96.

<sup>272</sup> São móveis os bens passíveis de remoção sem dano, seja por força própria ou por força alheia. Ou seja, objetos concretos, palpáveis, físicos, que não são fixos ao solo. Ex.: dinheiro, veículos, móveis, utensílios, máquinas, etc.

<sup>273</sup> Dívidas ativas são aquelas passíveis de recebimento por parte dos herdeiros do falecido, de devedores do falecido, podem ser de alugueis, empréstimos, vendas a crédito em estabelecimentos comerciais, entre outros.

**GRÁFICO 2.1**  
**BENS MÓVEIS**  
**(BELÉM, 1840-1869)**



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840-1869).

Em uma cidade em que o setor terciário da economia é crescente, principalmente em função da borracha, ainda é possível perceber uma proximidade com o espaço rural em virtude da posse de embarcações, sugerindo o transporte de produtos e/ou de pessoas. Com a baixa concentração de ações, hipotecas e letras, entendemos que os investimentos nos serviços, instituições de crédito e equipamentos urbanos ainda eram tímidos quantitativamente se comparado a outros como joias, mas os que se aventuravam nestes investimentos alcançavam bons rendimentos, como vimos no quadro dos montantes.

A herança constituída em dinheiro era representativa para os 17 sujeitos, sem explicitarem, porém, de onde provinham as quantias. Seja por meio de cadernetas ou apenas pela citação de “dinheiro”, os imigrantes deixavam pequenas quantias, supostamente economias de anos de trabalho em Belém, ou resultado da venda de algum bem como uma firma comercial, ou algum imóvel, entre outras possibilidades.

Dentre os investimentos na cidade, podemos citar ainda as firmas comerciais. Para este período, encontramos um total de três firmas localizadas em Belém: uma de Manoel Marques, da qual já falamos anteriormente, outra de Fernando Antônio da Silva Brandao de Abreu Freire e finalmente a de Antônio Teixeira Bastos.

O inventário de Fernando Antônio da Silva Brandao de Abreu Freire, de 1865, nos traz a informação da firma apenas nos autos de abertura. O português tinha sociedade com José

Rodrigues de Oliveira, a qual girava com o nome Oliveira & Brandão, sem, no entanto, trazer informações sobre sua finalidade nas demais pagina do inventário<sup>274</sup>.

A firma de Antônio Teixeira Bastos junto com Antônio Mendes dos Reis funcionava na rua do Imperador, canto do mercado desde o dia 01/07/1864, conforme consta em sua inscrição (que não vem no inventário). A firma corresponde a um estabelecimento comercial, sem maiores especificações sobre os investimentos, junto ao processo encontramos o balanço de liquidação da firma, que abrange as mercadorias, calculadas em 5:011\$037 réis (503 £), o caixa, assessorias, dividas perdidas e dividas ativas, que totalizaram 99:850\$922 réis (10. 026 £). Infelizmente, o inventário não estava completo, estando ausente a pauta de partilha ou o próprio cálculo do montante de Antônio Teixeira, o que nos impossibilita de saber qual sua parte correspondente na firma e mesmo a herança deixada em seu inventário<sup>275</sup>. O armazém ainda servia de espaço para a realização de leilões por ordem do Consul português no Pará, de bens deixados por falecimento de cidadãos portugueses que residiam em Belém<sup>276</sup>.

A partir desse período as firmas comerciais se fizeram mais presentes entre os investimentos dos portugueses na cidade. Fossem pequenas casas comerciais, ou grandes negócios de consignação e aviamento, elas fizeram parte do cotidiano de um dinâmico e contínuo processo de investimentos, direta ou indiretamente ligados à borracha.

Quanto aos bens imóveis na capital, percebemos uma tímida, porém crescente iniciativa de investimentos em casas e terrenos. Entre os 17 inventários encontrados, em 11 temos investimentos em casas, 6 investem em terrenos, e 12 voltam seus capitais para os investimento em ambos.

A despeito de termos encontrado poucos portugueses proprietários de terra, tendo em vista que a posse das mesmas predominavam em meio às famílias tradicionais paraenses, encontramos 3 portugueses com a posse de engenhos. Ernesto Cruz observa que, durante os séculos XVII até o XIX, na faixa litorânea de Belém, estavam localizados os Engenhos Reais, dos senhores abastados, cuja prosperidade era avaliada pela quantidade de negros da Guiné e dos índios de aldeias missionadas, empregados na fabricação do açúcar e no cultivo dos canaviais. Igualmente, nas proximidades de Belém já se estruturavam os engenhos de grande

---

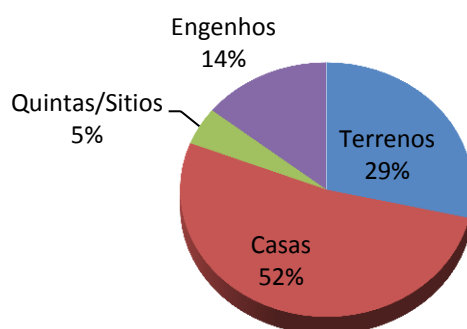
<sup>274</sup> Inventário de Fernando Antônio da Silva Brandao de Abreu Freire, ano de 1865. Centro de Memória da Amazônia. 4ª Vara Cível - Cartório Leão.

<sup>275</sup> Inventário de Antônio Teixeira Bastos, ano de 1867. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>276</sup> JORNAL GAZETA OFFICIAL, 25 de Maio de 1858, p. 33.

porte que haviam sido de propriedade de determinadas ordens religiosas<sup>277</sup>. No entanto, a localização dos engenhos será variada, conforme a disponibilidade de terras e oportunidades de produção, como aqueles localizados na Ilha do Marajó, região fértil em sesmarias.

**GRÁFICO 2.2**  
**BENS IMÓVEIS**  
**(1840-1869)**



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1840- 1869).

Luíz Monteiro da Silva, anteriormente citado, natural da cidade do Porto, tem seu inventário aberto juntamente com a esposa Maria Bárbara da Cunha Barros, em 1858. No arrolamento dos bens do casal é declarado a existência de um engenho de água ardente, contíguo a uma olaria, e mais 4 embarcações, propriedades mantidas no Rio Anapu, na Ilha do Marajó. Ainda foi declarado a posse de cativos, plantações de cana de açúcar e cacau, além de 7 casas e 3 terrenos espalhados em Belém.

A Ilha do Marajó é comumente reconhecida pela intensa atividade pecuarista, com grandes campos voltados para a pastagem do gado, sendo comum encontrar em sua geografia expressivas como a de Luíz Monteiro da Silva, como resquício ou memória das sesmarias concedidas pela coroa portuguesa aos donatários no Pará, propriedades que mais tarde serão áreas de exploração da borracha, como nas outras regiões de Ilha, como aponta João Pacheco de Oliveira, localizadas relativamente próximas a Belém e seus distritos, que compreendiam aos rios Jari, Capim, Guamá, Acará, Moju e Xingu<sup>278</sup>. Desse modo, temos mais um exemplo

<sup>277</sup> CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: Universidade federal do Pará/UFPA, 1967, p. 104-105.

<sup>278</sup> VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. *Op. cit.*, p. 176. REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953. P. 57. In: CANCELA, 2011, p. 35.

de imigrante circulando entre os interiores do Pará, desfrutando de posses de terras para produção de gêneros diversos.

Quanto ao cacau e o açúcar encontrados nas propriedades de Luiz Monteiro, é importante atentarmos para alguns aspectos. O cacau e o açúcar foram gêneros que permaneceram na pauta de exportação durante a crescente expansão da borracha, além da castanha e do couro. No quinquênio de 1862 a 1867, quando a economia da borracha já se encontrava com preços mais estáveis e uma grande demanda de exportação, foram vendidas pouco mais de mil arrobas de cacau, contabilizando um total de 6.284:203\$103 réis<sup>279</sup>. Em relação ao açúcar, o mesmo passou a ter seu decréscimo na medida em que a produção dos engenhos também declinava. O relatório provincial apresentado em 1868<sup>280</sup> afirma que os engenhos já “são mui raros” e quase nenhum açúcar produzem, limitando em apenas produzirem água ardente. Alguns senhores de engenho justificavam a preferência para a produção de água ardente ao invés do açúcar em virtude da escassez de braços escravos e mesmo de indígenas para o trabalho na lavoura, foram então vencidos pela maior facilidade de fabricação e prontidão do consumo de água ardente, vendida a preços exorbitantes<sup>281</sup>. No quinquênio de 1862 a 1867 foram exportadas um total de 87.076 arrobas, pequeno declínio em comparação com o quinquênio anterior, 1857 a 1862, cujo volume de exportações chegou a 98.813 arrobas<sup>282</sup>.

É importante destacar a importância de embarcações em áreas de Ilha, como no Marajó e a dinâmica de produção dos engenhos e olarias. Os rios eram os condutores das produções, das riquezas na região amazônica, as embarcações mais extensas utilizadas como regatões comercializavam com comunidades demasiadamente afastadas das áreas urbanizadas da região, principalmente após a abertura oficial dos rios amazônicos para a circulação de embarcações estrangeiras responsáveis pelo incremento no transporte de mercadorias e pessoas, onde se pôde observar a atuação de várias companhias de navegação, como a *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, de propriedade do Barão de Mauá; a

<sup>279</sup> PARÁ - Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867, p. 19.

<sup>280</sup> PARÁ – Presidencia da Província, Visconde do Arary. Relatório passado pelo Vice Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868. Typ. Do Dário do Gram Pará, p. 26.

<sup>281</sup> CRUZ, Ernesto. *op. cit.*, 1996, p. 50 – 54.

<sup>282</sup> ÂNGELO, Helder *op. cit.*, p. 61.



*Companhia Fluvial Paraense* e a *Companhia do Alto Amazonas*, que garantiam não somente a circulação de pessoas, mas também de mercadorias entre as cidades da região<sup>283</sup>.

Além da região das ilhas, as embarcações também garantiam suporte para áreas próximas a Belém, como no caso do engenho do Murucutu. Seu proprietário<sup>284</sup>, o tenente coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal<sup>285</sup>, teve declarado em seu inventário a existência de 10 cambotas e de 1 batelão que auxiliavam no transporte da produção do engenho, considerado como um dos maiores e mais bem estruturados da região, com casa de vivenda, engenho movido a água, casa de purgar, alambique, rancho, serraria e capela.

O Murucutu foi construído ainda no século XVIII, sem precisão de data, por João Manoel Rodrigues, em terras que pertenciam a sua esposa Maria Rodrigues Martins, descendente de um posseiro de duas sesmarias: uma no Rio Guamá e outra na Ilha Jaboticaia, concedidas em 07/04/1741 e 01/06/1746, respectivamente. Em virtude de sua localização na foz do Rio Guamá bem próximo à cidade de Belém, o engenho alcançou grande progresso e apogeu. O filho de João Manoel, João Antônio Rodrigues Martins, casando-se com Ana Tereza Landi, garantiu ainda que fosse feita a reforma na capela da propriedade pelo próprio arquiteto italiano Antônio José Landi<sup>286</sup>, seu sogro, fato que lhe conferia ainda mais superioridade e pompa<sup>287</sup>.

---

<sup>283</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – Programa de Pós Graduação em História Econômica, 2006, p. 59.

<sup>284</sup> A posse do engenho por parte de Elvas Portugal se deu através do casamento realizado com Ângela Joana Pereira Martins, filha de Ana Tereza Landi e João Antônio Rodrigues Martins, após o falecimento deste último, o engenho passou a ser herança da viúva e da filha. MELO, Marina da Silveira e. **Geofísica aplicada à Arqueologia: Investigação no sítio histórico Murucutu, em Belém, Pará**. Dissertação (Mestrado em Geofísica). Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geofísica. Belém, 2007, p. 21.

<sup>285</sup> Inventário de Francisco Marques d'Elvas Portugal, ano de 1840. Centro de Memória da Amazônia. 14ª Vara Cível - Cartório Sarmiento.

<sup>286</sup> Antônio Giuseppe Landi, natural de Bolonha na Itália, foi um famoso arquiteto atuante em Belém durante o período colonial. Em 1750 viaja para Lisboa, e, em junho de 1753, parte para Belém do Pará como integrante da Comissão de Demarcações, na qualidade de desenhador, em companhia de astrônomos, matemáticos, engenheiros, cirurgiões e pessoal militar. A comissão era chefiada pelo recém nomeado Governador e Capitão-general do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro Marquês de Pombal. A pedido do Bispo do Pará faz desenhos para fachadas de três igrejas paroquiais e daí por diante participa das principais obras realizadas em Belém na segunda metade do século XVIII. Obras como a da Sé, para a qual há diversos riscos de sua autoria; dirige a reconstrução da Igreja do Carmo, desenha e constrói a Igreja de Santana; a Capela de Santa Rita (oratório para os presos); o armazém das armas; os quartéis de infantaria e cavalaria; o Hospital Real; a Capela de S. João Baptista; o Palácio dos Governadores e a Casa da Ópera. Além da obra como arquiteto, é destacável sua atividade empreendedora. Landi administrou a olaria da cidade, tornou-se senhor do engenho do Murucutu onde, além das atividades de cultivo, promoveu o beneficiamento de arroz com a utilização de engenhos mecânicos e continuava seus experimentos e observações no campo da história natural. Faleceu em Belém, no ano de 1791. Cf. NASSAR, Flávio Augusto Sidrim. **Mobilidade, Artistas e Artífices no espaço**

A época da Cabanagem, a propriedade foi praticamente arrasada, servindo de quartel general para os cabanos, que dali partiram para atacar Belém. Após essa invasão parece que não houve tentativas de reergue-lo, nem por parte dos proprietários, como de seus herdeiros.

Na foz do rio Murucutu havia um porto, por onde desembarcavam e embarcavam as produções do engenho e seus suprimentos, por meio dos batelões que por ali navegavam até desembocarem no Rio Guamá, por onde faziam a ligação direta do engenho com Belém<sup>288</sup>.

Estes fatos evidenciam que os portugueses estavam sempre ativos nas redes de negociações na cena econômica e social da cidade. Participantes de negócios, estabeleciam suas alianças a fim de alcançarem prosperidade. A posse de engenhos em uma sociedade que ainda disfrutava dos lucros do açúcar, seja em menos quantidade ou não, lhe garantia ainda lucros e projeção, uma vez que estes bens, mesmo que em ligeira queda quantitativamente, ainda eram seguras fontes de renda para as famílias e à pauta de exportação da província. Além disso, demonstra que mesmo com o maior controle das terras estando nas mãos de grupos mais antigos e tradicionais, os imigrantes ainda conseguiram se inserir em um mercado de bens de raízes e usufruir dos lucros da terra.

O único sítio encontrado nesta amostra pertencia a Manoel Monteiro dos Santos<sup>289</sup>. Com a posse de 15 cativos, mantinha sua propriedade no distrito de Aycarau, município de Barcarena, no nordeste do Pará. No entanto, em seu inventário não deixa claro o uso que dava as suas posses e nem o trabalho pelo qual mantinha o uso da mão de obra escrava. Deixa também um forno de cobre na herança que, provavelmente, era usado para o beneficiamento e produção de algum bem por meio do trabalho dos cativos. Seu montante foi calculado em 12:738\$000 réis (1. 191 £).

Neste mesmo período, em que o interior ainda era importante para a realização das atividades comerciais de Belém, a cidade também começou a ganhar maior relevância como local para a realização de investimentos, sobretudo pela dinamização das relações comerciais e sociais que nela se estabeleciam. Na medida em que a cidade crescia, os aluguéis de imóveis

---

**amazônico: a saga de Landi.** Consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6140.pdf>, em 27 de maio de 2015.

<sup>287</sup> Cf. SALLES, Vicente. **Artigos Brasil Açucareiro: Engenho Murucutu.** Consultado em <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/11/27/vicentes-salles-artigos-brasil-acucareiro-engenho-murucutu/>; MARQUES, Fernando L. T. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos do Século XVIII e XIX.** 2004. 193 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

<sup>288</sup> SALLES, Vicente. op. cit., p. 21.

<sup>289</sup> Inventário de Manoel Monteiro dos Santos, ano de 1868. Centro de Memória da Amazônia. 14ª Vara Cível - Cartório Sarmiento.

passaram a ser vistos como um bom investimento para o sustento dos indivíduos e famílias que, por ventura, viessem a ter mais de um imóvel disponível na cidade.

Na amostra encontramos 5 portugueses declarando possuir mais de uma propriedade de casas, como o dito José Antônio dos Santos, também natural do Porto, não declarou profissão, mas deixou como herança 6 casas na cidade de Belém, para os filhos e sua viúva, além de também declarar a posse de 8 escravos. As casas estavam entre as Ruas Formosa (atual 13 de Maio), Boa Vista, dos Mercadores (atual João Alfredo) e na Travessa da Companhia<sup>290</sup>. A Rua dos Mercadores, em relatório provincial de 1880, ainda era citada como uma das vias que devia receber calçamento em paralelepípedo, logo após o término de benfeitorias na Rua Santo Antônio, no entanto, nos relatórios seguintes o que encontramos foi uma série de reclamações e justificativas para os atrasos em determinados beneficiamentos na cidade, como os calçamentos, em virtude da falta de braços e do custo de materiais, o que poderia causar desvalorização dos imóveis em seus entornos<sup>291</sup>.

Por outro lado, o imóvel na Travessa da Companhia nº 7 recebeu o maior valor durante a avaliação, possuía pouco mais de quatro braças de frente e treze braças de fundo, sendo avaliado em 16:000\$000 réis (1. 667 £). Na mesma rua outra casa é descrita sob o número 13, medindo pouco mais de uma braça de frente e nove braças de fundos, avaliada em 1:200\$000 réis (125 £). Infelizmente o inventário não traz a descrição da construção, o que não nos permite estabelecer comparações entre os valores atribuídos e a estrutura do imóvel, embora pelos exemplos mencionados possamos entender que o tamanho do imóvel seria um dos elementos que direcionavam a atribuição dos valores por parte dos avaliadores.

Entre os bens semoventes<sup>292</sup> destacamos a posse de cativos. O número de inventariados donos de escravos girava em torno de 9 proprietários, que possuíam, ao todo, 378 cativos, a posse média por indivíduo estava em 42 sujeitos. Nessa amostra dois sujeitos se destacaram dos demais, por possuírem um plantel acima dos 50 cativos, juntos detinham 87% dos escravos encontrados.

O tenente coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, já mencionado anteriormente, sem naturalidade declarada, era dono de uma fazenda e junto à fazenda possuía um engenho,

<sup>290</sup> Inventário de Jose Antônio dos Santos, ano de 1866. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível - Cartório Odon Rhossard.

<sup>291</sup> Relatório apresentado pelo excellentíssimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880, p. 16.

<sup>292</sup> São bens móveis que possuem movimento próprio, tal como animais selvagens, domésticos ou domesticados.

o famoso *Murucutu ou Murutucu* movido a água com alambiques e tonéis de cobre para armazenamento da produção. Para o trabalho na propriedade contava com um total de 141 cativos, entre homens e mulheres, sem indicação de idades. Também era proprietário de uma sorte de terras no rio Acará Miri com árvores frutíferas. Sua fortuna também era em móveis, prataria, peças em ouro, 3 terrenos, um prédio na cidade de Belém e dívidas ativas.

Por último, entre os portugueses com maior posse de cativos estava o já citado Luiz Monteiro da Silva com um total de 59 escravos, que, possivelmente, trabalhavam tanto no engenho de aguardente quanto nas plantações de açúcar e cacau.

A população escrava na capital da província, e mesmo nos interiores, passou durante os anos por constantes oscilações, porém sem grandes disparidades entre os períodos, haja vista que entre os anos de 1848 e 1872 a população cativa girava em torno dos 5.000 indivíduos. Seu decréscimo inicia, em termos absolutos, em meados da década de 1880, contudo já em 1870 a diminuição do número de cativos se demonstrava progressiva, comparada a de livres, muito em razão do grande contingente de migrantes nordestinos que chegavam à província<sup>293</sup>.

Desde a década de 1830 as epidemias vinham assolando a população da cidade, entre ela os cativos, as quais estavam entre um dos fatores que mais provocava o decréscimo da população escrava, assim como a Cabanagem e seus mais de 30.000 mortos no total. Por outro lado, o decréscimo na década de 1830 da população escrava também pôde ter sido causado pela gradual desorganização do tráfico internacional de africanos, além das fugas que se tornaram cada vez mais rotineiras, especialmente quando do período da Cabanagem<sup>294</sup>.

Em discurso no ano de 1839, o então presidente da província Bernardo de Souza Franco disse não receber todos os mapas de população solicitados às demais comarcas, mas os quais recebeu referentes à Belém apontavam, aproximadamente para o conjunto da população um total de 9.052 mil almas. O número, porém, sofreu um acréscimo passando a 13.319 almas devido o aumento dos números de escravos (acrécimo de pouco mais de 2000 indivíduos) e estrangeiros feitos aleatoriamente pelo governo, que justificava o aumento dos números pelos erros de cálculo que o mapa apresentava. Naquele total da população, existiam, pelo menos,

---

<sup>293</sup> LAURINDO JUNIOR, *op. cit.*, p. 38-40.

<sup>294</sup> PALHA, *op. cit.*, p. 63

4.000 escravos, cerca de um a dois cativos por casa<sup>295</sup>. A partir da década de 1840, com o fim da revolta cabana e o controle de boa parte das crises epidêmicas, ocorreu a recomposição demográfica na província, entre livres e escravos<sup>296</sup>.

Luiz Laurindo considera que em termos absolutos a diminuição da população escrava tende a ser relativa, acentuando-se apenas em meados da década de 1880. Porém, a partir da década de 1870 a redução da população escrava já se fazia perceber, progressivamente, em relação à população livre, em um movimento demográfico inversamente proporcional. Em 1848 a população total da província foi calculada em 164.49 habitantes, onde os escravos somavam 33.542, 20,28% do total. Na década de 50 e 60 as contagens populacionais apontavam os números da população escrava na província bem próximos aos de 1848, na casa dos 30 mil escravos. A partir de 1870, o declínio dessa população se fez sentir de forma mais acentuada. Em 1872 dos 275.237 habitantes da província, 27. 558 eram escravos. Em 1882 a população escrava foi contabilizada em 24.763 habitantes, 9% do total da população da província, calculada em 274.883. No ano da Lei Áurea, os escravos chegavam ao número de 10.535, apenas 3,75% da população geral, calculada em 280.676 habitantes<sup>297</sup>.

\* \* \*

Nesta seção buscamos apresentar alguns aspectos gerais e antecedentes ao boom da borracha na Amazônia, no qual os portugueses se inseriram. O número reduzido de inventários dificulta, em parte, a obtenção de maiores dados a respeito da atuação dos imigrantes, sua circularidade, seus investimentos, sua representatividade, no entanto, os poucos números ainda podem nos informar a composição patrimonial e social que por eles era vivenciada.

Por tudo que vimos, fica clara a inserção ativa dos portugueses tanto na área urbana como também em localidades mais afastadas do centro urbano de Belém e a circularidade de seus investimentos, demonstrando que embora estes preferissem fixar moradia na cidade, as áreas rurais ainda lhes atraíam pelos rendimentos que elas lhes asseguravam, como no caso da

---

<sup>295</sup> Discurso recitado pelo Exm.o Snr. doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da província do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839. Pará, Tip. de Santos & Menor, 1839, p. 14.

<sup>296</sup> PALHA, *op. cit.*, p. 63

<sup>297</sup> LAURINDO, *op. cit.*, p. 38-39.

posse dos engenhos, das plantações de cana, cacau e outros gêneros partícipes das exportações.

Essa circularidade dos portugueses é refletida também em suas atividades econômicas que se tornam tão diversificadas que dificultam uma classificação mais fechada de sua principal ocupação, uma vez que muitos ora poderiam ser vistos como agricultores, ora como proprietários que vivem de rendas, oleiros ou mesmo senhores de engenho acompanhados de escravaria, como no caso de Luiz Monteiro, cujos bens circulam entre os imóveis e terrenos na cidade de Belém, e seu engenho com plantações na Ilha do Marajó. Essa flexibilidade de atividades, negócios e posses gerou uma frágil classificação que também será sentida para as demais fases que trataremos. A circularidade, no entanto, não se limitava aos portugueses, também era comum naturais do Pará que apresentavam essa diversidade de investimentos, como o casal Jaime Davi Brício e Maria do Carmo Pombo Brício, cujos bens circulavam entre as atividades desenvolvidas no comércio, como também pela posse de escravos, 9 propriedades rurais e nada menos de 27 imóveis urbanos, entre casas de sobrado e térreas, uma “rocinha” e “chãos”, declarados em inventário aberto no ano de 1850<sup>298</sup>.

A maior parte das fortunas se enquadravam entre os 10:000\$000 aos 39:999\$000 réis, num total de 6 fortunas. Entre estas, a maior parte do dinheiro que as constituíam provinham de investimentos em áreas rurais, de bens localizados em núcleos afastados da urbe, como novamente os engenhos, plantações e embarcações. O que de alguma forma já demonstra uma sensível mudança na valorização dos espaços, sobretudo quando comparamos estas as outras fortunas, que estando entre as faixas dos 70:000\$000 aos 99:999\$000 réis e acima dos 100:000\$000 réis, e tinham seus portfólios formados, em sua maioria, por ações, terrenos e casas em Belém, alguns bens em Portugal, escravos e dívidas ativas. Estas que formavam a maior parte da fortuna deixada por Manoel José da Mota, dono de firma comercial, em 1862. Mesmo com essas diferenças, os montantes que estavam acima dos 10 contos de réis, para este período, podem ser classificados como uma fortuna considerável.

Percebemos uma readequação dos investimentos que agora estavam indo principalmente para a cidade, que já convivía com os rendimentos da borracha. Cancela afirma que muitos grupos sociais tiveram de se readaptar à nova dinâmica econômica que a borracha impunha, fazendo com que muitos proprietários de fazendas, criadores de gado e

---

<sup>298</sup> BATISTA, *op. cit.*, p. 117.

donos de engenho, das famílias mais tradicionais, incrementassem e diversificassem suas atividades com os novos negócios ligados ao comércio da borracha.

Dentre esses novos negócios, podemos destacar a presença das firmas, que ainda eram em número irrisório para este período com apenas três unidades (o que também pode ser devido à reduzida amostra que dispomos), para os anos seguintes, terão sua ampliação em termos quantitativos, refletindo a diversidade de comércios que Belém irá dispor durante o boom da economia. As três firmas encontradas nos mostram números que apontam para o alto valor desses negócios, como a de Manoel José da Mota, onde as dívidas ativas somavam mais de 60% do total de sua fortuna, que ainda era constituída por bens em Belém e em Portugal.

Portanto, nesse período de formação inicial da economia da borracha, os bens dos imigrantes portugueses nos interiores são tão volumosos quanto aos encontrados na capital, evidenciando um perfil de fortuna diferenciado do que vamos encontrar no momento de auge da economia gomífera.

## **2.2 - PATRIMÔNIOS DURANTE A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA BORRACHA, 1870 – 1909**

Durante estes 39 anos de desenvolvimento da economia extrativa do látex, levantamos um total de 328 inventários, 58,5% do total, a maior amostra da pesquisa, o que também se deve ao maior número de anos que este período compreende em comparação ao anterior que correspondia a 29 anos. Com o passar dos anos as estruturas da maioria dos inventários foi ficando mais completa, principalmente por meio da inclusão da transcrição do testamento, registros de óbito, contratos ante nupciais, e outros documentos que nos permitiram identificar um maior número de portugueses. Também consideramos o melhor estado da documentação, quanto mais próxima do século XX mais estava conservada. Numericamente em alguns cartórios encontramos quantidade menor de portugueses, seja pela ausência de documentos que nos comprovassem a nacionalidade, seja pela condição física do documento<sup>299</sup>.

Quando em 1870 a borracha alcança equilíbrio nas pautas de exportação e os preços estão mais estáveis, sente-se o crescimento acelerado do comércio, dos bancos e estabelecimentos afins, fazendo com que a fortuna estivesse ligada aos novos elementos constituintes da economia amazônica. Weinstein considera que os últimos anos da década de

---

<sup>299</sup> Os menores números de nossa amostra estão no cartório Leão/4ª Vara Cível com apenas 20 inventários, e no cartório Sarmiento/14ª Vara Cível com 47 documentos.

1870 foram os que assinalaram o início da expansão da borracha. O volume de produção, na década de 1880 quase que duplicou, depois de ter a maior alta nos anos de 1860.

As fortunas neste período tornam-se um tanto mais vultuosas, embora não sejam compostas por uma grande variedade de bens, ou seja, o patrimônio estava mais concentrado em poucos investimentos.

**TABELA 2.2**  
**VALORES DAS FORTUNAS NOS ANOS DE 1870 A 1909 (RÉIS)**

<b>Montantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sem indicação	91	27,7
Abaixo de 9:999\$999	52	15,9
10:000\$000-39:999\$999	64	19,5
40:000\$000-69:999\$999	26	7,9
70:000\$000-99:999\$999	23	7
Acima de 100:000\$000	72	22
<b>Total</b>	<b>328</b>	<b>100 %</b>

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909).

Chamamos atenção para as fortunas com montantes acima dos 100 contos de réis, um total de 72, entre as quais 48 possuíam relação direta com o setor terciário da economia, dividindo-se entre firmas comerciais, casas de comércio, comércio de ações, lojas varejistas, capitalistas, entre outros. O que confirma a importância que o comércio ganhara no passar dos anos e com o crescimento da economia na cidade de Belém, seja de qual gênero fosse, tornara-se uma das principais, se não a principal, fonte de sustento dos sujeitos e famílias na capital da província do Pará. O investimento em imóveis, sobretudo terrenos e casas, será muito frequente. Entre estes 72 sujeitos, 44 investiram em propriedade de casas, 27 em terrenos e 24 investiam em ambos.

A maior fortuna nessa faixa pertencia a Domingos José Dias, Visconde de São Domingos, calculada em 1.530:049\$600 réis (77. 572 £)<sup>300</sup>. Lino de Macêdo o menciona como o “decano da colônia portuguesa e seu respeitado mentor, fora antigo negociante

<sup>300</sup> Inventário de Domingos José Dias, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.



aviador, onde lograva grangear fartos meios de fortuna. Na Beneficente Portuguesa<sup>301</sup>, exerceu durante anos a sua presidência, “sempre útil e aproveitável, com um desinteresse e abnegação inexcusáveis, fizera parte do conselho de várias agremiações de beneficência e instrução, anos seguidos presidiu na Associação Comercial de Belém, foi membro da comissão consultiva do consulado português em Belém, até seu falecimento”<sup>302</sup>. Em 1890 estava na diretoria do Banco de Belém, este último fruto da ampliação das estruturas financeiras advindas com os lucros do látex amazônico<sup>303</sup>. O inventário encontra-se incompleto, o que não nos permite visualizar em que o português investia, no entanto imaginamos que a maior parte de sua riqueza era oriunda dos lucros de sua firma aviadora.

O impacto demográfico e econômico do negócio da borracha só viria a ser plenamente sentido com o advento dos “anos dourados” da Amazônia, entre 1880 e 1910, mas desde os meados do XIX as exportações de borracha estavam tendo efeito claramente perceptível sobre as “estatísticas vitais” do Pará<sup>304</sup>. No relatório de 1889 o presidente da província Antônio Braga lamenta a desorganização dos órgãos ligados a migração, que não souberam aproveitar melhor “os retirantes das províncias flagelados pela seca”<sup>305</sup> que já disputavam espaço na província do Pará com a leva de imigrantes estrangeiros, a maioria portugueses<sup>306</sup>.

A expansão da economia gomífera trouxe consigo não somente este crescimento demográfico, mas também a necessidade da cidade proporcionar a toda essa população a estrutura básica para sua acomodação, tornando a demanda por moradia e por melhores

---

<sup>301</sup> No ano de 1854 surgiu a ideia, entre alguns portugueses residentes em Belém, da criação de uma sociedade beneficente que servisse de amparo aos seus associados nas provações da vida e nos momentos de enfermidade. A frente do projeto estava Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, empregado no comércio em Belém. Em setembro do mesmo ano, reuniram-se com Medeiros Branco na sede da firma Vasconcellos & C<sup>a</sup> um grupo de compatriotas, com o objetivo de tratar a instalação da sociedade beneficente. Após dias, foram enfim apresentados os estatutos, e a então sociedade foi nomeada com *Beneficente*, que tinha por fim, essencial, reunir e socorrer fraternalmente os seus sócios, para além de questões de saúde, diárias de 600 a 1.200 réis à sócios desempregados ou doentes, pagamento de passagens para fora da província no caso de moléstia, desemprego ou perseguição, enterro decente aos mortos, entre outros. Mesmo com a escolha anterior de alguns nomes que pudessem dirigir, temporariamente, a recém sociedade, na mesma reunião de apresentação do nome, em 8 de outubro, foi escolhido o primeiro corpo oficial de dirigentes, tendo Medeiros Branco como seu primeiro presidente. A joia de admissão à *Beneficente* era no valor de 20.000 réis e a mensalidade no valor de 1.000 réis. In: **História da Sociedade Portuguesa de Beneficente do Pará**. Pará: Gillet de Torres & C<sup>a</sup>, 1914, p. 7-22.

<sup>302</sup> MACEDO, Lino de. **Amazônia: Repositório Alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, aminsas, aves, peixes, lendas, costumes, clima, população, riquezas, monumentos, progressos, tarifas, indicações úteis, propriedades e curiosidades do grandioso vale do Amazonas**. Lisboa: Typ. Adolpho Mendonça, 1906, p. 269\_2.

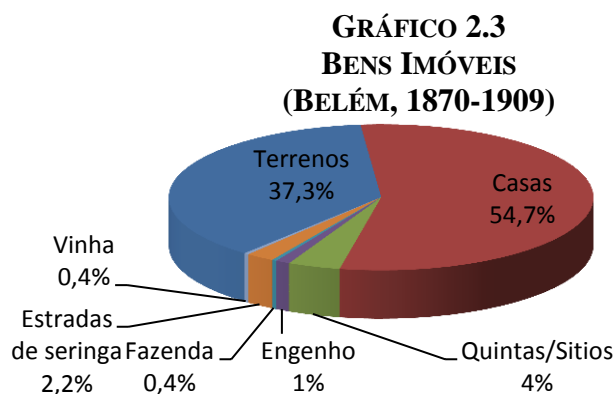
<sup>303</sup> BARBOSA, Pinto. (Org). **ALMANAK DO PARÁ: Commercial, Industrial e Administrativo**. Pará: Typ. Dos Editores Proprietários Pinto Barbosa & C., 1890, p. 147.

<sup>304</sup> WEINSTEIN, op. cit., p. 55-56.

<sup>305</sup> Relatório, Presidente Antonio Jose Ferreira Braga, em 18 de setembro de 1889. Typ. De A. Fructuoso da Costa, p. 19.

<sup>306</sup> Sobre a migração nordestina para o Pará durante o século XIX e XX, Cf. LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Editora Açai, 2010.

estruturas urbanas acentuada. Demanda por moradia que fica evidente pelo número de portugueses que declararam a posse de casas na cidade neste período de crescimento mais acentuado, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmiento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909)

As casas, que incluem sobrados, prédios térreos, quarto de casas, representam 54,7 % dos bens, compondo a fortuna de um total de 151 imigrantes. Entre a comunidade portuguesa se fala que todo português gosta de ter sua própria casa, seu lar, porém neste caso, a posse de mais de um bem habitacional representa uma quantia a mais na renda do indivíduo e da família, se não sua renda total, especialmente em uma cidade que a cada momento possuía uma demanda populacional maior.

Os imóveis se configuravam em uma alternativa viável de investimentos, tendo em vista as oscilações do sistema de crédito bancário, que geravam desconfiança entre os proprietários<sup>307</sup>. Embora os investimentos em ações bancárias, firmas e prestadoras de serviços também estejam entre os mais frequentes e numerosos investimentos que encontramos.

Em muitos casos, como aponta Weinstein, muitos lotes em áreas sub urbanas haviam sido adquiridos por uma família décadas antes dessa expansão acelerada da cidade, tornavam-se um imóvel de qualidade e bem localizado na medida em que a cidade ia além de seus limites iniciais. Comerciantes ou não, indivíduos com certo cabedal começaram a adquirir residências, terrenos, prédios comerciais em zonas não desenvolvidas, tornando-se, em muitos

<sup>307</sup> CANCELA, 2011, p. 306.

casos, os únicos bens descritos nos inventários<sup>308</sup>. Contudo, em nossa pesquisa, observamos que a maioria dos imóveis mencionados localizava-se em zonas de comércio de Belém, que foram adquiridos, provavelmente, para investimentos.

Em 1877, o português Antônio da Silva Maia, natural do Distrito do Porto declara a posse de 28 imóveis na cidade de Belém, sem informar sua ocupação, o inventariado nos faz inferir que sua renda provinha dos aluguéis dos numerosos imóveis. As propriedades estavam localizadas em 12 endereços distintos, incluindo a Travessa São Mateus (atual Pe. Eutíquio, com 4 casas), Rua Formosa (3 casas), Rua dos Mártires (atual 28 de Setembro, com 3 casas), Rua do Bailique (com 3 casas) e a Travessa das Mercês (atual Frutuoso Guimarães, com 3 casas). Portanto, boa parte dessas casas estava localizada em ruas das áreas de comércio da cidade ou próximas a elas, como a dos Mártires e das Mercês, esta última havia recebido o “tão reclamado” calçamento em paralelepípedos no ano de 1873, o que insinua uma valorização dos imóveis em virtude de beneficiamentos<sup>309</sup>. Todas ficavam nas áreas iniciais de urbanização da cidade, do primeiro ao terceiro distrito Na Rua Formosa as casas chegam a estar lado a lado, já que Antônio era dono das casas de número 63, 65 e 67. Na Travessa São Mateus a escolha não muda, as casas de número 49, 53, 55 e 57 também pertenciam ao português<sup>310</sup>.

Um dos imóveis situados na travessa São Mateus era um sobrado de dois andares, nº 5A. No primeiro andar havia duas janelas com grades de ferro, alcova, varanda, dois quartos, dispensa e cozinha, todo o espaço forrado, exceto a cozinha, neste andar o sobrado ainda contava com um pavimento para armazém, com paredes de pedra e cal. O segundo andar possuía sala, alcova e varanda, espaços todos forrados. Paredes de pedra e cal, ares de perna manca e ripas, medindo 13 braças e um palmo de frente por 11 braças e meia de fundos, avaliado em 16:000\$000 réis (1. 697 £), maior valor atribuído entre os tantos imóveis. Ainda na São Mateus, o português dispunha de uma casa térrea, sem número, com alcova, varanda, puchada com três quartos, cozinha e saguão, tendo em um telheiro dois fornos para padeiro, ares de perna manca, ripas e caibros, toda assoalhada, medindo duas braças e seis palmos de frente com dezessete braças de fundo, avaliada em 6:000\$000 réis (636 £).

<sup>308</sup> WINSTEIN. *op. cit.*, p. 106.

<sup>309</sup> Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 18.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 1.o de julho de 1873. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 36.

<sup>310</sup> Inventário de Antônio da Silva Maia, ano de 1877. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível - C nartório Odon Rhossard.

Percebemos pela avaliação dos imóveis de Antônio que não bastava o imóvel ser bem localizado, importava também a utilidade que este poderia ter. Embora o segundo tivesse os fornos para padaria, o primeiro possuía espaço para armazém, fato que em uma área próxima ao centro comercial, como era a rua São Mateus, era garantia de mais lucro, especialmente, por conta do aluguel que poderia ser cobrado mediante instalações de comércio.

Alguns portugueses preferiam ter seus prédios próximos um de outro, talvez por uma questão de negócios, facilidade em cuidar das instalações, ou somente por querer que os membros da família pudessem residir próximos uns dos outros, como o proprietário Antônio Rodrigues de Oliveira<sup>311</sup> que somente na Travessa 7 de Setembro<sup>312</sup> possuía 5 prédios bem próximos, os de número 63, 68, 65, 70 e 72. No caso de Antônio Rodrigues, em virtude da travessa estar localizada em um região de comércio em Belém, inferimos que alguns de seus imóveis pudessem ser voltados para o aluguel, seja para moradia ou para usos comerciais. Fica-nos, porém, a incerteza da finalidade dos prédios, pois muitos documentos são vagos quanto a informações de uso/finalidade de imóveis, principalmente prédios e terrenos.

Entre a herança deixada por Antônio de Araújo Sampaio<sup>313</sup>, em inventário aberto em 1905, além de ações, encontramos dinheiro proveniente dos aluguéis de imóveis em Belém, no bairro de São Brás, recente área de expansão dos domínios do centro urbano. O processo de Araújo Sampaio não traz a descrição completa dos imóveis, apenas cita o tamanho da propriedade e seus limites com residências vizinhas. Um deles possuía dois metros de frente por vinte e três metros de fundos, avaliada em 4:000\$000 réis (261 £). A descrição de valores cobrados pelos aluguéis em São Braz, deixados em legado, estava na quantia de 207\$197 réis (13 £).

Próximo a ele, em 1906, Adriano Cândido Puga destinava dois de seus três prédios para aluguel, porém, não especifica quais eram os alugados: se os que ficavam na Oliveira Belo (letras A e B) ou o que estava próximo à Travessa Oriental do Mercado, no número 3<sup>314</sup>.

---

<sup>311</sup> Inventário de Antônio Rodrigues de Oliveira, ano de 1906. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível - Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>312</sup> Anteriormente era denominada de Travessa do Pelourinho, por ser o lugar onde esteve armado o pelourinho, no qual eram amarrados e castigados os escravos. In: CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992, p. 64.

<sup>313</sup> Inventário de Antônio de Araújo Sampaio, ano de 1905. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível - Cartório Odon Rhossard.

<sup>314</sup> Inventário de Adriano Cândido Puga, ano de 1906. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível - Cartório Odon Rhossard.

Além da posse de casas, a posse de terrenos também era significativa em meio aos portugueses, sejam eles terrenos ainda vazios ou com alguma benfeitoria. Um total de 103 indivíduos, que representam 37,3% de nossa amostra, apostavam seus investimentos em terrenos, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais.

O maior investidor em terrenos, para este período, foi José Coelho da Silva Junior, comerciante que possuía 24 posses de terras, todas em Portugal, com árvores frutíferas, uvas, carvalhos, pinheiro e terras incultas<sup>315</sup>. Embora os bens estivessem em Portugal, eles foram citados no traslado de seu testamento, em anexo ao inventário, a fim de declarar a existência destes bens, que depois deveriam ser divididos entre os herdeiros, conforme vontade estabelecida em testamento.

Antônio Augusto Bento de Almeida Júnior, natural do distrito de Guarda, possuía terrenos ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e próximos um dos outros. À margem esquerda estava o lote de nº 86 onde mantinha um barracão, contíguo a um engenho, com pequena fábrica de rapadura e alambiques para a água. À margem direita estavam os lotes de número 86 e 88, o primeiro com uma casa e o segundo com barracas. O mesmo investimento foi feito por José Henriques de Oliveira, com 8 lotes ao longo da estrada de ferro, a saber os de número 18, 19, 31, 32, 33, 36, 37 e 38, todas no valor de 300:000 réis<sup>316</sup>. Com isso, notamos a posse de bens dos portugueses em áreas recentes de expansão ao entorno da capital Belém, neste caso a Estrada de Ferro de Bragança<sup>317</sup>.

As quintas/sítios neste período sofrem um aumento considerável em relação ao período anterior, saltando de 1 para 11 propriedades descritas. Dos 11 portugueses com essas propriedades, 6 informavam suas localizações. Quatro mantinham suas propriedades dentro da Província, nas regiões de Chaves, Acará, Ourém e Bujarú, sem informações adicionais sobre o uso do bem. Dois deles mantinham quintas em Portugal, o comerciante Manoel José Pereira Júnior<sup>318</sup> e o proprietário José Pereira Barbosa<sup>319</sup>, ambas no distrito de Viana do

---

<sup>315</sup> Inventário de José Coelho da Silva Junior, ano de 1880. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível - Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>316</sup> Inventário de José Henriques de Oliveira, ano de 1897. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível - Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>317</sup> Com início de sua instalação no ano de 1883, foi considerada pelos poderes públicos o grande marco de desenvolvimento dessa região, ligando Belém à cidade de Bragança, com uma distância de aproximadamente 293 quilômetros, em uma área bem pouco povoada, para tanto o então presidente da província, Barão de Maracaju, acreditava que esta seria uma estratégia de atrair povoamentos e civilização nas áreas de percurso do trem. LACERDA, *op. cit.*, 305.

<sup>318</sup> Inventário de Manoel José Pereira Junior, ano de 1886. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível - Cartório Odon Rhossard.

Castelo de onde eram naturais. Por estes bens, eles agregavam capital simbólico junto não apenas à comunidade lusa local, mas também, com os que viviam em Portugal, sustentado no mito de riqueza que girava em torno do Brasil, ou mesmo a manutenção dos laços com a terra natal e o apoio ao sustento da família que lá ainda fixava moradia. As propriedades em território português foram informadas por meio de documentos anexos ao processo, neste caso o testamento lavrado em Portugal, não estando inclusas ao montante calculado com os bens no Pará. Neste caso, os bens portugueses foram referidos, mas não foram partilhados no processo inventarial aberto em terras brasileiras, de modo que o conhecimento destas propriedades se deu por meio de documentos diversos anexados aos autos, nomeadamente citados no início deste capítulo.

Com exceção, porém, de José Pereira Barbosa, cujas propriedades foram citadas em um documento a parte dos autos de avaliação realizados em Belém, e apenas uma das duas quintas fora arrolada na pauta de partilha, deixada a viúva Maria Bárbara Inácia Barbosa. A quinta já havia sido avaliada no documento oriundo de Portugal, sendo o valor convertido (réis fortes para réis fracos) quando a feitura da pauta de partilha.

Em torno desse ideário de manter laços com a terra natal, podemos inserir a perspectiva do retorno, seja ele temporário ou definitivo, uma vez que para muitos portugueses a ideia era migrar, agregar rendimentos que pudessem garantir junto ao retorno melhores condições de vida e voltar a terra natal. Como esclarece Alves, no refluxo do movimento migratório, muitos emigrantes voltam episódica ou definitivamente. Este, o retornado sem capital acumulado, mais discreto, procura fazer passar despercebido o seu infortúnio ou evidenciando a doença que lhe corroeu o corpo e o ânimo. Aquele marcado pelo sucesso, “com sotaque na fala, indumentado de calças brancas, casado de ganga, chapéu de Chili, adereçado de cadeia de oiro e anel de brilhante” num exotismo de modos que o romantismo fixará para sempre, recriando o esteriótipo do *brasileiro*<sup>320</sup>. Na quinta de José Pereira Barbosa ainda havia uma morada de casas e um campo de lavrar com vinha, o que deveria ajudar no sustento da família na terra natal.

Os engenhos representam 1% da amostra, no total de 3 unidades, a mesma quantidade do período anterior. Localizados na região de Acará, Distrito de Benfica e Estrada de Bragança, não sabemos quais eram suas principais produções, uma vez que nos processos

---

<sup>319</sup> Inventário de José Pereira Barbosa, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>320</sup> ALVES, *op. cit.*, p. 12.

apenas eram citados como “engenhos”, exceto o na Estrada de Bragança voltado para a fabricação de água ardente e rapadura. Nos três inventários não é referido o valor dos montantes de cada proprietário, não permitindo comparar aos valores atribuídos aos engenhos do período anterior.

Em relação a região do Acará, há tempos esta área havia sido ocupada por diversos sujeitos, estrangeiros e nacionais, em virtude da maior oferta de terras em áreas do interior e a facilidade de circulação entre ela e a capital. Nesta região foram doadas pelo menos cinco sesmarias, que revelam uma lógica particular de ocupação do território pela agricultura, a partir do sistema fluvial composto pelos rios Acará, Moju, Capim e Guamá<sup>321</sup>.

Esta região se destaca como um dos centros de produção canavieira do estado do Grão Pará desde o início da ocupação citada acima por Chambouleyron até fins do século XIX, e a própria ocupação das margens do rio, com suas águas mansas e de fácil navegação foi efetivada logo nos primeiros anos de colonização portuguesa<sup>322</sup>. No entanto, como enfatiza padre Daniel, a maior parte da produção nos engenhos e engenhocas nos rios Acará, Moju, Capim e Guamá não era, por má sorte, destinada ao açúcar, pois:

Podendo ser um dos mais preciosos gêneros daquele Estado, e com que podiam enriquecer todos os seus moradores, é tão grande a sua discoriosidade, que apenas no circuito, e vizinhança do Pará há alguns poucos engenhos dele; e esses poucos mais o são no nome, que na realidade porque o seu maior tráfego, no pouco tempo, que moem, é mais para águas ardentes, do que para açúcar...”(DANIEL, João. In: MARIN, Rosa. 2000, p. 6).

Mesmo com um maior número de engenhos destinados à produção de água ardente, a mesma ainda era vista como um problema para as autoridades e moradores, desde o período colonial. Os principais argumentos contrários aos molinetes residiam na ameaça que poderiam representar para a própria produção do açúcar e nos efeitos perniciosos que causava a bebida entre a população<sup>323</sup>.

As fazendas se resumiram em duas unidades: uma em Mosqueiro e outra em Soure, na Ilha do Marajó. Esta última área definida por Weinstein como a zona preferida para a pecuária, sobretudo a região leste da ilha, onde era possível encontrar pastagens prontas para

<sup>321</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. 1. ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010, p. 104.

<sup>322</sup> MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Paper do NAEA 153, Outubro de 2000, p. 5.

<sup>323</sup> CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, p. 138.

serem utilizadas para a criação de gado<sup>324</sup>. Na descrição da fazenda de Manoel José Lourenço de Carvalho, em Mosqueiro, são descritos apenas animais bovinos, o inventário, porém não traz o valor do montante final da fortuna<sup>325</sup>. Em Soure, na propriedade de Fernando Maria da Cunha são descritos animais bovinos e cavalares, tendo montante calculado em 484:930\$128 réis (38£)<sup>326</sup>.

Nesse período a novidade dos bens inventariados são as estradas de seringa, que aparecem em 6 processos, num total de 329 estradas. Embora pareça um número muito pequeno em relação à amostra, são importantes por nos apontarem além do investimento direto na borracha, mas também na manutenção de posses de terras em áreas rurais, que estavam tradicionalmente concentradas em mãos de nacionais, principalmente na região do Marajó, área tradicionalmente de sesmarias, heranças geracionais. Portanto, a existência de portugueses com posses de fazendas e exploração de seringueiras, particularmente na Ilha do Marajó, evidencia aqueles que conseguiram abertura para investir em terras e não somente do setor terciário da economia unido à borracha como casas de aviamento, consignações e comissões. Este é o caso de um dos maiores comerciantes de borracha do Pará, Bento Rebelo de Andrade, sócio na firma Dalindo Rocha & Companhia, voltada para o comércio de aviamento, importações, comissões e outras transações, com sede em Belém e filial em Manaus<sup>327</sup>.

No Pará, as maiores concentrações da *hevea brasiliensis* estavam na região das ilhas e ao longo dos rios Xingu e Tapajós<sup>328</sup>. Entre os 6 portugueses que possuíam estradas de seringa, três estavam na Ilha do Marajó, com seringueiras registradas no município de Anajás e um em Chaves. O coronel José Antônio de Resende Júnior, natural de Aveiro, possuía 235 pés da *hevea* no seu seringal, junto com casa de vivenda e um barracão. O seringal fora avaliado em 94:000\$000 réis (4.668 £), e cada seringueira na quantia de 400\$000 réis (19 £)<sup>329</sup>. O inventário do comerciante Antônio Alves da Silva Cunha com 26 estradas registradas

---

<sup>324</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 57.

<sup>325</sup> Inventário de Manoel José Lourenço de Carvalho, ano de 1885. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>326</sup> Inventário de Fernando Maria da Cunha, ano de 1887. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>327</sup> Inventário de Bento Rebelo de Andrade, ano de 1900. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>328</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 57.

<sup>329</sup> Inventário de José Antônio de Resende, ano de 1903. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.



na Intendência de Anajás, comarca de Afuá, não informa o valor recebido pelo seringal após avaliação, sem mais informações sobre a propriedade<sup>330</sup>.

Ainda na região marajoara, Antônio Joaquim da Cruz mantinha 14 estradas de seringa na Ilha Caviana, pertencente à Comarca de Chaves. Percebemos então uma formação triangular no cinturão de exploração do látex na Ilha do Marajó por estes sujeitos, circuncidando as localidades de Anajás, Chaves, Afuá e a Ilha Caviana, bem distantes da capital, como observamos a seguir.

**FIGURA 2.1 – ILHA DO MARAJÓ E MUNICÍPIOS**



**FONTE:** [http:// agracadodia.blogspot.com](http://agracadodia.blogspot.com). Acessado em 17/11/2015, grifo da autora.

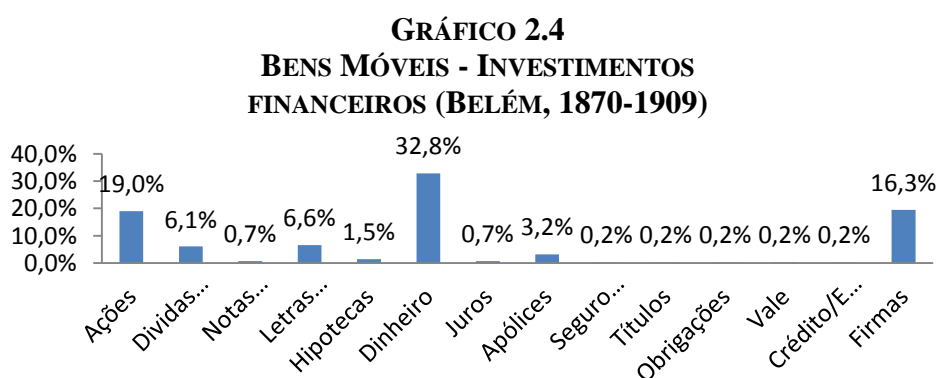
Diferente dos anteriores, Francisco Ferreira do Prado mantinha suas 15 estradas de seringa e o barracão, onde concentrava as atividades que envolviam a extração da borracha, em Mazagão, conhecida também como a “Nova Mazagão”, vila criada ainda no século XVIII por uma comunidade formada por 469 famílias advindas da Fortaleza de Mazagão, possessão da Coroa Portuguesa na África, às margens do rio Mutacá do outro lado da ilha de Marajó<sup>331</sup>.

<sup>330</sup> Inventário de Antônio Alves da Silva Cunha, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>331</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. Varia hist. [2009], vol. 25, n. 41, pp. 347-349.

Weinstein elucida que produtores de borracha de variadas regiões do estado estavam enfrentando problemas em virtude do registro de posses com a implantação da Lei Imperial de Terras, de 1850 e 1854, a partir de então seria necessária a comprovação da ocupação das terras para a legalização de suas posses. Com isso, verificava-se a necessidade de registrar árvores frutíferas, plantações, roçados, e, desse modo, omitindo as estradas de borracha, pois as seringueiras silvestres não eram comprovação de real apossamento do terreno<sup>332</sup>. Assim, tudo quanto fosse nativo não era considerado para fins da posse de terra, pois não era vistos como um investimento ou benfeitorias por parte do proprietário, o que poderia justificar a tomada da propriedade.

Quanto aos bens móveis, inicialmente os investimentos financeiros, percebemos um considerável aumento em comparação a primeira amostra, sobretudo quanto a presença do dinheiro (32,8 % da amostra, correspondente a 135 portugueses), as ações comerciais (19 %, 78 investidores), seguida das letras (27 investidores, 6,6 % da amostra), dívidas ativas (6,1 % da amostra, correspondendo a 25 investidores) e finalmente apólices diversas (3,2%, 13 portugueses), além das firmas comerciais (16,3% dos portugueses, 67 investidores), conforme o gráfico seguinte.



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmiento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909)

Mesmo em meio ao crescimento econômico que Belém vivenciava, muitos paraenses e estrangeiros ricos, com restrições de conseguir crédito à longo prazo, justificando pelo capital escasso e fragmentado em pequenas fortunas particulares, e ainda escassez de recursos privados a culpa pelo baixo nível de progresso agrícola e industrial da região, optaram por investimentos provenientes dos negócios da borracha, como em ações bancárias, que

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 53

chegavam a oferecer rendimentos bem maiores e mais rápidos, juntamente com investimentos nos imóveis urbanos<sup>333</sup>.

Até o ano de 1880 havia apenas um banco de capital na região, o então Banco Comercial do Pará, com um capital de mil contos até os anos de 1870, valor insuficiente para atender a demanda comercial que a comunidade mercantil do Pará precisava à época. Mobilizados pela expansão econômica promovida pela economia da borracha foram fundados outros cinco novos bancos, com capitais investidos do Pará e do Amazonas. Essa expansão do setor de crédito não é restrita a região amazônica e a borracha, encontrado também em regiões como o Vale do Paraíba paulista, sobretudo a partir da década de 1850 com o estabelecimento do Código Comercial e da legislação hipotecária de 1864/65<sup>334</sup>.

Mudanças que condicionaram e foram condicionadas pelas transformações econômicas da economia brasileira de maneira geral. Marcondes destaca que o avanço do capitalismo no país promoveu alterações nas condições de financiamento, reduzindo o espaço do “capital comercial e/ou usuário e incentivando o capital bancário”. A modernização do mercado de capitais, que incluem bancos, sociedades acionárias, entre outros, encontravam-se limitadas pelas imperfeições de mercado (elevados custos de transação e assimetria de informações, principalmente em regiões distantes dos centros comerciais) que asseguravam a predominância do crédito pessoal, pautado em uma rede de relações de amizade, parentesco e dependência pessoal, que facilitavam na obtenção de informações sobre o devedor e no controle dos débitos<sup>335</sup>.

Na década de 80 do século XIX foram criados os Bancos do Pará e de Belém. O Banco Comercial do Pará, fundado em 9 de abril de 1883, começou com um capital de giro no valor de 10.000:000\$000 réis (897.988 £), e mais 1.520:000\$000 réis (136.494 £) de reserva. Sua diretoria era formada por pelo menos três portugueses, de nosso conhecimento: o presidente Bernardo Ferreira de Oliveira, que também assumiu a presidência da Companhia União Paraense de Seguros<sup>336</sup> e ocupou vários cargos na diretoria da Sociedade Beneficente Portuguesa<sup>337</sup>, o vice presidente Júlio Lambert Pereira e o diretor Antônio José Soares. O banco tinha correspondentes em vários países entre eles Portugal, Inglaterra, França,

<sup>333</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 107.

<sup>334</sup> MARCONDES, Renato Leite. **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista(1865-87)**. Revista Brasileira de Economia: Rio de Janeiro 56(1): 147-170. Janeiro/Março de 2002, p. 147.

<sup>335</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>336</sup> CACCAVONI, Arthur. **Pará Commercial na Exposição de Paris**. Pará, 1900, p. 99.

<sup>337</sup> História da Sociedade Portuguesa Beneficente. *op. cit.*, pp. 76, 157 e 160.

Alemanha, Espanha e Estados Unidos, no Brasil ainda abarcava as cidade do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, Manaus, Maranhão e outras. Em relatório apresentado no ano de 1898 à comunidade que nele investia, o banco calculava o valor de suas ações integralizadas (aquelas cujo pagamento já havia sido quitado por parte do acionista que as subscreveram) entre 142\$000 réis (4.2£) e 160\$000 réis (4.7£)<sup>338</sup>.

Na década de 90 surgiram o Banco Emissor do Norte, depois chamado de Banco do Norte do Brasil, e a Sociedade de Crédito Popular, junto com o Banco de Manaus<sup>339</sup>.

Até 1880, quando o Banco Comercial do Pará tinha supremacia sobre o comércio, encontramos apenas o português Bruno Alvares Lobo com um investimento em torno de 70 ações do dito banco, fortuna constituída também por 3 escravos, 6 terrenos e 14 casas, entre outros<sup>340</sup>. Além de investidor no Banco do Pará, Bruno também estava inserido em instituições da comunidade portuguesa no Pará, como a Sociedade Portuguesa Beneficente, onde foi eleito para a presidência nos anos de 1859 e nas eleições de dezembro de 1858<sup>341</sup>, o que demonstra a inserção em várias faces da vida econômica e social na cidade por parte dos lusitanos, especialmente no meio da própria comunidade portuguesa.

Mesmo com a criação das demais instituições bancárias, o primogênito Banco Comercial do Pará, ainda possuía investidores confiantes em seus lucros, como José Augusto Corrêa<sup>342</sup>, estabelecido com firma comercial, dispunha de 100 ações do banco, onde também investiram o negociante João Luís Barbosa com 50 ações<sup>343</sup>, Manoel Ferreira Dias Júnior, comerciante sócio na firma Dias Bastos & Companhia com 50 ações<sup>344</sup>, Cândida Rosa de Faria com 26 ações<sup>345</sup> e o negociante Leonardo José da Silva, com apenas 1 ação deixada em inventário<sup>346</sup>.

---

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 74-77.

<sup>339</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 97

<sup>340</sup> Inventário de Bruno Alvares Lobo, ano de 1880. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>341</sup> História da Sociedade Portuguesa Beneficente. *op. cit.*, p. 35.

<sup>342</sup> Inventário de José Augusto Corrêa, ano de 1892. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>343</sup> Inventário de João Luis Barbosa, ano de 1893. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>344</sup> Inventário de Manoel Ferreira Dias Junior, ano de 1886. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>345</sup> Inventário de Cândida Rosa de Faria, ano de 1895. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>346</sup> Inventário de Leonardo José da Silva, ano de 1899. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

No entanto, mesmo com a expansão do setor bancário, este não extinguiu totalmente as formas tradicionais de crédito, que envolviam diversos negociantes que continuaram a emprestar pequenas quantias à amigos e conhecidos com taxa de juros reduzida, se comparada ao sistema bancário<sup>347</sup>. Dono de um crédito no valor de 250\$000 réis (16 £), Ricardo da Silva Ferreira deixa-o como herança e a ordem de cobrá-lo de um sujeito que estava, à data de seus testamento, em Portugal<sup>348</sup>.

Longe de limitarem seus investimentos em ações bancárias, os portugueses aproveitaram a remodelação da cidade para garantir boas aplicações também na área de serviços públicos.

Um dos empreendimentos mais importantes nessa área talvez tenha sido a Companhia das Águas do Grão-Pará, que dirigiu a construção, o funcionamento e a manutenção do abastecimento de água em Belém durante os anos de 1881 a 1895. Com ações no valor de 100 mil réis a companhia conseguiu atrair um grande numero de acionistas, como José Augusto Corrêa, estabelecido com firma comercial em Belém que, a data de abertura de seu inventário em 1892, possuía 1200 ações da Companhia das Águas, tendo declarado ainda investimentos em imóveis em Portugal, 120 ações da Companhia Urbana, 2 ações da Companhia de Seguros Paraense, 100 ações do Banco Comercial do Pará, 307 letras hipotecarias, 5 apólices, 14 apólices do Estado do Para e dinheiro.<sup>349</sup>

A Companhia das Águas chegou a ser felicitada pelos serviços públicos prestados, em nota no jornal A Província, durante a década de 1880. No entanto, devemos atentar ao fato de em algumas situações estas felicitações públicas para empresas ou mesmo rede de serviços públicos envolvam outros interesses, além da real satisfação pelo serviço prestado à população, como questões políticas entre seus dirigentes, interesses mútuos de favorecimento social. Contrastando com o cenário de sucesso da companhia, a década de 90 trouxe um súbito revés para sua sorte. Em virtude do crescimento populacional acelerado, era exigido um aumento na capacidade operacional do sistema de abastecimento, em seguida o recém governo republicano instaurado, por motivos sanitários, resolveu extinguir poços e fontes públicas, o que exigia uma reorganização de grande monta. Carente de recursos necessários

---

<sup>347</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 97.

<sup>348</sup> Inventário de Ricardo da Silva Ferreira, ano de 1905. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível - Cartório Santiago.

<sup>349</sup> Inventário de Jose Augusto Correa, ano de 1892. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

para custear estas modificações e adequações, os então diretores da companhia teriam solicitado ao governo a desapropriação, em condições favoráveis<sup>350</sup>.

As companhias de seguros e os investimentos em apólices foram resultados da dinâmica comercial que o próprio país vivenciava, seja na região paulista e carioca com o café como na amazônica com a borracha. Estas fontes de crédito e rendimentos foram importantes para o próprio sustento das estruturas produtivas, haja vista que os rendimentos alcançados eram aplicados no melhoramento dos arranjos privados da economia, e mesmo na estrutura pública da cidade, fazendo com que o dinheiro pudesse circular de forma mais constante. Como defendido por Marcondes, o próprio avanço do capitalismo no país produziu alterações nas condições de financiamento, sobretudo pelas novas exigências que o mercado impunha sobre os produtores. A borracha não se faria ausente destas novas facetas, especialmente pela inserção crescente do produto nos mercados internacionais.

Cabe-nos ainda destacar a presença e representatividade das firmas comerciais como um dos investimentos que alcançou o maior índice de crescimento do primeiro período para este, passando de 3 ocorrências para 67 firmas declaradas, que atuavam em várias frentes, seja em pequenos comércios do varejo de mercadorias, livrarias, empresas de consignações e comissões, importados, entre outros, sendo a maior parte destas inseridas nos montantes acima dos 100 contos, com maiores rendimentos.

A *Casa Pekin*, firma João Costa & C<sup>a</sup>, era do português Jose da Costa Braga<sup>351</sup> e João Moreira Costa (nacionalidade desconhecida), especializada em louças, cristais, vidros e candeeiros, estabelecida na rua Conselheiro João Alfredo nº 96. A loja tinha seis sessões: louças e porcelanas, cristais e vidraçaria, lustres e candeeiros, christofle e eletro-plate (talheres, artigos de mesa, serviços para chá e café, porta joias e bibelôs), artigos de bohemia e vários artigos. Trabalhava com importações da França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, China, Japão e América do Norte, e aceitava consignações de toda espécie. Considerada como um empreendimento “digno da prosperidade” pela qual passava a Amazônia, fez parte do livro “*O Pará Commercial*”, distribuído na exposição de Paris de 1900, a fim de que fosse do conhecimento dos “países cultos o progresso e prosperidade do estado do Pará”<sup>352</sup>.

---

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>351</sup> Inventário de Jose da Costa Braga, ano de 1903. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>352</sup> CACCAVONI, *op. cit.*, p. 5-30.

Na imagem seguinte podemos visualizar o interior da casa de comércio e a variedade de produtos que dispunham. Saltando aos olhos as louças, os cristais e a diversidade de lustres.

#### IMAGEM 2.1– INTERIOR DA CASA COMERCIAL “PEKIN”



FONTE: Biblioteca Digital “Fórum Landi”, disponível em <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital>.

A *Ribeiro da Silva & Companhia*, uma das maiores firmas de Belém, voltada para o comércio de ferragens e de aviamento, era propriedade de José Caetano Ribeiro da Silva<sup>353</sup>, matriculada na Junta Comercial do Pará em 1899, em sociedade com seu filho José Caetano Junior, Antônio José Alves e Manoel Rodrigues de Santana, os dois últimos, respectivamente,

---

<sup>353</sup> Inventário de José Caetano Ribeiro da Silva, ano de 1900. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

português e brasileiro. A presença de um sócio brasileiro, possivelmente paraense, poderia garantir à firma maior credibilidade, confiança no mercado da província, principalmente quando consideramos os conflitos que de antemão nortearam a relação entre portugueses e paraenses na primeira metade do século XIX, que culminaram na Cabanagem<sup>354</sup>. Além disso, a presença de um sócio português nos leva a entender que por estarem distantes de sua terra natal, os imigrantes ainda buscavam manter laços com seus conterrâneos, uma rede de solidariedade, que também estreitava os laços com a terra natal.

Em seu inventário datado de 1900, José Caetano possuía uma fortuna calculada em 1.169:638\$819 contos de réis (45. 615 £) composta por casas, um total de 18 unidades, terrenos, 2 unidades, e o capital proveniente da firma comercial. Percebemos, então, que a fortuna do dito português retrata a nova tendência de investimentos vigente na sociedade paraense, onde as estruturas ligadas a terra decrescem, dando espaço para os investimentos na cidade, principalmente em casas e terrenos em áreas de expansão do centro urbano.

O português também se destaca por sua atuação na *Praça do Comércio*, que mais tarde mudou seu nome para Associação Comercial do Pará, onde ao lado do também influente comerciante português Bento Rebello de Andrade, participou das reuniões que reorganizaram aquela associação, tendo seus nomes revezados nos seus diversos cargos, desde a presidência às diretorias<sup>355</sup>. A projeção de José Caetano também, se estende à Beneficente Portuguesa, para onde foi eleito vice presidente em 1857<sup>356</sup>. Em 1858 foi eleito para comissão julgadora das contas da diretoria da instituição beneficente<sup>357</sup>. José Caetano ainda pode ser encontrado em notas de jornais locais como doador de valores para os naufragos do brigue português “Rocha”, em 1859<sup>358</sup>, comprovando a rede de solidariedade que havia entre a comunidade portuguesa no Pará.

Além dos investimentos financeiros, ainda pudemos encontrar uma variedade de bens móveis, como embarcações, móveis domésticos, joias e mercadorias, estas últimas

---

<sup>354</sup> Sobre as animosidades que culminaram na Cabanagem, Cf. FERREIRA, Eliana Ramos. **As mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto**. In: Faces da história da Amazônia. NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto – Belém: Paka-Tatu, 2006; MOURA, Danielle Figueiredo. **Economia e ideias de civilização no contexto da Cabanagem, 1836-1839**. In: Tesouros da Memória – História e Patrimônio no Grão Pará. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & ALVES, Moema de Bacelar (orgs)- Belém: Ministério da Fazenda – Gerencia Regional de Administração no Pará/Museu de Artes de Belém, 2009; RICCI, Magda. **História amotinada: memórias da Cabanagem**. Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, Belém, v. 12, n.1/2, p. 13-28, 1993.

<sup>355</sup> CANCELA, *op. cit.*, p. 366.

<sup>356</sup> História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, *op. cit.* p. 28.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 37.

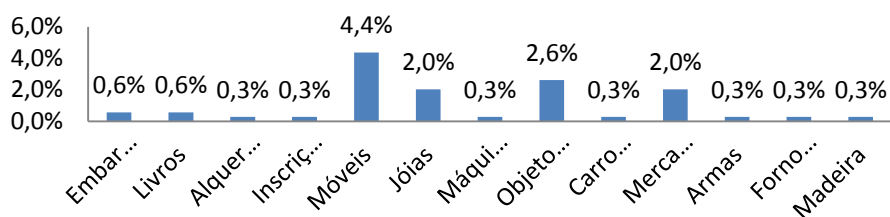
<sup>358</sup> JORNAL GAZETA OFFICIAL, 12 de Janeiro de 1859, p. 22.



especialmente em inventários de comerciantes, como o processo inventarial do dono de uma livraria, o português Francisco Xavier Pinheiro Braga, onde se lê uma relação de vários livros<sup>359</sup>. Há ainda Manoel Joaquim de Souza, estabelecido com a firma comercial Moreira Gomes & Companhia, destinada à venda a grosso ou retalho de mercadorias e gêneros, especialmente ferragens, com trabalhos de compra e vendas, exportação e importação de ferragens, trânsito e comércio bancário, havendo a descrição de vários itens de ferragens no arrolamento de bens<sup>360</sup>.

A descrição desses bens materiais no decorrer dos anos vai sendo substituída pela citação ampla dos investimentos financeiros, que incluem as ações, letras, apólices e outros, notadamente pela maior valorização destes em meio a um contexto que vive intensamente as mudanças advindas da economia pulsante de exportação da borracha.

**GRÁFICO 2.5**  
**BENS MÓVEIS - MATERIAIS**  
**(BELÉM, 1870-1909)**



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-190)

Entre os bens semoventes, escravos e animais, o número de proprietários sofre um aumento se comparado aos anos anteriores, mas o número de cativos cai bruscamente. Os animais, em posse de 6 proprietários, se distribuem entre as fazendas e as quintas/sítios encontrados. São, sobretudo, gado vacum, garrotes e cavalares.

Nesta amostra encontramos 13 proprietários de escravos que juntos possuíam um plantel com 42 indivíduos, contrastando com os 378 encontrados em mãos de 9 proprietários no primeiro período de análise. A maior parte dos cativos, um número de 10, pertenciam ao

<sup>359</sup> Inventário de Francisco Xavier Pinheiro Braga, ano de 1889. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>360</sup> Inventário de Manoel Joaquim de Souza, ano de 1907. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

comendador Joaquim da Silva Arantes, que possuía entre terrenos e casas, um sítio sem localização exata.

Entre junho de 1885 e maio de 1887, a taxa de declínio da população escrava no Grão Pará alcançou 47,9%, diminuindo de 20.218 cativos para 10.535 cativos, sendo então a quinta maior do Império, atrás de localidades no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e Paraná. Essas elevadas taxas de declínio podem ser explicadas como resultado de falecimento, a aplicação da legislação emancipadora ou pelo avanço do abolicionismo nessas localidades nos anos finais da escravidão, tanto que entre 1871 até meados de 1885, 3.962 escravos haviam falecido. Além disso, o número de ingênuos filhos de mulheres escravas libertos pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, até 30 de junho de 1885, na província paraense, era de ordem de 10.685 crianças; o número das libertações dos escravos sexagenários no Pará, da ordem de 919 pessoas entre 1885 e 1887; o Fundo de Emancipação no Pará libertou mais de 687 indivíduos por alforrias pagas pelos escravos, e as concedidas pelos senhores, entre 1871 e 1885, libertou 7.258 cativos<sup>361</sup>.

\* \* \*

Os 368 inventários deste período já nos ajudam a ampliar nosso olhar e perceber a presença portuguesa em meio a sociedade de Belém, seja por meio de seus investimentos no comércio com pequenas, médias e grandes casas comerciais, ou na busca pela associação da comunidade portuguesa com a criação de entidades beneficentes e recreativas, percebemos ainda a inserção e circulação pelas instituições bancárias e comerciais, além da constante circularidade pelos espaços dos interiores e por sua terra natal.

Neste período de maior liquidez do dinheiro na praça comercial do Pará, sobretudo em virtude dos lucrativos negócios da borracha, percebemos que a maior parte dos portugueses, de nossa amostra, detém quantias representativas de dinheiro, prova disso são as fortunas que se concentram na faixa acima dos cem contos de reis, num total de 72 indivíduos. A maior parte destas fortunas estava ligada à sujeitos que atuavam no setor terciário da economia, o que reafirma a importância que os portugueses tiveram para ampliação e consolidação da vida

---

<sup>361</sup> BEZERRA NETO, *op. cit.*, p. 116.

comercial de Belém, seja com grandes investimentos, ou com seus pequenos comércios de bairro.

Este montante financeiro, que envolvia investimentos imobiliários, acesso aos capitais de crédito bancário e de instituições de crédito acionários, aliado a inserção social que mencionamos anteriormente, em instituições de crédito, sociedades beneficentes, recreativas e comerciais, reitera a inserção dos lusitanos na elite mercantil da cidade, permitindo melhor visualizarmos suas atuações, embora nas demais temporalidades, mesmo que não tão aparentes, eles estivessem circulando por estes mesmos espaços e fortalecendo suas influencias.

O investimento dos imigrantes em imóveis em Belém é algo que se intensifica. Os portugueses aproveitaram o crescimento urbano e populacional para ampliar suas rendas. Comparado ao período anterior o investimento em casas cresce de 52% para 54,7%, um percentual mínimo de 2 por cento, no entanto numericamente são 140 indivíduos a mais, comparado ao período anterior, adquirindo imóveis na cidade, uma alternativa às oscilações do sistema bancário, embora este também seja um espaço muito comum dos portugueses serem encontrados, sejam como acionistas, seja como dirigentes.

Além das edificações, os investimentos em terrenos se acentuaram, chegando a 37,3% do total de bens imóveis, percentual correspondente a 103 indivíduos, contrastando com os 28% do período anterior, em que apenas 6 inventariados descrevem a posse deste bem.

Ao contrário do que o primeiro período de análise demonstrou, nesta sessão não encontramos portugueses envolvidos diretamente na produção e exportação de outros bens agrícolas que não fossem a borracha, embora tantos outros produtos continuassem em pauta das exportações ao lado da borracha, tais como o cacau, arroz, algodão e açúcar.

Chamamos atenção para a posse de quintas/sítios que passa de 1 para 11 propriedades descritas, o que representa 4% dos imóveis, evidenciando uma procura por áreas afastadas dos centros onde pudessem ter pequenas produções ou apenas casas de vivenda longe do movimento da cidade, que pudessem prover momentos de maior tranquilidade. Embora exista este aumento nestas áreas, os empreendimentos na cidade ainda continuam assumindo supremacia entre os portugueses. Há ainda aqueles que preferiam ter estas áreas em sua terra natal, fazendo da partida algo não definitivo, por entendermos que a manutenção de bens em Portugal implicava também em frequentes viagens, em circularidade constante.

De modo geral, os imóveis citados não inauguram esse tipo de investimento, na verdade o que se percebe é a ampliação no número de sujeitos que recorrem a eles como fonte de renda. Os investimentos se acentuam numericamente também em virtude da disponibilidade de mais fontes para a análise deste período, disponibilidade numérica não tão expressiva para o período anterior.

Um elemento ainda ausente nos primeiros anos, agora aparecerá discretamente entre os legados: as estradas de seringa. As seis unidades de propriedades que possuíam estradas de seringa apontam a participação direta dos lusitanos no extrativismo da borracha, sendo donos de seringais, o que ficava, em maior número, a cargo dos nacionais, cabendo aos estrangeiros maior participação no aviamento e no comércio da produção.

A cidade durante estes 39 anos alcança seu maior crescimento, sobretudo em termos econômicos. As firmas que antes somavam três unidades, agora passam para 67, a estrutura bancária se expande, os serviços públicos na cidade também são ampliados, junto com as instituições beneficentes e recreativas, e em todas estas instâncias pudemos encontrar boa parte dos portugueses de nossa amostra.

As ações comerciais dos bancos, companhias de seguros, entre outros, também estão entre os elementos de maior crescimento durante os anos, com mais de 70 sujeitos declarando a posse dos bens. As quantias em dinheiro, letras comerciais e apólices também serão mais frequentes entre os legados, todos em números crescentes se comparados às primeiras décadas analisadas anteriormente.

A classificação dos portugueses conforme seus negócios tornou-se algo muito difícil e frágil, pois a concentração de investimentos em apenas uma espécie de bem era restrita, sendo mais comum encontrá-los entre os vários setores. Ou seja, o proprietário também era acionista e seringalista, o dono de engenho também era fazendeiro e capitalista, o capitalista ainda era dono de firma e proprietário, o que demonstra a descentralização dos investimentos em função da diversidade de oportunidades que surgiam, como no período anterior.

Em resumo, todas as transformações econômicas pelas quais a cidade passava, serviram de estopim para a formação de novos olhares sobre suas estruturas e os benefícios que elas traziam para quem nelas investiam. Os sujeitos precisavam ampliar e/ou reconfigurar suas formas de investimentos para melhor obter os benefícios que, sobretudo, a borracha trazia para a economia do Pará, em especial para sua capital Belém, pelo menos para uma

parcela de sua população envolvida nos negócios e nas atividades rentistas. Claro que o uso destes benefícios será sentido de maneira diferente pelos inúmeros sujeitos que compõem a cidade, em especial os portugueses, os quais pelos dados que levantamos, alcançaram ao menos uma pequena parcela do todo que circulava na cidade.

Dessa maneira, podemos afirmar que boa parte dos portugueses, que tratamos nessa amostra, faz parte de uma elite, uma elite mercantil consolidada nestes anos de boom da borracha, estando no topo das estruturas de autoridade e ou de distribuição de recursos em Belém, usufruindo diretamente dos benefícios que a dinamicidade da cidade lhes proporcionava.

### **2.3 - ALOCAÇÕES DO PATRIMÔNIO DURANTE A DECADÊNCIA E PÓS-DECADÊNCIA DA BORRACHA, 1910 – 1930**

O Norte era sempre a parte enjeitada do país. E a época das vacas gordas na Amazônia não voltaria nunca mais. Adeus borracha! Adeus, Mercado! Veneza, adeus! E aquilo que pensava ter sido farto e bom, ao tempo do velho Lemos, voltava-lhe agora obscuro e sujo, em que elê aparecia, tão enxovalhado, vaiado, cuspidor quanto o senador[...]. – bom dia, seu Virgílio, sabe da nova? Era o velho contínuo, que vivia do cais. Tinha o hábito de mentir, mas sempre boas notícias[...] – sabe seu Virgílio que a borracha vai subir? – Pela primeira vez, Bernardino, trouxe uma má notícia, uma triste mentira, Bernardino[...]<sup>362</sup>.

A obra de Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão Pará*, conta a história de Alfredo, menino pobre do interior do Marajó que vem estudar para Belém, instalando-se na casa dos Alcântara, família que vivia sob o saudosismo dos bons tempos vividos com o governo de Antônio Lemos (findo no ano de 1912 em meio a queda da economia gomífera) e o apogeu da borracha, retrata entre outras temáticas a derrocada do poderio econômico do látex. O português Bernardo Ferreira de Oliveira já reclamava em seu inventário, aberto em 1915, da crise financeira pela qual passa o Brasil e o Pará em especial<sup>363</sup>.

No ano de 1910, o mercado mundial foi subitamente afetado pela crise da borracha, depois de dois anos de aumentos firmes e gradativos nos valores da goma, o produto sofreu

<sup>362</sup> JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, p. 70.

<sup>363</sup> Inventário de Bernardo Ferreira de Oliveira, ano de 1915. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

uma das maiores altas o que fez com que muitos capitalistas, pequenos comerciantes, gente de qualquer tipo investisse pesado da produção da borracha bruta. Em maio de 1910, afirma Weinstein, a febre pela borracha estancou, o que parecia ser algo temporário foi se estendendo por meses, alcançando o menor valor já visto em novembro do mesmo ano, um dólar e vinte centavos<sup>364</sup>. Os estoques de borracha no Pará, em 1910, contabilizavam 720 toneladas, mantendo a média de um pouco mais de mil e quinhentas toneladas até o ano de 1916, sofrendo acréscimo somente entre os anos de 1917 e 1919.

Empresários e botânicos britânicos há tempos estavam dedicando seus trabalhos a plantações da hévea na Ásia e por fim alcançaram seu objetivo, domesticando o cultivo das árvores de borracha, com produções em larga escala. De imediato muitos foram os interessados em garantir prosperidade com a borracha, fato que elevou os valores da goma em todo o setor industrial e provocou a consolidação de novas bases financeiras para a nova economia de cultivo, derruindo os negócios da borracha silvestre.<sup>365</sup>

Em mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Pará, em 1910, o governador Dr. João Antônio Luiz Coelho conta de uma convocação feita pela nascente Associação Comercial do Amazonas aos diversos governos amazônicos, a fim de se trocarem ideias a respeito das medidas a adotar para o desenvolvimento e favorecimento das suas indústrias, entre as quais a da borracha, que ocupa o lugar culminante entre aquelas. Enviado os representantes do Pará, a principal nota em discussão foram sobre quais medidas adotar em face do perigo que estava ameaçando a indústria da borracha, principalmente pela concorrente plantação de hévea do Oriente<sup>366</sup>.

A pior onda de falência foi registrada no ano de 1913, após prejuízos sofridos pela safra de 1912. Além das falências sentiram-se quedas dramáticas no capital das empresas, os jornais estampavam páginas inteiras com anúncios de leilões de joias, junto de seringais e vapores<sup>367</sup>. Em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado em 1913, o governador Éneas Martins afirma sofrer o Estado às consequências da baixa no principal produto de exportação e do regime de desequilíbrios que vinham acumulando, sem providências para sua compensação. Em fevereiro de 1912, a borracha fina rendia em números 5:000\$050 réis/kg (333 £), no mesmo mês em 1913 rendia 4:000\$275 réis/kg (266

---

<sup>364</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 241

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 243

<sup>366</sup> PARÁ – Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1910, p. 37-38

<sup>367</sup> *Ibidem*, p. 261-263.

£). O sernamby, conhecido como o “leite que coalha, ou seja, que coagula espontaneamente antes de passar pelo processo de defumação, que no mesmo mês em 1912 foi cotado a 3:000\$510 réis/kg (200 £), em 1913 não rendeu mais de 2:000\$190 réis/kg (133 £)<sup>368</sup>.

Entre os 216 inventários encontrados para este período, que correspondem a 38,5% do total, as fortunas se concentram em uma faixa intermediária, entre os 10 e 39 contos de réis, um total de 64 montantes. Os maiores legados, acima dos 100 contos, passam de 72 ocorrências para 35, queda esperada diante da depressão econômica. Entretanto não estar na faixa com maiores montantes, não significa não ter representatividade diante da sociedade ou não ocupar posições de destaque em determinados meios.

Com a fortuna na casa dos 80 contos, valor ainda expressivo, Constantino Quadros Carvalho, identifica-se com profissão de proprietário em seu inventário<sup>369</sup>. O português também era tesoureiro na Companhia União Paraense de Seguros, importante companhia fundada em 1891, exclusivamente destinada a fazer seguros de vida em todas as suas ramificações. A diretoria da companhia, na qual o português se insere, era formada por “distintos e honrados cidadãos, todos altamente conceituados na Praça do Pará”<sup>370</sup>. Em 1892, o português foi eleito segundo secretário do corpo dirigente da Sociedade Portuguesa Beneficente, para o ano de 1893<sup>371</sup>. Constantino ainda estava na comissão eleita para a reformulação dos estatutos da Sociedade Portuguesa Beneficente, no ano de 1895, ano em que também atuou como tesoureiro junto ao grupo dirigente<sup>372</sup>.

---

<sup>368</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo governador Éneas Martins. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913, p. 41-43.

<sup>369</sup> Inventário de Constantino Quadros Carvalho, ano de 1930. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>370</sup> CACCAVONI, *op. cit.* p. 98-99.

<sup>371</sup> História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará. *op. cit.*, p. 145-159.

<sup>372</sup> MACEDO, Lino de. *op. cit.*, p. 213 \_ 9.

**TABELA 2.3**  
**VALORES DAS FORTUNAS NOS ANOS DE 1910 A 1930**

Montantes	Quantidade	Percentual (%)
Sem indicação	50	23,15
Abaixo de 9:999\$999	23	10,65
10:000\$000-39:999\$999	64	29,63
40:000\$000-69:999\$999	25	11,57
70:000\$000-99:999\$999	19	8,80
Acima de 100:000\$000	35	16,20
Total	216	100 %

**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1910-1930).

Os que tinham seus montantes entre os 10 e 39 contos investiam principalmente em casas (total de 40 indivíduos), terrenos (14 indivíduos) e ações (5 indivíduos). Os que investiam tanto em casas e terrenos somam 12 sujeitos, e nenhum investiam nos três concomitantemente.

Mesmo em meio a falências e leilões, a amostra manteve consideráveis números quanto aos investimentos na cidade, especialmente em casas e terrenos, 65,7% (109 portugueses) e 29,5% (49 portugueses), respectivamente, mantendo um perfil semelhante ao período anterior, demonstrando que os investimentos em imóveis ainda eram tidos como fontes seguras de renda, sobretudo os que se localizavam na área comercial.

O proprietário Cândido José Rodrigues<sup>373</sup>, naturalizado brasileiro no início da República, possuía um total de 14 prédios, entre térreos e sobrados, dos quais 13 estavam na área comercial ou próxima dela. Na Frutuoso Guimarães, número 8, o português tinha um sobrado medindo 9,46mX17,60m de área construída, de quatro portas no térreo, três servindo de entrada para o salão que poderia ser usado para comércio, todo mosaicado e forrado, com banheiro e latrina. A outra porta possuía um corredor mosaicado com escada para acesso ao andar superior, este com quatro janelas, todos com sacada em ferro, duas salas, alcova, gabinete, varanda, assoalhados de acapu e pau amarelo, cozinha, banheiro e latrina mosaicados. Construção descrita como antiga, porém sólida com paredes principais em tijolo e coberto por telhas comuns, construído em terreno da Marinha, que visto pelos avaliadores, recebeu o valor de 35:000\$000 réis (859 £).

<sup>373</sup> Inventário de Cândido José Rodrigues, ano de 1929. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.



Na mesma rua, agora no número 91, o português tinha outro prédio, também descrito como uma construção antiga, no entanto este era térreo, com duas portas e duas janelas, que visto pelos avaliadores recebeu o valor de 4:000\$000 réis (98 £). A diferença no valor dos imóveis explicita claramente a preferência por imóveis com boa construção que pudessem servir de comércio, principalmente os sobrados, prédios com salão comercial em baixo e residência nos autos.

José Cândido ainda era dono de outro sobrado, número 60, na rua senador Manuel Barata, esquina com a Travessa São Mateus, atual Padre Eutíquio. Descrito como uma construção moderna, com azulejos, pavimento inferior com salão mosaicado para estabelecimento comercial, depósito, caixa forte de pedra e cal com porta de ferro, saguão e latrina. O segundo pavimento com corredor de entrada, também mosaicado, tinha escadas de madeira para acesso ao piso superior, sala de visita e de jantar, saleta, três quartos de regular tamanho com corredor, sala de engomar, dois quartos pequenos, dispensa, cozinha, banheiro e latrina. Prédio forrado, com cobertura de telhas de Marselha, medindo 16 metros pela Manuel Barata e 11,13 metros pela São Mateus, avaliado em 50:000\$000 réis (1.228 £). Novamente a diferença nos valores pode ser reflexo da estrutura e das possibilidades de uso que a propriedade pode oferecer, sobretudo comercial.

Belmiro Pacheco Barbosa preferiu investir seu capital em terrenos, ao longo do rio Capim, num total de 11 propriedades, próximos uns dos outros, com cento e cinquenta estradas de seringa em um deles e, em outro, casa de vivenda com dois andares, quartos com pavimento no andar térreo e outros quatro no andar superior<sup>374</sup>. Belmiro nos chama atenção por ainda manter terreno de expressivo tamanho (1320 metros de frente e o equivalente de fundo) com seringa em plena crise e com um bom número de estradas. Avaliado em 4:000\$000 réis (198 £), o terreno era o de segundo maior valor recebido na avaliação dos bens, estando atrás somente de outra posse de terras chamada “Floresta” medindo pouco mais de 12 mil metros quadrados, avaliada em 5:000\$000 réis (248 £).

Quando comparado com o seringal de José Antônio de Resende Júnior, citado anteriormente neste trabalho com inventário aberto em 1903, o de Belmiro reflete claramente a desvalorização que o produto amazônico vinha sofrendo nestes anos de crise. Avaliado em 4 contos de réis, este correspondia a pouco mais de 4% do valor total recebido pelas 235

---

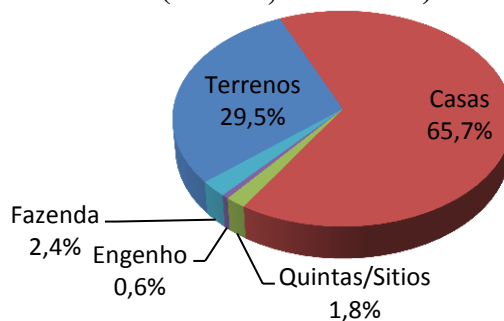
<sup>374</sup> Inventário de Belmiro Pacheco Barbosa, ano de 1916. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível - Cartório Fabiliano Lobato.

estradas de José Antônio, avaliadas em 94 contos. Mesmo considerando a diferença de 85 estradas entre os seringais e mesmo o período no qual foram avaliados, é clara a baixa cotação da borracha na região amazônica, o que conseqüentemente fomentará a venda de posses com seringas por preços baixíssimos, que pudessem ao menos arcar com as despesas processuais ou ainda render algumas cifras favoráveis aos herdeiros.

Sobre a região do rio Capim, bem como os rios Moju, Guamá, Acará e Tocantins, desde o século XVIII, a mesma era classificada como o primeiro círculo de agricultura formado a partir de Belém. Sobre a manutenção de propriedades ao longo destes rios, padre Daniel afirma que:

Estão estes sítios, que mais merecem o nome de boas, e grandes quintas, as margens dos rios: porque para o centro só há vivenda de bichos e feras. Esmeram-se porém tanto nas suas moradias os donos dessas quintas ou sítios, que fazem uma muito alegre perspectiva aos navegantes; e com mais razão pode chamar grandes, soberbos e magníficos palácios, do que casas de campo [...]. (DANIEL *apud* MARIN, 2000, p. 5).

**GRÁFICO 2.6**  
**BENS IMÓVEIS**  
**(BELÉM, 1910-1930)**



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmiento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1910-1930)

O único engenho encontrado pertencia a Manuel Pereira Duarte, natural do distrito de Viseu, junto a Estrada de Ferro de Bragança, onde se fabricava aguardente, farinha e tinha estrutura para serraria, propriedade conhecida por “Santa Joana”. O montante de Manuel Duarte foi calculado em 92:749\$000 réis (6,18 £), portanto dentro da faixa de fortuna com a

menor quantidade de sujeitos, entre os 70 e 99 contos de réis <sup>375</sup>. Já falamos sobre a importância dos portugueses em áreas de expansão de Belém no caso da estrada de ferro, cabe-nos apenas ressaltar a multiplicidade da propriedade, que com mais de uma produção garantiria maiores lucros e utilidade da terra, muitas vezes concorrida em novas áreas de ampliação do centro urbano.

As fazendas, um total de quatro ocorrências, apenas em duas é mencionada sua localização: uma na região da Ilha do Marajó e outra no distrito de São Domingos da Boa Vista <sup>376</sup>, comarca de Belém, a última pertencente a Belmiro Pacheco, citado anteriormente.

Joaquim José Batista de Araújo cita várias propriedades rurais na região do Marajó e outra na colônia de Benevides, mas a apenas uma chama de fazenda, a dita “Boa Vista” às margens do rio Anajás, município de Cachoeira do Arari, onde menciona a construção de um curral para gado. Embora em outra propriedade á margem direita do rio Anabijú, em Muaná, seja declarada a existência de um pequeno curral para gado em uma acanhada propriedade, para o agrupamento dos bens optamos pelas formas como estes são citados nos inventários. Tendo em duas ou em apenas uma propriedade a existência de animais, o importante é a quantidade destes já era abundante, somente em vacas o português possuía 800 unidades, 47 garrotes, 403 bezerros, 77 cavalos de serviço, entre outros. O total da fortuna de Joaquim José alcançou os 279:021\$310 réis (18.5 £), dentro da terceira faixa de fortuna com mais sujeitos participantes, acima dos 100 contos de réis <sup>377</sup>.

Mesmo com os problemas sociais que vieram junto com a crise da borracha, o número de habitantes em Belém continuava crescendo. Cencela mostra que em 1900 a população da capital da província era calculada em 96.560 habitantes, já em 1920 esse número passa para 236.402 habitantes. Destes, mais de duzentos mil habitantes aproximadamente 140 mil eram migrantes nacionais, a maioria oriunda do nordeste refugiados da seca de 1915-1916. Os estrangeiros, em 1920 representavam 8,5% da população da cidade <sup>378</sup>.

É claro que a queda da economia extrativa da borracha silvestre afetou, em grande medida, as estruturas sócio econômicas do Pará e de outros estados que também usufruíam de seus lucros, como o Amazonas, justamente por ser o principal produto de exportação e o qual

<sup>375</sup> Inventário de Manuel Pereira Duarte, ano de 1912. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Santiago.

<sup>376</sup> Localidade ao longo do rio Capim que ainda pertencia a comarca de Belém.

<sup>377</sup> Inventário de Joaquim José Batista de Araújo, ano de 1911. Centro de Memória da Amazônia. 1ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>378</sup> CANCELA, 2011, p. 68-85.

recebia maiores investimentos por parte de nacionais e estrangeiros, no entanto as estruturas que vieram junto ao apogeu da borracha consolidaram suas bases de modo que não sofreram tanto com a queda da economia, em contra partida a outros comerciantes, sobretudo os que viviam restritamente da produção do látex. Contudo, como já destacamos estes não eram muitos, pois os negócios, em sua maioria, eram diversificados. Apenas 6 viviam diretamente da economia da borracha, Apesar de que, mesmo os demais que viviam indiretamente desta economia, também foram afetados pelo déficit econômico em Belém.

De modo que, boa parte das estruturas financeiras, bancos, companhias de serviços urbanos, de seguros e de entretenimento continuaram com suas atividades ativas, devendo alcançar decréscimo em seus rendimentos, mas não chegando a falência propriamente dita.

Em 1914, o Banco Comercial do Pará comunicou a seus acionistas que não seriam distribuídos dividendos aquele ano, devido as falências de B. A. Antunes & Cia.<sup>379</sup>, Melo & Cia., Cerqueira Lima & Cia., Martins & Abreu, e Pereira Bessa & Cia., firmas estas que, em conjunto, deviam ao banco 4.000 contos (249.781 £)<sup>380</sup>. O banco perdeu em números, mas ainda continuava sendo fonte de investimentos para indivíduos como Cândido José Rodrigues, já mencionado anteriormente com sua vultuosa fortuna em imóveis, que detinha a posse de 801 ações do Banco Comercial do Pará, a data de abertura de seu inventário, em 1929. Uma quantidade numerosa que pode indicar ou uma baixa no valor das ações e por isso a aquisição ficou mais acessível, ou manutenção da importância e dos rendimentos que o banco ainda possibilitava para quem nele investisse, mesmo após o período de maior crise.

As ações, sejam bancárias ou de outros serviços, depois do dinheiro ainda circulante na praça, assumiram supremacia nos investimentos financeiros dos portugueses de nossa pesquisa durante o período de crise, semelhante ao período anterior de apogeu. A mudança nos ativos reflete os próprios movimentos da sociedade no qual os portugueses estão inseridos, que também permite visualizar os ainda possíveis meios de enriquecimento ou mesmo de sobrevivência na cidade.

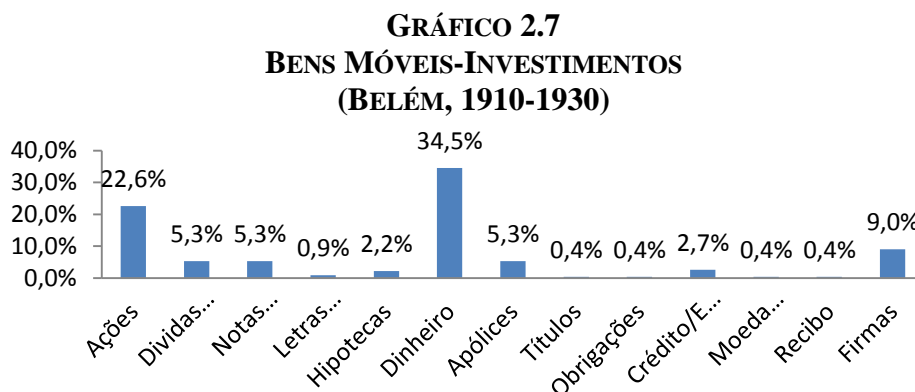
Weinstein esclarece que como a atividade bancária desenvolveu-se, em grande medida, para servir aos negócios da borracha, não se admira que os primeiros esforços fossem quase que inteiramente financiados pelo capital português, pelo grande número destes nos investimentos das instituições em ações, mesmo que, ao final do século XIX, muitas famílias

---

<sup>379</sup> A firma B. A. Antunes pertencia ao português Bernardo Antônio Antunes, Visconde de Nazaré, cujo inventário foi aberto em 1913, e o testamento lavrado no ano de 1903 em Lisboa, onde ainda consta a dita firma como parte de seu legado, que deveria ser dividido em harmonia entre seus herdeiros, como pede no mesmo testamento, anexado ao dito inventário.

<sup>380</sup> WEINSTEIN, *op. cit.*, p. 263.

paraenses financeiramente, politicamente e socialmente preeminentes fossem encontradas como importantes acionistas<sup>381</sup>. Números que ficam mais claros no gráfico a seguir.



FONTES: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1910-1930).

Não limitando seus investimentos em ações bancárias, os portugueses aproveitaram a remodelação da cidade e tornaram-se acionistas de serviços urbanos, como na viação urbana, com o uso dos bondes elétricos, símbolo da modernidade e dinamicidade à urbe amazônica.

Em 1907, na antiga estação da Independência com a presença do então intendente Antônio Lemos, do governador Augusto Montenegro e do gerente da *Pará Electric Railways and Lighting Company*, o sr. G. L. Andres, do padre Luis Borges e por demais autoridades do estado, foi inaugurado o serviço de viação pública. A empresa já era responsável pela iluminação a gás, autorizada a funcionar por um decreto federal desde o ano de 1905<sup>382</sup>.

Pensando no crescimento do centro urbano de Belém e conseqüentemente da empresa, foi que Joaquim da Costa Oliveira adquiriu 330 ações da *Pará Electric*, descritas em seu inventário aberto em 1913. Além das ações da empresa de iluminação e viação, o português natural de Braga, com profissão de capitalista, ainda deixa de herança apólices federais, mais de cem ações do Banco do Pará e dinheiro<sup>383</sup>.

Outro empreendimento lucrativo era na Fábrica de Cerveja Paraense, onde Antônio Alves de Faria possuía 500 ações<sup>384</sup>. Empreendimento também de portugueses, fora

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>382</sup> SARGES, *op. cit.*, p. 152.

<sup>383</sup> Inventário de Joaquim da Costa Oliveira, ano de 1913. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>384</sup> Inventário de Antônio Alves de Faria, ano de 1924. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

classificada como “orgulho para a indústria do Pará e um estabelecimento modelo”, a fábrica negociava com as praças do Amazonas, Maranhão, Ceará, Piauí, Parnaíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, comercializando além dos vários tipos de cerveja, refrigerante, bebidas tônicas e gelo<sup>385</sup>.

Muitos foram os portugueses que investiram em ações durante este período, no entanto esbarramos na dificuldade de se encontrar informações precisas sobre as diversas companhias e empresas procuradas para investimentos. Algumas encontramos em pequenas notas, citações vez ou outra, mas em nenhuma nos foi possível encontrar informações mais claras sobre sua formação, como o Jockey Club do Pará e a Companhia Pastoral.

Por fim, como um dos três maiores investimentos, encontramos as firmas comerciais, que passaram de 67 na amostra anterior para apenas 20 unidades citadas nos inventários. Um decréscimo já esperado em virtude da crise e do número reduzido de anos para a análise, mas um número ainda importante por demonstrar a resistência, sobrevivência dos comerciantes em meio ao desgaste que vivia a praça comercial de Belém.

Antônio Alves Moreira Junior, já mencionado neste trabalho, é um exemplo de sobrevivência a esta crise. Natural do Porto, Antônio tinha uma firma comercial em sociedade com José Maria Marques, a Moreira Gomes “Casa Bancária e Armazém de Ferragens”<sup>386</sup> com circulação em todas as praças de comércio mais importantes do período<sup>387</sup>. Quando do período da maior onda de falência na praça de Belém, Weinstein afirma que a Moreira Gomes & Cia., saiu apenas 750 contos mais pobre, ao lado dos 2.200 contos perdidos, em conjunto, pelos Banco do Pará e Banco Comercial do Pará<sup>388</sup>. Em seu inventário aberto em 1929, o português deixava uma fortuna no valor de 1.993:350\$896 (48.964 £), a maior encontrada para o período, onde constavam quatro terrenos e 26 imóveis em Belém, junto a uma fortuna em ações, promissórias, letras comerciais e dinheiro, que concentravam os maiores valores de seu legado. Entre os imóveis deixados o melhor avaliado foi um sobrado na rua Conselheiro João Alfredo, no centro do comércio, no valor de 130:000\$000 réis(3.193£).

---

<sup>385</sup> Cf. MACEDO, Lino. *op. cit.*, p. 76; CALHEIROS, Jayme. **Album Commercial do Pará**. Pará, 1915, p. 156; **Album da Colônia Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Oficinas Gráficas do “Numero...” de Carinhas & Cia L<sup>a</sup>., p. 35.

<sup>386</sup> Inventário de Antônio Alves Moreira Junior, ano de 1929. Centro de Memória da Amazônia. 11<sup>a</sup> Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

<sup>387</sup> CALHEIROS, *op. cit.*, p. 56.

<sup>388</sup> WEINSTEINS, *op. cit.* p. 262.

O sobrado mais bem avaliado de Moreira Junior media 17m80 cm de frente por 16m38cm de fundo, fazendo esquina com a travessa Campos Sales. As paredes principais eram em pedra e cal, ares de perna manca e ripas no telhado, coberto de telhas, estrutura dividida em três pavimentos. O andar térreo com seis portas para a rua e cinco para a travessa, vasto salão corrido, mosaicado e forrado, banheiro, detalhes ingleses e saguão cimentado. Escadarias que davam acesso aos dois andares superiores, assoalhados de acapú e pau amarelo, forrados, cada um com seis janelas para a frente e cinco para o lado, todas com sacadas de ferro, várias salas com varanda, sentinas e banheiros, além de compartimento próprio em cada uma delas para dormitório, com cozinha em cada um dos andares.

As firmas encontradas ainda nos permitem perceber a abertura que os portugueses tinham em estabelecer sociedade com brasileiros. Junto do brasileiro Darlindo Augusto Cardoso, o português Olímpio Bana mantinha uma firma chamada “Camisaria Esperança”, voltada para o comércio a retalho de artigos masculinos, principalmente de camisaria e chapelaria, localizada no centro do comércio de Belém, na Rua Conselheiro João Alfredo nº 7. O capital era de 20:000\$000 réis (590 £), entrando cada um dos sócios com a metade do valor<sup>389</sup>. O inventário de Olímpio, infelizmente, não nos permite saber o valor deixado em herança pelo falecido e nem os valores que a firma lhe rendeu durante a liquidação.

Uma das únicas firmas declaradas com trabalho direto na exportação de borracha foi a *Silva Soares & Cia.*, de Antônio da Silva Soares, que possuía duas filiais em Altamira, um seringal de nome “Silvares”, e trabalhava diretamente com exportação de borracha. Seu montante foi calculado em 293:013\$160 réis (18.297 £), proveniente tão somente dos ativos da firma, sem declarar imóveis ou outros bens. Interessante em seu passivo, em suas dívidas, são os aluguéis a serem pagos de duas casas: uma no Ver o Peso no valor de 350\$000 réis (21£) e de outra na Quintino Bocaiúva nº 94, em 150\$000 (9£)<sup>390</sup>, todos em nome do inventariado.

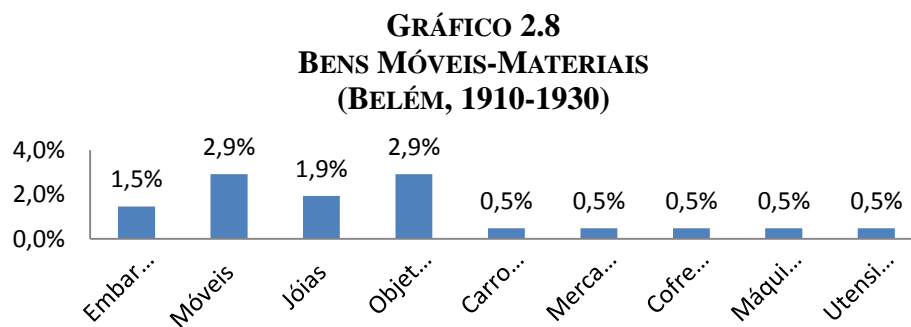
Conforme o gráfico, os bens móveis de cunho material, sofrem decréscimo em ocorrência e descrição minuciosa, aspecto que se torna comum quanto mais recentes os inventários se tornam, demonstrando uma readequação no capital simbólico e monetário desses

---

<sup>389</sup> Inventário de Olímpio Bana, ano de 1926. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

<sup>390</sup> Inventário de Antônio da Silva Soares, ano de 1914. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

bens, que mesmo existentes em boas quantidades, eram vistos como algo que não mais valia a pena arrolar no inventário.



**FONTES:** Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1910-1930).

Apenas 3 inventariados declaram possuir embarcações, sem detalhes sobre tais; 6 deixam móveis domésticos no arrolamento de bens; 6 também deixam roupas, utensílios de cozinha, classificados em objetos variados, e 4 portugueses ainda descrevem a existência de joias em suas heranças. Reflexo da nova valorização que determinados bens recebem, em detrimento de outros.

\* \* \*

Embora este último período seja entendido como o de maior desastre na economia da Amazônia, esperávamos que os números encontrados fossem também desastrosos, que as quedas fossem definitivamente drásticas, o que não necessariamente as fontes nos mostraram. Encontramos redução dos capitais, redução no número de firmas, mas notamos a ampliação de portugueses investindo em residências, o que indica que a cidade ainda demandava serviços de aluguéis de imóveis, embora mergulhada em recessão, a cidade ainda pulsava.

Questões que nos levam a refletir se não foi dado um caráter muito drástico a crise, se não houve uma supervalorização dos meios de comunicação sobre as perdas que a praça do comércio de Belém, em especial, sofria, e que embora algumas estruturas tivessem perdido capitais, a posse de imóveis úteis para o aluguel ainda era vista como uma excelente fonte de renda, sobretudo porque não houve declínio rígido na população e também pelo aumento,



mesmo que pequeno, dos investimentos em imóveis na cidade em comparação ao período anteriormente estudado (casas e terrenos). Mesmo que estes portugueses tenham perdido dinheiro em seus acordos comerciais, ainda mantinham-se firmes na busca por meios de sustentação, pela execução de atividades rentistas, passando a viver de rendas. Embora tenhamos que destacar que estes imigrantes, investidores em diversas áreas podem não ter sentido a crise de forma intensa, no entanto os mais pobres devem ter sentido com mais expressividade, sobretudo pela redução nos postos de trabalho diretamente com a extração da borracha, os aluguéis que possivelmente sofreram reajuste de valores, e por fim o aumento do custo de vida na cidade, no comércio, por exemplo, a fim de amenizar as perdas de capital.

Um dos principais elementos característico da fase de boom eram as firmas comerciais que se distribuíam por entre as inúmeras esquinas de Belém e que comercializavam de tudo um pouco. Para este período estas estruturas caem para 20 unidades declaradas, redução já esperada por conta das perdas econômicas, no entanto, não restringindo o decréscimo à falência propriamente dita, ainda podemos considerar a possível liquidação das firmas quando dos primeiros sinais de crise, ou mesmo sua venda, implicando em seu desaparecimento nos legados, o que justifica o aumento de imigrantes que declarava deixar “dinheiro” como herança.

O número de inventários também diminuiu, o que reduz, porém não compromete, nossas observações. Justificativas para essa redução estão na ocultação de naturalidade do inventariado, a ausência de outros documentos que pudessem nos confirmar sua origem e mesmo a redução da temporalidade, com apenas 20 anos de observação. Outro elemento a se considerar é expressiva naturalização de portugueses.

Por meio do decreto n. 58-A, sancionado pelo Governo Provisório em 14 de Dezembro de 1889, foi adotado no Brasil o instituto legal da Grande Naturalização, impondo a naturalidade aos estrangeiros radicados no país àquela data, excetuando apenas os que se manifestassem em sentido contrário. A Grande Naturalização vinha sendo sugerida há vários anos e se destinava, segundo seus proponentes, defensores da atração de europeus para o país, a facultar aos imigrantes trabalhar no mesmo nível moral, a lado e a par dos nacionais, a bem do progresso e grandeza do Brasil. O projeto de incorporar amplo contingente de mão de obra europeia à população brasileira se inseria nas teses de branqueamento, bastante em voga nos

anos de colapso do sistema escravagista<sup>391</sup>. Beneficiados pelas leis republicanas, ser ou não português deixou de ser realçado nos inventários.

Redução também percebida nos valores das heranças, estes agora se concentravam entre os dez e trinta e nove contos de réis. Dentre os que estavam acima dos cem contos, a redução foi de pelo menos quarenta fortunas, queda influenciada, possivelmente, pela crise do comércio. O aumento nas outras faixas de fortuna ainda pode ser justificado pela redução de capital sofrida na praça, que fez boa parte das maiores fortunas também sofrerem redução, tendo, estas, possivelmente se realocado nas demais faixas estabelecidas.

O investimento em residências foi o que sofreu discreto aumento, passando de 54% para 65%, aproximadamente. Números que nos permitem visualizar um redirecionamento dos negócios, haja vista que ainda estando inseridos em uma urbe populosa e que ainda atraía contingentes populacionais, a buscar por moradias continuaria constante, e agora que o comércio com a borracha estava em declínio, aqueles que estavam inseridos neste setor poderiam redirecionar suas casas comerciais para outros produtos de consumo da população, fazendo com que a demanda por moradia nas diversas áreas da cidade continuasse constante.

Observando os valores atribuídos à edificações descritas, percebemos que estes não sofreram grandes reajustes a considerar sua localização e utilidade. Um prédio dito de “construção moderna”, descrito neste terceiro período, localizado na Campos Sales esquina com São Mateus, foi avaliado em 50:000\$000 réis, tendo salão no pavimento inferior para comércio. Na mesma São Mateus, durante o segundo período visto, também encontramos um prédio de 2 andares com grades de ferro nas janelas, quartos, dispensa, cozinha, varanda, todo forrado em construção de pedra e cal, avaliado em 16:000\$000. Mais de 30 contos de diferença entre um valor e outro, porém a diferença pode estar relacionada a maior proximidade de um com a área comercial, em detrimento de outro, e embora com todas as lamurias da crise, continuava a ser uma área importante para a cidade.

## **2.4 – Apontamentos não finais**

Muitos dos que tratam das questões que envolvem a figura do imigrante buscam direcionar suas análises sobre aquilo que diferencia este sujeito do restante da sociedade, no

---

<sup>391</sup> MENDES, 2011, p. 93.

que ele se diferencia dos nacionais ou de outros grupos que dividem junto com ele a caracterização de imigrante, o diferente.

O destino do imigrante é construído nessa cidade de Belém pelas oportunidades que ela os apresenta no momento da chegada. A formação de um patrimônio em boa parte centrado na área urbana, indica que alguns destes sujeitos tiveram acesso a esta área, ao contrário dos espaços rurais, que centrados na mão de grupos estabelecidos bem antes de sua chegada, não foram igualmente disponíveis aos recém-chegados, o que não isenta a ocorrência de portugueses com negócios ligados a terra, como bem exemplificamos anteriormente. Se as oportunidades são escassas para o imigrante, ele engrossa uma camada de desocupados, empobrecidos que, sem oportunidades de emprego, recorreram às Ligas de Repatriação para voltarem à terra natal, com a mancha do “insucesso”.

Os negócios da terra, como engenhos, fazendas, plantações, entraram em decréscimo nas descrições de herança desde os primeiros anos de estudo até os finais, ou pela dita dificuldade em ter posses nestas localidades ou mesmo por entender que estes setores não lhes poderiam render tanto quanto os negócios aplicados na cidade, em desenvolvimento. Excetuando as quintas/sítios que sofreram um aumento.

A concentração de bens em áreas urbanas começou ainda na década de 1840 e foi consolidando-se no decorrer dos anos na medida em que a cidade também avançava. No que diz respeito às casas, por exemplo, percebemos seu constante aumento por entre os noventa anos de estudo. Embora em alguns momentos haja um crescimento mínimo, este tipo de investimento manteve-se constante e muito presente entre os portugueses, sejam aqueles que dispunham de uma ou duas residências, para aqueles que possuíam dez ou vinte imóveis na cidade, que entendemos serem voltados para o aluguel. O mesmo aconteceu com os terrenos, começando de forma discreta, sua frequência foi crescendo ao passar dos anos, na medida em que a cidade crescia, a população aumentava, e era necessário que novos espaços de vivenda fossem estabelecidos.

O crescimento de Belém também proporcionou aos sujeitos novas formas de investir seus capitais. Eles poderiam escolher entre a rede bancária, ampliada ainda na década de 1880, as firmas seguradoras, sociedades comerciais ou mesmo investir em todas estas. As ações bancárias apareceram minimamente nos primeiros anos de estudo, e assim como os imóveis, sofreram um crescimento constante até no momento em que a praça comercial de Belém sofria com os déficits da borracha. As ações poderiam ser encontradas em dezenas e

até em milhares, conforme seus valores de compra e o capital disponível de cada investidor. O dinheiro corrente, também se mostrou frequente e crescente durante os anos, demonstrando a liquidez econômica que a praça comercial de Belém mantinha e manteve, mesmo nos anos da dita “crise da borracha”, como demonstramos nos dados apresentados.

Outro elemento que acompanhou o crescimento da cidade foram as firmas comerciais, fossem pequenos comércios de secos e molhados, alfaiataria, padaria ou mercearias, até grandes firmas de consignação e aviamento, que favoreceriam a circulação do dinheiro, refletindo também nos valores dos montantes, crescentes do primeiro para o segundo período de análise, quando muitos circulavam acima dos cem contos de réis, decrescendo no terceiro período em função das perdas sofridas com queda da borracha.

O número de inventários levantados também sofreu variação entre os anos. O crescimento expressivo do primeiro período de análise para o segundo favoreceu e muito a ampliação das interpretações e das informações que os processos nos forneciam sobre o imigrante e sobre os espaços por onde ele circulava. Embora haja uma diminuição de aproximadamente oitenta inventários para os últimos anos de observação, por fatores anteriormente mencionados, não sentimos que as análises foram comprometidas, e nem que deixamos de ter acesso a informações satisfatórias sobre o movimento da cidade naquele período, lido através da composição das fortunas, e nem mesmo da vivência deste português, em sua composição familiar, relações profissionais e associativas.

O português vindo na migração uma estratégia de sobrevivência, alternativa para conflitos familiares e individuais, força motriz para o exercício de profissões e habilidades, ajudou a costurar a história de Belém especialmente em um período de maior expressividade da província em meio ao cenário amazônico e nacional nos meados do século XIX e início do XX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho que trate da imigração portuguesa para o Brasil ou mesmo para o Pará não é nunca concluir, porque sempre existem novos temas, novas descobertas e novas fontes para reescrever sobre a história destes imigrantes...Mas, consideramos importante ressaltar que embora nosso trabalho veja a imigração portuguesa em Belém para além dos números de sua origem, ocupação ou condição civil, em virtude de buscar direcionar a atenção para as questões patrimoniais que envolvem estes sujeitos, ainda há muito o que se fazer nos estudos de portugueses no Pará, das suas histórias, contribuições e peculiaridades.

As pesquisas existentes sobre esse fluxo têm realizado avanços significativos para entender o comportamento destes sujeitos ainda em Portugal e principalmente na chegada ao Brasil. A historiografia portuguesa tem se empenhado em estudar os impactos das saídas nas respectivas áreas, analisando a composição dos grupos, os perfis, e o impacto sofrido na demografia do país, o que levou, por vezes, à promoção de medidas de controle sobre as saídas, ou mesmo o incentivo principalmente quando da balança comercial em déficit, tendo nas remessas um auxílio às contas do Estado. Estes estudos se ocupam também em examinar as razões das saídas, os impactos sofridos pela população quando da ampla inserção do capitalismo, da mecanização dos serviços, o que inclui ainda a má distribuição agrária nos distritos, a falta de capitais para incentivo de uma produção agrária ampla e eficiente que agregasse as dezenas de trabalhadores, que mesmo quando recebem aumento dos salários, são reajustes que não supriam a carestia da subsistência, aspectos que para Oliveira Martins soam como a “desordem da economia interna” portuguesa.

Aos estudiosos no Brasil, coube investigar também o perfil destes sujeitos transatlânticos, saltando aos olhos, porém, a preocupação em examinar a inserção deles no meio social, a receptividade, os conflitos, as disputas por trabalho, participação na política, entre outros aspectos que relacionam a figura do imigrante português a um elemento comum nas vias da sociedade, constante pelas sucessivas entradas no país e por suas dinâmicas estratégias de participação da sociedade receptora. Importante ainda ressaltar que estas questões só foram passíveis de observação na medida em que as fontes sobre esses movimentos foram reveladas, tornando-se disponíveis à pesquisa, remodelando as interpretações sobre os portugueses no país. No Pará, não foi e não está sendo diferente. O que vemos hoje é a ampliação dessa temática como consequência de um esforço em busca de

novas fontes sobre estes sujeitos, ou mesmo no direcionamento de olhares e interpretações diferentes sobre fontes já trabalhadas, promovendo a variedade de temas e, conseqüentemente, novas inquietações. O trato com as novas e já conhecidas fontes sobre os portugueses no Pará tem proporcionado novas estratégias de estudo, fazendo com que haja a real possibilidade em se estreitar, ainda mais, o território do Pará com Portugal, aquele entendido como a “cidade de afinidades litorais” com o território português.

Os inventários *post mortem* não são fontes desconhecidas por nossos pesquisadores, e muitos são os trabalhos que deles já se utilizaram, no entanto acreditamos que inventariar todo esse grupo de portugueses e rastrear suas fortunas nada mais é que dar margem, abrir caminhos para que novas interpretações sejam feitas a partir destas fontes, estudando aspectos essenciais dessa imigração tão importante para a sociedade belenense. No fio das lembranças, das histórias de família, dos conflitos, das fortunas que os inventários e mesmo os testamentos mostram é possível identificar um mosaico rico e variado pelo qual as trajetórias dos imigrantes se fazem ver. Para além destas fontes, as principais deste estudo, acreditamos que a procura por fontes complementares foi importantíssima para o enriquecimento das informações sobre a movimentação dos imigrantes na cidade. Circulando entre Álbuns, Almanques, Livros sobre a “Colônia Portuguesa” e seus feitos em Belém, pudemos notar, claramente, a facilidade com que estes sujeitos estabeleceram suas raízes e se adaptaram à Belém, além de buscarem conservar características que pudessem garantir a proximidade, ou mesmo a lembrança, da/com a terra natal.

Interessa-nos mencionar também a igualdade que pudemos observar entre os imigrantes e os nacionais quanto a aquisição de bens, mesmo que haja uma distribuição maior de terras entre nacionais, os portugueses ainda conseguiram arrematar posses nos interiores e mesmo nas áreas próximas a cidade. A participação em negócios nos interiores e nas cidades ainda demonstra a circularidade que estes sujeitos tinham entre as localidades, fazendo com que seus investimentos não fossem, à regra, mantidos restritamente nas zonas urbanas, onde exerciam a maior parte de suas ocupações.

Ocupações que também não podem ser entendidas como um padrão, haja vista que em meio à ideia do “se virar como pode” na cidade, estes sujeitos foram se inserindo em negócios diferenciados, na medida em que eles mesmo criavam as oportunidades. Dessa forma, um comerciante estabelecido com taberna em Belém também era fazendeiro ou poderia ter áreas de exploração de seringa; um médico poderia ocupar-se com a produção do engenho de sua

família. Aqui realidades criadas, mas quando cruzadas com as fontes das quais dispomos tornam-se possíveis e comprovam a sagacidade que estes imigrantes tiveram em desenvolver estratégias para sua sobrevivência e circulação por entre as estruturas da cidade. Estratégias para inserção que também agregam os enlaces matrimoniais com naturais, ou mesmo a presença de filhos, sem necessariamente legalizar a união. Táticas notadas nas diversas temporalidades que abarcam o tema da participação portuguesa no Pará, e na cidade de Belém.

Os anos de 1840 abrem as portas para uma série de mudanças em praticamente todas as estruturas de Belém, melhor observadas dentro de uma longa duração. Marcando o fim da Cabanagem, a década de quarenta dará prosseguimento a um movimento de crescimento econômico da província, que chegará a década de sessenta como uma das mais expressivas e promissoras economias do país, em virtude da extração e exportação da borracha, responsável por aumentar, consideravelmente, a arrecadação dos cofres públicos e por patrocinar uma série de beneficiamentos na cidade, que irão atingir e dar oportunidade aos portugueses, seja na aquisição de imóveis, firmas e alguma terra que conseguissem arrematar. Na Belém “rica”, dos grandes seringalistas, dos “barões e viscondes”, que crescia na economia, na população e no traçado urbano, os portugueses puderam projetar a sonhada “árvore das patacas”, a fonte da riqueza, e dela se apropriaram de modo que se tornaram tão conhecidos e influentes quanto os nacionais.

Especialmente no capítulo dois mostramos a evolução desta riqueza inventariada pelos portugueses. No primeiro período, de 1840 a 1869, o patrimônio se mostrou concentrado em torno das dívidas ativas, das casas e terrenos na cidade, engenhos e escravos, com a aquisição de joias, móveis domésticos e dinheiro. A circularidade dos sujeitos se refletirá, sobretudo, na manutenção de engenhos nos interiores e a fixação de moradias na capital, além da participação em diferentes ocupações, ora como agricultores, proprietários, ou mesmo comerciantes. As fortunas com maiores montantes concentram os investimentos em bens rurais, novamente os engenhos, junto de embarcações e plantações. As firmas comerciais surgem como um tímido investimento para então tomarem fôlego nos anos seguintes, quando a cidade consolida o ritmo de crescimento. Como foram localizados poucos processos, não se pode dizer que este padrão representa, ou mesmo espelha o dos demais imigrantes, mas já nos garante margem para comparar com outros grupos da cidade.

No segundo momento, entre os anos de 1869 e 1909, na “Belle Époque” paraense, a área urbana da cidade já se mostrava mais desenvolvida, concentrando boa parte dos portugueses no setor terciário da economia. A distribuição do patrimônio não se difere totalmente daquela identificada no período anterior, o que observamos é uma ampliação nos investimentos em imóveis na cidade, entre casas e terrenos, a diminuição já esperada do acúmulo de cativos, e como novidade as estradas de seringa, em localidades do interior do estado, especialmente na região da Ilha do Marajó, onde desde o período colonial havia uma concentração de nacionais por conta das distribuições de sesmarias. Neste período os imóveis dividiram espaço com as dezenas de firmas, dezenas por vezes milhares de ações das mais variadas companhias e instituições bancárias, de clubes, empresas de serviços públicos que vieram junto à criação de uma Belém moderna, à altura da riqueza que a borracha garantia aos cofres da província, não á toa que o dinheiro corrente será um elemento comum na maioria das heranças. As fortunas se concentram acima dos cem contos de réis, pertencentes a indivíduos atuantes no setor terciário da economia, reafirmando a importante participação que os portugueses tiveram para a consolidação de uma ampla rede comercial na cidade.

Por fim, no terceiro período, tendo Belém sufocada pela temível crise da borracha, a partir de 1910, o que encontramos foi a continuação de um padrão nas fortunas iniciado na década de 70, quando do auge da borracha. Continuava-se inventariando dezenas de casas e terrenos na cidade e arredores, centenas de ações, inúmeras firmas, o dinheiro continuava corrente entre as fortunas, enfim, embora com todas as desgraças que a crise da borracha trouxe à população, como se costumou mencionar, o imigrante, e por que não, o restante da população teve que se adaptar a uma nova realidade. As fortunas agora se concentravam entre os dez e quarenta contos de réis, ainda sob o predomínio do setor terciário. As firmas foram encontradas em menor número, no entanto o “dinheiro” sofreu aumento nos legados, o que pode indicar a venda antecipada das firmas, ou mesmo suas liquidações, quando dos primeiros sinais de crise na economia, concentrando a fortuna em valores líquidos. O investimento em imóveis na cidade cresceu em 11% comparado ao período de *boom*, demonstrando a manutenção de um contingente expressivo de pessoas em busca de moradia. De modo que o retrocesso da liquidez econômica em Belém não foi suficiente para fazer com que os portugueses, de modo especial, alterassem seu padrão de acumulação patrimonial.

Após estas considerações, podemos afirmar que a borracha teve papel de extrema importância na elevação dos níveis e formas de alocação da riqueza entre os portugueses inventariados em Belém, sendo, inclusive, a maior responsável pelo enriquecimento de



diversas famílias portuguesas ou mesmo de sujeitos isolados. Riqueza da borracha que se estendeu pelas vias públicas, pelas áreas de entretenimento, pelos portos, mas que não necessariamente atingiu as demais parcelas da população, o que seria o outro lado da chamada Belle Époque paraense, o fausto.

Os bens adquiridos durante os anos de maior liquidez econômica tornaram-se constantes entre os portugueses nas diferentes temporalidades, de modo que não é possível identificar mudanças bruscas entre a composição dos patrimônios e nas formas de adquiri-los, demonstrando estabilidade entre os negócios portugueses empreendidos em Belém durante a maior parte do século XIX e início do XX.

## **FONTES**

### **FONTES MANUSCRITAS**

#### **I - ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE BELÉM (ACMB)**

Livro de Registro de Casamento do Curato da Sé de Belém, ano de 1885.

#### **II - CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA/UFPA)**

Cartório Fabiliano Lobato/11ª Vara Cível, 1857-1930, 208 documentos.

Cartório Leão/4ª Vara Cível, 1862-1927, 20 documentos.

Cartório Santiago/1ª Vara Cível, 1889-1930, 64 documentos.

Cartório Sarmento/14ª Vara Cível, 1840-1923, 47 documentos.

Cartório Odhon Rossard/2ª Vara Cível, 1866-1927, 222 documentos.

### **FONTES IMPRESSAS**

#### **I - BIBLIOTECA FRAN PAXECO – GRÊMIO LITERÁRIO E RECREATIVO PORTUGUÊS**

##### a) Álbuns

Album Commercial do Pará. Sob responsabilidade de Jayme CALHEIROS. Publicado por ocasião do tricentenário da fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Pará/Brasil, 1915.

Álbum “O Pará Commercial na Exposição de Paris, 1900” de Arthur CACCAVONI. Divulgando entre os salões da Europa, o autor pretendia que o álbum afirmasse bem alto o engrandecimento comercial e industrial, fazendo com que se julgue com justiça e imparcialidade o progresso e civilização do colosso brasileiro, a Amazônia. O álbum traz informações sobre a cidade de Belém, seus governantes, suas redes de serviços públicos, empreendimentos bancários, comerciais, companhias, entre outros.

## b) Almanques

Almanak do Pará: Commercial, Industrial e Administrativo para o anno de 1890. Org. por Pinto BARBOSA. 4º Anno. Tipografia dos Editores Proprietários Pinto Barbosa & C., rua 13 de Maio esquina da travessa 7 de Setembro. Belém/Pará.

## c) Jornais

Jornal Gazeta Official (1858-1860): Publicação diária, exceto nos domingos (a partir de 1859 começaram a publicar edições aos domingos). Subscrita na Tipografia Comercial de Antônio José Rabello Guimarães – Rua Formosa, nº 31 (em 1859 muda-se para a TV. São Mateus, nº 2 AA).

## d) Livros

MACÊDO, Lino de. **Amazônia: Repositório alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, animais, aves, peixes, lendas, costumes, clima, população, riquezas, monumentos, progressos, tarifas, indicações úteis, propriedades e curiosidades do grandioso vale do Amazonas.** Lisboa: Tipografia Adolfo Mendonça, Rua do Corpo Santo, nº 46, 48 e 50, 1906.

**História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará.** Ampliação do resumo escrito por Arthur Vianna em 1904 e publicado no Jornal do Commercio. Publicação comemorativa do 60º aniversário da Sociedade. Belém/Pará. Livraria Gillet de Torres & C<sup>a</sup>, Rua Conselheiro João Alfredo, nº 52. 1914.

**Livro das Habilitações Consulares do Vice Consulado de Portugal em Belém,** anos de 1843 a 1979, informações consolidadas em base de dados com pouco mais de 10.500 registros.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento da População do Imperio do Brazil a que se Procedei no dia 1º de Agosto de 1872. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1873.

### **III - RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ (RPP)**

PARÁ - Discurso recitado pelo exm.o snr. doutor Bernardo de Souza Franco, presidente da província do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839. Pará, Typ. de Santos & menor, 1839.

PARÁ - Discurso recitado pelo exm. snr. doutor João Antonio de Miranda, presidente da provincia do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.

PARÁ - Falla dirigida pelo exm. o senhor. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram-Pará, á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

PARÁ – Relatório Apresentado ao Exº Sr. Angelo Thomaz do Amaral pelo primeiro vice – presidente da Província do Gram Pará, o Exm. Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis. Em 15 de Agosto de 1860. Pará, Typ. Commercial de Antonio Joze Rabello Guimaraes, Rua dos Mercadores, casa Nº 6 AA, 1860.

PARÁ - Relatório apresentado á Assembléia Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. presidente da província, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.o de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

PARÁ - Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial por s. exc.a o sr. vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, presidente da provincia, em 15 de agosto de 1867. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

PARÀ – Presidência da Província, Visconde do Arary. Relatório passado pelo Vice Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare em 6 de agosto de 1868. Typ. Do Dário do Gram Pará, 1868.

PARÁ - Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da provincia, abriu a 2.a sessão da 18.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 1.o de julho de 1873. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873.

PARÁ - Relatório apresentado pelo excellentíssimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880.

PARA - Relatório, Presidente Antônio Jose Ferreira Braga, em 18 de setembro de 1889. Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889.

#### **IV - RELATÓRIOS DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

PARÁ – Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, Governador do Estado. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1910.

PARÁ - Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo governador Éneas Martins. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1913.

PARA - Mensagem, apresentada ao congresso em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura, 7 de setembro de 1925, pelo Governador do Estado, 1925.

#### **V - VIAJANTES E MEMORIALISTA**

BAENA. Antônio Ladislau Monteiro. Compendio das Eras da Província do Pará. Belém: UFPA, 1969.

BATES, Henry Walter. Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista**. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.
- ALVES, Jorge Fernandes. **Lógicas migratórias no Porto oitocentista**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHAO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern. *Emigração/ Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal (sec XIX e XX). Lisboa: Fragmentos, 1993.
- ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros: Emigração e retorno no Porto oitocentista**. Gráficas reunidas: Porto, 1994.
- AMORIM, Paulo & FERRARIA, Maria José. **A Emigração para o Brasil através dos Livros de Registros de Passaportes do Governo Civil do Porto (1880-1890)**. In: *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Edições Afrontamento/CEPESE. Porto: 2007.
- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em História, 2012.
- BAENA. Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra: Família e Sistema sucessório de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BARTH, Fredrik. **Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades**. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e Compadrio em Belém em meados dos Oitocentos**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia- Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.
- BASTOS, Sênia. **Na cidade de São Paulo em meados do século 19**. In: MATOS, Maria Izilda S. de [et al.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP:Edusp, 2008.

- BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-c. 1870.** (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- BAZE, Abrahim. **Ferreira de Castro – um imigrante na Amazônia.** Manaus: Editora Valer, 2010.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e cultura.** 3º ed. Manaus, Valer, 2009.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão Pará.** Belém: PakaTatu, 2001.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Histórias Urbanas de Liberdade: escravos em Fuga na Cidade de Belém, 1860-1888.** Revista Afro-Ásia, nº 28 (2002), 221-250.
- BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. **Além das fronteiras: O cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais.** São Paulo: Humanitas, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. **A Longa Duração.** História e Ciências Sociais. Lisboa: Editora Presença, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo nos séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano.** V. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAGA, Theodoro Reis. **História do Pará: resumo didactico.** São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1931.
- BOSCHILIA, R. “**Tecendo memórias: imigrantes portugueses, trabalho fabril e relações de gênero**”. In. M. Marujo, A. Baptista, R. Barbosa (org) *The voice and choice of portuguese immigrant women, A vez e a voz da mulher imigrante portuguesa.* Toronto, University of Toronto, 2005, p. 79-84.
- BOSCHILIA, Roseli. “**A Sociedade Portuguesa em Curitiba: Um projeto identitário**”. In: MATOS et al.(org.) *Deslocamentos e Histórias: Os portugueses.* Bauru/São Paulo/EDUSC, 2008.p 339-356.
- BULAMARQUI, Ruth. **Transformações demográficas numa economia extrativa: Pará (1872-1920).** (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha (Belém, 1870-1920).** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – Programa de Pós Graduação em História Econômica, 2006.
- CANCELA, Cristina Donza. “**Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)**” In: Fernando de Sousa, Ismênia Martins & Maria Izilda Matos, *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil, Porto/Portugal, Afrontamento,* 2009.

- CANCELA, Cristina Donza. **Riqueza, alianças e contratos de dotação em Belém (1870-1920)**. In: *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, 5(2), jul.-dez./2010.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)**, Belém, Editora Açai, 2011.
- CANCELA Donza Cristina & BARROSO, Daniel Souza. “**Casamentos portugueses em uma capital da Amazônia. Perfil demográfico, normas e redes sociais**”. Belém (1891-1920). *História*, v°15, n° 01, São Leopoldo, Unisinos, jan-abril, 2011, p.60-67.
- CANCELA, Cristina Donza. **Os portugueses em Belém: imigração, patrimônio, alianças e sociabilidade(1850-1920)**. 2012. Projeto de pesquisa, Universidade Federal do Pará, Belém & Universidade de Lisboa, Lisboa. CNPQ/CAPES, 2012.
- CANCELA, Cristina Donza et. al. “**Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória**” In: *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. 1° ed.São Paulo : Alameda, 2013, v.1, p. 485-500.
- CANCELA, Cristina Donza. **Imigração Portuguesa: fluxos, características e trajetórias (Pará-Belém/1850-1930)**. 2015. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Pará, Belém. CNPQ, 2015.
- CARVALHO, Marcos Antonio. **Bebendo açai comendo bacalhau: Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do XX**. (Tese de Doutorado em História) Universidade do Porto/Faculdade de Letras/ Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Porto/Portugal, 2011.
- CASTRO, Celeste. **A emigração na freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)**. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. 1. ed. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.
- CYPRIANO, Paula Leitão & MENEZES, Lená Medeiros. “**Imigração e Negócios: Comerciantes portugueses segundo os registros do comércio da capital do Império (1851-1870)**”. In. MATOS, Maria Izilda S. de [et at.]. *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Bauru/SP:Edusp, 2008.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **Representação política no Império**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. 2. Ed. Belém: CEJUP, 1992.



- CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**. 2 Ed. Belém, EDUFPA, 1996.
- EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950) - Pioneirismo Econômico e Identidade**. Belém: Editora da UFPA, 2008.
- EMMI, Marília Ferreira. “**A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses**” Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú-MG-Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897)**. (Tese). Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA, Eliana Ramos. “**As mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto**”. In: Faces da história da Amazônia. NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto – Belém: Paka-Tatu, 2006.
- FERREIRA, Diogo Teixeira Guedes (2010). “**A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)**”. In Entre Mares: O Brasil dos Portugueses. SARGES, Maria de Nazaré [et at.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- FERREIRA, Diogo & ROCHA, Ricardo. “**A emigração do distrito do Porto para o Brasil durante a I República Portuguesa (1910-1926)**”. In. De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et at.], 2013.
- FLORES, Maria Bernadete ramos. **Povoadores da fronteira: Os casais açorianos rumo ao sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2000.
- FONSECA, Vítor da. “**Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1916**”, In: PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 221-237.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. **Preferem-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, v. 12, n.1/2, p. 67-84, 1993.
- FONTES, Edilza. **Preferem-se portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. (Tese de Doutorado em História) São Paulo, Unicamp, 2002.
- FRUTUOSO, Maria Suzel. **A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)**. (Dissertação de Mestrado em História)- FFLCH-USP, São Paulo, 1989.

- FURTADO, Júnia Ferreira. **“Testamento e inventários: A morte como testemunho da vida”**. In: PINSKY, Carla Bassanezi & De Luca, Tânia Regina. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. *Varia hist.* [2009], vol. 25, n. 41, 2009.
- GANDON, Tania Riserio. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX**. Salvador: editora EDUNB, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro (org.) **Histórias de imigrantes e imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- GRANJA, Rosemary da Silva. **Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna viagem na ficção camiliana**. (Tese) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo –USP. São Paulo, 2009.
- GUIMARAES, Luiz Antônio Valente. **As casas e as coisas: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias em Belém – 1800-1850**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006.
- HEINZ, Flávio (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa: A benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, UFPA, 2013.
- IMÍZCOZ, José Maria. **“Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global**. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, III série vol. 5. 2004.
- JUNQUEIRO, Guerra. **Finis Patriae** (1890), 6ª ed., 1890.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.
- KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- KLEIN, Herbert. **A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX**. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, p. 235-265.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

- FERNANDES, J. A. F. & VACA, L. E. A. **“Uma casa portuguesa com certeza”**: Um estudo sobre a influencia do Grêmio Literário e Recreativo Português na inserção produtiva de migrantes portugueses em Belém,Pa. Papers do NAEA. N° 336, 2014.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Editora Açaí, 2010, p. 304-305.
- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2012.
- LOBO, Eulália Maria. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LOPES, Maria Tereza Braga Soares. **Emigração legal portuguesa no distrito de Aveiro.(1882-1894)**. Porto, 1993.
- LOPES, Maria Tereza Braga Soares. **Correntes de opinião publica e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)**. CEPESSE/Publicações, 1995.
- LOPES, Cristiane Fernnades. **“Imigração Portuguesa e Divórcio”**. In. População e Família/Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH/USP, 1998, 89-112.
- LOPES, Luciana Suaréz. **Sob os olhos de São Sebastião – A cafeicultura e as mutações na riqueza em Ribeirão Preto, 1849 – 1900**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2005.
- MACEDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2009.
- MARCONDES, Renato Leite. **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista(1865-87)**. Revista Brasileira de Economia: Rio de Janeiro 56(1): 147-170. Janeiro/Março de 2002.
- MARIN, Rosa Acevedo. **“As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX”**. Revista Estudos Econômicos, nº15. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE/USP), 1985.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Paper do NAEA 153, Outubro de 2000.
- MARQUES, Fernando L. T. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos do Século XVIII e XIX**. 2004. 193 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

- MARTINEZ, Cláudia Eliane. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no Vale do Paraopeba/MG (1840-1914)**. (Tese). Programa de Pós Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, 2006.
- MARTINS, Oliveira. **Fomento rural e emigração**. Guimarães Editores: Lisboa, 1994.
- MARTINS, Joana. “**A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)**”. In. De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et at.] p. 239-252, 2013.
- MATOS, M. I. Santos de. “**Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. São Paulo, 1890-1930**”. In. *Emigração e Imigração em Portugal*. Lisboa, ed. Fragmentos, 1993, p. 218-237.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas**. Margem, São Paulo. Nº 15, p. 237-252, Jun. 2002.
- MATOS, Maria Izilda et al. (org). **Deslocamentos & Histórias: Os portugueses**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008.
- MATOS, Maria Izilda, **Âncora de emoções: A imigração portuguesa**. Cadernos CERU, série 2, vol 19, n.01, junho de 2008.
- MATOS, Maria Izilda de. **Portugueses em São Paulo: Registros e Ingressos (1912): Hospedaria do Imigrante – Listas de Bordo e Livros de Registro**. SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia & MATOS, Maria Izilda. *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal, Afrontamento, 2009.
- MATOS, Maria Izilda & LEITÃO, Alfredo. **Portugueses em São Paulo: trabalho e ação política**. Dimensões, vol. 26, 2011, p. 113-135.
- MATTOS, Maria Izilda Santos de. **Mulheres imigrantes portuguesas: ações, resistências e lutas**. In: ANDREAZZA, Maria Luíza; BOSCHILIA, Roseli (org.). *Portuguesas na Diáspora - Histórias e Sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- MATOS, Izilda Santos de. **Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX**. Bauru, SP: Edusc, 2013.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950)**. In: *De colonos a imigrantes- I (E) migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.
- MELO, Hildete Pereira de. **O Café e a Economia Fluminense: 1889-1920**. In. História Econômica da Primeira República. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo:

HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 216-217.

MELO, Marina da Silveira e. **Geofísica aplicada à Arqueologia: Investigação no sítio histórico Murucutu, em Belém, Pará.** (Dissertação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geofísica. Belém, 2007.

MELLO, Zélia Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.

MENDES, José Saccheta Ramos. **Laços de sangue: privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil.** Porto: CEPESSE, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Imigração e Comércio: silêncios sobre a mulher.** In: Entre Mares: O Brasil dos Portugueses. SARGES, Maria de Nazaré [et at.] – Belém: Editora Pakatatu, 2010.

MONTEIRO, Miguel. **Migrante, Emigrantes e “brasileiros”: territórios, itinerários, trajectórias (834-1926).** Fafe, 2000.

MOURA, Daniella de Almeida. **A República Paraense em Festa (1890-1911).** (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MOURA, Danielle Figueiredo. **Economia e ideias de civilização no contexto da Cabanagem, 1836-1839.** In: Tesouros da Memória – História e Patrimônio no Grão Pará. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & ALVES, Moema de Bacelar (orgs)- Belém: Ministério da Fazenda – Gerencia Regional de Administração no Pará/Museu de Artes de Belém, 2009.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do Dote – Mulheres, Famílias e Mudança Social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIZZA da Silva, Maria Beatriz. **“A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil”.** *Análise Social*, v. 22, n.92-93, 1986.

NUNES, Francivaldo Alves. **A Semente da Colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889).** (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O Caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX.** *Encontro com a Civilização Brasileira*. nº 11, maio, 1979.

- OLIVEIRA, M. Tereza de. **Indústria Têxtil Mineira do Século XIX**. In. História Econômica da Primeira República. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002.
- OLIVEIRA, Martins. **Fomento Rural e Emigração**. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão Negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Belém, 2011.
- PASCAL, M. A. Macedo. **“Portugueses em São Paulo. A Face feminina da emigração”**. São Paulo: Expressão e Arte Editora.
- PENTEADO, Antônio Rocha. Belém - **Estudos de geografia urbana**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1968.
- PEREIRA, Miriam Halpern **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru/São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC)/ Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das Migrações. Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. SOCIUS Working Papers. n. 11/2004
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **“Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920”**. Varia História. vol.30 n..54, Belo Horizonte, set./dez. 2014.
- POPINIGIS, Fabiani. **“Operários de Casaca”? – Relações de Trabalho e Lazer no Comércio Carioca na Virada dos Séculos XIX e XX**. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas. Campinas, 2003.
- PRADO, Maria Ligia & CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República**. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 8. Difel, 1977.
- RAMOS, Maria da Conceição. **Migrações internacionais e gênero – dinâmicas de participação das mulheres portuguesas imigrantes**. In: ANDREAZZA, Maria Luíza; BOSCHILIA, Roseli (org.). *Portuguesas na Diáspora - histórias e sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro: documentário da vida rural**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.
- REIS, Arthur César Ferreira. **Síntese de História do Pará**. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, Belém, 1972.

- REZNIK, LUIZ & FERNANDES, Rui. **“Hospedarias de imigrantes nas Américas: A criação da hospedaria da Ilha das Flores”**. *História* (São Paulo), v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014.
- RIBEIRO, Gladys. **Mata-galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na primeira república velha**. São Paulo: brasiliense, 1990.
- RICCI, Magda. **História Amotinada: Memórias da Cabanagem**. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p.13-28, jan.-dez. 1993.
- RICCI, Magda. **“Nação e revolução: a Cabanagem e a experiência da “brasilidade” na Amazônia (1820-1840)”**. In: *T(r)ópicos de Histórias: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XIX)*, ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil**. *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986- Iº, 139-156.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. & CAEIRO, Domingos. **Portugal-Brasil: migrações e migrantes. 1850-1930**. INAPA, Lisboa, 2000.
- ROCHA, Ricardo. **“A emigração do Porto para o Brasil durante a primeira guerra mundial (1914-1918)”**. In: SOUSA, Fernando. et.al. *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos/CEPESE, 2011.
- SALES, Mábia Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias: O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista**. (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, 2012.
- SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro. **A Emigração do Distrito de Bragança para o Brasil no século XIX (1884-1890)**. In: *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. SARGES, Maria de Nazaré [et at.] – Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- SAMARA, Eni de Mesquita. (org.). **Testamentos e Inventários: Fontes Documentais para a História Social e Econômica de São Paulo séculos XVIII-XIX**. São Paulo: CEDHAL, 2000.
- SARMENTO, Carmem Alice Aguiar de Moraes. **Emigração Familiar para o Brasil do Distrito de Braga, no ano de 1912**. *Cepese/Publicações*, Braga, 2009, p. 290-291.
- SANTOS, Ana Lúcia Duarte Lanna. **“Santos: Transformações Urbanas e Mercado de Trabalho Livre 1870-1914”**. In: *História Econômica da Primeira República*. Silva & Szmrecsányi (orgs). 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002.

- SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. **“Indolente ou laborioso? A construção de sentidos na e/imigração portuguesa para o Amazonas”**. In: MATOS et al.(org.) *Deslocamentos e Histórias: Os portugueses*. Bauru/São Paulo/EDUSC, 2008.p.225-244.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paul, T.A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho” Intendente: Antônio Lemos- 1869-1973**. (Tese). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, 1998.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle Époque**. Belém: PakaTatu, 2004.
- SERRÃO, Joel Serrão. **A emigração portuguesa: sondagem histórica**. Coleção horizonte, n.12, Lisboa/Portugal, Livros Horizonte, 1974.
- SOARES, Karol Gilet. **Formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-19010)**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- SOUSA, Fernando de & MARTINS, Ismênia. **A emigração portuguesa para o Brasil**. Porto/CEPESE & Rio de janeiro/ FAPERJ, 2007.
- SOUSA, Fernando. **“A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)**. In: MATOS, Maria Izilda et.al. *Deslocamentos & histórias: portugueses*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2008.
- SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia Martins & MATOS, Maria Izilda. **Nas duas margens: Os portugueses no Brasil**. Porto/Portugal, Afrontamento, 2009.
- SOUSA et. al. **Um passaporte para a terra prometida**. Porto: Fronteira do Caos editores/CEPESE, 2011.
- TERRUYA, Marisa Tayra. **Estratégias de Transmissão de Patrimônio: Paraíba (1870-1970)**. In. *População e Família/ Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. – v. 1, n. 1. São Paulo: HUmanitas/FFLCH/USP, 1998.
- TRUZZI, Oswaldo. **“Redes em processos migratórios”**. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2004.
- TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria do Belém do Grão Pará**. Rio de janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Pará: Universidade Federal do Pará, 1970.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.



Site internet:

Fernando de Sousa & Ricardo Rocha. **O Distrito de Bragança (1835-2011)**. cf: <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-distrito-de-braganca-1835-2011/distrito-de-braganassa-pdf>. Acessado em, 9 de setembro de 2014.

NASSAR, Flávio Augusto Sidrim. **Mobilidade, Artistas e Artífices no espaço amazônico: a saga de Landi**. Consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6140.pdf>., em 27 de maio de 2015.

<sup>1</sup> Cf. SALLES, Vicente. **Artigos Brasil Açucareiro: Engenho Murucutu**. Consultado em <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/11/27/vicentes-salles-artigos-brasil-acucareiro-engenho-murucutu/>, em 27 de maio de 2015.